UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA — UESB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO — PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO — PPGED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

SHEILA DE ARAÚJO PAIVA

A EXPANSÃO DA EAD PRIVADO MERCANTIL DO ESPAÇO GEOGRÁFICO BAIANO

Vitória da Conquista — Ba
2022

SHEILA DE ARAÚJO PAIVA

A EXPANSÃO DA EAD PRIVADO MERCANTIL DO ESPAÇO GEOGRÁFICO BAIANO

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Política Pública Educacional.

Orientadora: Prof. Dra. Iracema Oliveira Lima

Vitória da Conquista — Ba
2022

P171e

Paiva, Sheila de Araújo.

A expansão da EAD privado mercantil do espaço geográfico baiano. / Sheila de Araújo Paiva, 2022.
141f.
Orientador (a): Drª. Iracema Oliveira Lima.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Vitória da Conquista, 2022.
Inclui referências. 132 – 138.
1. Educação a Distância - EAD. 2. Educação superior. 3. Expansão educacional. I. Lima, Iracema Oliveira. II. Programa de Pós- Graduação em Educação – PPGED. II I.T.

CDD 371.5

Catalogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

.

SHEILA DE ARAÚJO PAIVA

A EXPANSÃO DA EAD PRIVADO MERCANTIL DO ESPAÇO GEOGRÁFICO BAIANO

Defesa apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha: Política Pública Educacional

Data da aprovação: 15/12/2022

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. ª Dr. ª Iracema Oliveira Lima– Orientadora

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

_____

Prof.ª Dr. ª Ennia Débora Passos Braga Pires– Avaliador Interno

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

_____

Prof. ª Dr. ª Célia Santana Silva- Avaliador Externo

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

EDUCAÇÃO

"A educação transforma. Reconstrói sonhos. Ilumina pensamentos e, com o progresso de quem pensa, colocar luz diante do caminho. Com alicerces fortes, a educação alimenta. Objetivos, metas, vida. Ela é um movimento provocado por uma engrenagem que funciona o tempo inteiro. Com tudo e com todos. De quem ensina, de quem aprende, de quem tem as chaves de uma escola e de quem deixa tudo pronto para a turma entrar nas salas de aula. Educação é um corpo que vive no coração de cada um que valoriza a importância. Que compreende a força desse movimento. E que passa adiante sem pressa, mas sem perder tempo. E que se multiplica para poder compartilhar. Sem nunca deixar de ser afeto".

Edgard Abbehusen, 2022..

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a DEUS. Sem ele em nossas vidas nada se tornaria possível. Ele que escreve a nossa história e nos torna fortes nas dificuldades, ele que seca as nossas lágrimas em momentos difíceis, o Senhor que nos levanta quando nem nós mesmos acreditamos que vamos conseguir. Sem a condução de DEUS e auxílio da minha orientadora eu não teria avançado e chegado a esta etapa tão importante de meu processo formativo.

A realização desta pesquisa só foi possível com a colaboração de uma pessoa que me acompanhou lá no início, quando fui aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGED, a Professora e Dra. Iracema Oliveira Lima. A pró como eu costumo chamá-la carinhosamente, fez meu olhar ser direcionado para a educação superior. Ela com sua potência de fala e profissionalismo me trouxe para o universo da pesquisa, me acolheu em seu grupo de trabalho em políticas educacionais quando eu já havia enviado e-mails para outros coordenadores, porém, não obtive resposta. A professora Iracema, em um domingo, me respondeu e aceitou minha participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas para a Educação Superior — GEPPES. Foi neste espaço que eu cresci, amadureci, aprendi e evolui. Sem o incentivo da Pró, seu olhar, suas correções, sua atenção e seu carinho nada disso teria a dimensão que tem hoje. Se eu sou uma pesquisadora, foi ela que me trouxe até aqui. Minha imensa gratidão a esta profissional, pesquisadora, orientadora, líder, amiga, mãe, irmã, esposa e tantos papeis que ela executa tão bem e só faz, quem com ela convive, admirá-la ainda mais e querer ter um pouquinho dela sempre.

Agradeço à minha família pelo companheirismo e compreensão. Em especial, a minha Mãe Maria do Socorro que me deu todo suporte necessário para que eu pudesse estudar e a minha irmã Núbia por seu amor e ajuda em momentos necessários.

Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos por ter entendido minhas ausências ao longo do último ano. Não é fácil ser amigo de mestranda, mas cada um de vocês têm lugar especial em minha vida.

Agradeço, em especial, ao GEPPES, a todos os seus membros, sobretudo a Ruy D'Oliveira Lima, que tanto contribuiu com minha pesquisa, lá em sua fase inicial. Faz-se necessário agradecer aos meus colegas de mestrado, principalmente a quem dividiu comigo as angústias e aprendizados. Não poderia deixar de mencionar Leandro e Afonso que além de colegas se tornaram amigos, mesmo através de uma tela. O remoto também teve aspectos especiais, embora em um contexto de aprendizado bastante difícil.

Meu agradecimento a todos professores do PPGED, especialmente as professoras Ênnia Débora e Leila Mororó que, com suas aulas e leveza, puderam tornar esta jornada mais tranquila.

A cada um que esteve comigo neste processo meu muito obrigada, foi incrível ser mestranda, um orgulho imenso ser de uma universidade pública tão importante para camadas sociais que tanto necessitam de educação de qualidade. Seguirei meu caminho em outros espaços, na certeza de que a UESB sempre terá local relevante em minha vida acadêmica e profissional.

RESUMO

Esta pesquisa objetiva investigar o processo de expansão da Educação a Distância (EAD) privado mercantil no espaço geográfico baiano. Para tanto, foi necessário compreender o processo histórico de implantação da EAD no Brasil, seus marcos regulatórios e seus contextos políticos governamentais nas últimas duas décadas do século XXI. Estudar uma modalidade educativa em decurso requer também análise das influências de organismos internacionais na definição dos contextos de políticas educacionais de países como o Brasil. Em nosso trabalho, foi possível perceber como o Banco Mundial (BM), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO) são atuantes na conjuntura educacional, especialmente a partir da década de 1990. Para melhor compreender o objeto, foi fundamental buscar a análise no Materialismo Histórico Dialético (MHD), sob a perspectiva de Karl Marx, Friedrich Engels e autores marxistas como Ellen Meiksins Wood, José Paulo Netto e Jorge Grespan utilizando as categorias do método, historicidade e contradição. No que tange às categorias do objeto, foram utilizadas a expansão, a mercantilização e a massificação da educação superior na modalidade EAD. São analisados documentos dos citados organismos internacionais, bem como legislação brasileira relacionada à política educacional. A proposta visa a desvelar os discursos dos Organismos Internacionais (OIs), apoiados pelo Estado brasileiro que por meio de uma série de legislações, decretos e portarias têm favorecido o avanço do setor privado mercantil em detrimento dos sistemas públicos, gratuitos e de qualidade, tão essenciais à classe trabalhadora. A expansão da EAD é uma realidade que se processa em interface com o cenário de globalização e de neoliberalismo, cujos resultados fornecem um espaço para desenvolvimento de uma modalidade de ensino aligeirada, a preços baixos, sem criticidade em seus processos formativos, na maioria das vezes, pautada em uma formação vinculada ao mundo do capital e distante do princípio de formação humana. Diante disso, faz-se necessária a defesa da universidade pública, da carreira docente, dos investimentos em pesquisa científica e um crescimento moderado da modalidade EAD que pode favorecer a quem não pode ter acesso a uma instituição universitária em sua localidade geográfica.

Palavras-chave: educação a distância; educação superior; expansão educacional.

ABSTRACT

This research aims to investigate the expansion process of private commercial distance learning (EAD) in the geographic space of Bahia. For that, it was necessary to understand the historical process of implementation of EAD in Brazil, its regulatory frameworks and its governmental political contexts in the last two decades of the 21st century. Studying an ongoing educational modality also requires analysis of influences of international organizations in defining contexts of educational policies in countries like Brazil. In our work, it was possible to notice how the World Bank (WB), Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) and United Nations Organization for Education, Science and Culture (UNESCO) are active in the educational context, especially since the 1990s. In order to understand the object better, it was essential to seek analysis in Dialectical Historical Materialism (DHM), from the perspective of Karl Marx, Friedrich Engels and Marxist authors such as Ellen Meiksins Wood, José Paulo Netto and Jorge Grespan, using the categories of method, historicity and contradiction. With regard to object categories, it was used expansion, commodification and massification of higher education in the distance learning modality. Documents from the aforementioned international organizations are analyzed, as well as Brazilian legislation related to educational policy. The proposal aims to unveil discourses of International Organizations (IOs), supported by the Brazilian State, which through a series of laws, decrees and ordinances have favored the advancement of commercial private sector to detriment of public, free and quality systems, so essential to working class. The expansion of distance learning is a reality that takes place in an interface with the scenario of globalization and neoliberalism, whose results provide a space for the development of a lightened teaching modality, at low prices, without criticality in its training processes. Most of the time that is based on training linked to the world of capital and far from the principle of human formation. In view of that, it is necessary to defend the public university, teaching career, investments in scientific research and a moderate growth of distance learning, modality that can favor those who cannot have access to a university institution in their geographic location.

Keywords: distance learning modality; higher education; educational expansion.

LISTA DE SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAPES	Coordenação de Pessoal de Nível Superior
CNED	Centre National d Ensegnement à Distance
COVID-19	Doença causada pela infecção do vírus SARS-COV-2
CREDUC	Crédito Educativo
EAD	Educação a Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Gestão do ex presidente Fernando Henrique Cardoso
FIES	Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEPPES	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas para Educação Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituições de Ensino Superior
IFBAIANO	Instituto Federal Baiano
IFS	Institutos Federais de Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MHD	Materialismo Histórico Dialético
MP	Medida provisória
NGP	Nova Gestão Pública
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
Ois	Organismos Internacionais

PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEE	Plano Estadual de Educação
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGED	Programa de Pós Graduação em Educação
PPS	Parcerias público-privadas
Pro-Uni	Programa Universidade para Todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SARS-COV2	Vírus que causa a doença COVID-19
SEMESP	Associação Profissional da Entidades Mantenedoras de estabelecimentos de Ensino superior do Estado de São Paulo
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TIC's	Tecnologias da Informação e Comunicação
TPE	Todos pela Educação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC	Universidade do Estadual de Santa Cruz
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNED	Universidad Nacional de Educación a Distância
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância
UNITINS	Universidade Estadual do Tocantins
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
UVB	Instituto Universidade Virtual Brasileira

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Matrículas no ensino superior (1980-2019) 54
Figura 2 — Distribuição por região geográfica das produções acadêmicas sobre EAD..... 68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Categoria administrativa das instituições superiores do Brasil (2020) 45
Gráfico 2 — Diferenciação das IES do Brasil (2020) 46
Gráfico 3 — Evolução das matrículas EAD no Brasil (2001-2020) 46
Gráfico 4 — Orçamento do MEC nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro (2019-2020) em relação à gestão Dilma e Temer (2015-2016)..... 49
Gráfico 5 — Orçamento do MEC 2010-2020 50
Gráfico 6 — Taxa de Escolarização Líquida da população brasileira..... 93
Gráfico 7 — Evolução das matrículas em cursos presenciais e a distância (2001-2020) 94
Gráfico 8 — Expansão do setor mercantil em EAD (2001-2020)..... 94
Gráfico 9 — Expansão das matrículas em IES privadas (1970-2020) 96
Gráfico 10 — Percentual de matrículas EAD e presenciais no estado da Bahia (2020) 103
Gráfico 11 — Percentual entre bacharelados e licenciaturas no estado da Bahia 106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Recursos destinados ao FIES e Pro Uni (2003-2018) e despesas com as Universidades Federais 47
Tabela 2 — Evolução do número de instituições de ensino superior (1995-2002) 52
Tabela 3 — Evolução de matrículas no ensino superior (1995-2002) 53
Tabela 4 — Matrículas na graduação presencial (2001-2020) 60
Tabela 5 — Matrículas na graduação EAD (2001-2020) 61
Tabela 6 — Quantitativo de trabalhos encontrados CAPES/BDTD/IBICT 66
Tabela 7 — Dissertações e Teses por categoria administrativa 66
Tabela 8 — Área do conhecimento 67
Tabela 9 — Dissertações e teses por região e por universidade 69
Tabela 10 — Matrículas na EAD no estado da Bahia (2008-2020) 101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Linha histórica de desenvolvimento da EAD no contexto geográfico brasileiro 58
Quadro 2 — Trabalhos identificados 64
Quadro 3 — Síntese das palavras-chave mapeadas 78
Quadro 4 — Cursos de Graduação EAD em atividade no espaço geográfico baiano 104
Quadro 5 — Áreas de formação acadêmica no espaço geográfico baiano 107
Quadro 6 — Instituições EAD no estado da Bahia 108
Quadro 7 — Oligopólios educacionais no estado da Bahia 113
Quadro 8 — Municípios baianos com presença de polos EAD 118

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 17
2 PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO 23
2.1 Nosso objeto no espaço e no tempo 28
2.2 Tipo de pesquisa 30
3 A EDUCAÇÃO SUPERIOR SOB O CONTEXTO NEOLIBERAL: INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS NO CENÁRIO NACIONAL 36
3.1 Reforma do Estado sob influência do Banco Mundial 41
3.2 O contexto brasileiro nas gestões FHC, Lula e Dilma 50
3.3 A Educação a distância (EAD) 55
3.3.1 História da EAD 57
3.3.2 A EAD no Brasil 58
3.4 Enfoques e abordagens presentes nas pesquisas sobre EAD 60
3.4.1 Área do conhecimento 67
3.4.2 Produção científica por região do país 68
3.4.3 O que dizem as pesquisas? 70
3.5 Marcos regulatórios que favoreceram a expansão da EAD no espaço geográfico brasileiro **79**
3.6 A governança como estratégia de controle **89**
3.7 Principais tendências da expansão da educação superior brasileira **92**
4 A EAD privado mercantil no espaço geográfico baiano **100**
4.1 Os cursos de graduação oferecidos por instituições mercantis no estado da Bahia **103**
4.2 Instituições mercantis de educação a distância e oligopólios educacionais **108**
4.3 A consolidação da EAD mercantil no espaço geográfico baiano **116**
CONSIDERAÇÕES FINAIS **123**
REFERÊNCIAS **129**
APÊNDICES **136**

1 INTRODUÇÃO

A educação superior brasileira vivencia um período conturbado no contexto do século XXI no que tange à fonte de financiamentos, concursos públicos, valorização profissional e incentivo à pesquisa e extensão. Nossas universidades públicas, ano após ano, vêm entrando em processo de deterioração de suas infraestruturas físicas e só ampliam as necessidades de recursos financeiros. Ao mesmo tempo, as instituições privadas de ensino superior passam por um processo de expansão do número de cursos, polos e matrículas e vem se tornando preponderantes na conjuntura educacional deste país.

A presente análise tem como objetivo geral analisar como se configura, nas duas primeiras décadas do século XXI, a nova Geografia da educação superior na Bahia, tendo em vista a massificação mercantil das matrículas da Educação a Distância. Em relação aos objetivos específicos, este trabalho busca contextualizar a influência de organismos internacionais no direcionamento de políticas educacionais de países como o Brasil, problematizar o aparato jurídico e político que favoreceu à expansão mercantil da EAD e por fim, analisar a espacialização da EAD no estado da Bahia.

O número de instituições superiores, de acordo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2020, atingiu o quantitativo de 2.457 (dois mil quatrocentos e cinquenta e sete), a quantidade de instituições no âmbito público, por sua vez, foi de 304 (trezentos e quatro), já a modalidade privada mercantil, chegou a 2.153 (duas mil cento e cinquenta e três) unidades dedicadas ao ensino superior.

Segundo dados obtidos no banco das sinopses estatísticas da educação superior, o denominado Censo da Educação Superior, nos estabelecimentos superiores, no ano de 2020, estavam matriculados 8.680.354 (oito milhões seiscentos e oitenta mil e trezentos e cinquenta e quatro) alunos, número que destaca a participação da educação superior para a população brasileira, que tem um sistema educacional diversificado composto de: universidades, centros universitários, escolas superiores, faculdades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFs). A diversificação institucional na estrutura da educação superior brasileira data da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9394/1996 e das orientações expressas nos documentos: Política para Mudança e Desenvolvimento no Ensino Superior (1995) e Tendências de Educação para o Século XXI (1998), ambos elaborados pela Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO). A Lei 9394/1996 também possibilitou que as IES brasileiras funcionassem tanto na modalidade presencial quanto na modalidade à distância. A regulamentação da modalidade a distância foi

possível graças a já mencionada Lei 9394/1996 e os Decretos 2494/1998 e 2561/1998, além da portaria ministerial 301/1998 que são do campo de interesse do setor mercantil, o qual tem amparo político nas orientações formuladas no documento intitulado: Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI, do ano de 1998, pautado, também, em formulações associadas à UNESCO.

A EAD, nas últimas décadas, foi a modalidade de acesso à educação superior que teve maior incremento de matrículas. Para dimensionar a relevância da EAD, no ano de 2020, essa modalidade alcançou a marca de 3.105.803 (três milhões cento e cinco mil e oitocentos e três) de registros de matrículas, conforme dados do Censo da Educação Superior, enquanto os cursos presenciais alcançaram 5.574.551 (cinco milhões quinhentos e setenta e quatro mil e quinhentos e cinquenta e um) de discentes matriculados.

A EAD, no contexto brasileiro, é uma realidade que precisa ser estudada em seu percurso histórico, sob influências internacionais, marcos jurídicos, ações governamentais associadas à política de Estado e de governos, para melhor compreender como vem ocorrendo esse processo expansivo que não demonstra sinais de estagnação. Pesquisar acerca do processo de expansão da Educação Superior na modalidade de Educação a Distância (EAD) no espaço geográfico baiano, exige a análise desse nível de formação e suas relações tanto em nível local, quanto na esfera nacional, na estrutura macro da sociedade, bem como requer a observância acerca das orientações propagadas por organismos multilaterais que influenciam sobremaneira as políticas educacionais no Brasil.

Na análise do desenvolvimento da EAD, foi possível perceber uma linha histórica repleta de matrizes políticas de diferentes orientações que anunciam as flexibilizações das legislações, para que a educação a distância tivesse amplo espaço para se expandir. Esse cenário confirma a submissão estatal aos organismos internacionais que, independentemente de quem governe uma nação, um Estado, orienta a linha mestra a ser seguida, já antecipadamente traçada.

Atualmente, a EAD é uma realidade materializada com mais de três milhões de discentes matriculados, conforme apontado anteriormente. Para se ter ideia da relevância deste número, faz-se necessário também mencionar que no banco de dados do Censo da Educação Superior, no ano de 2020, o índice de alunos matriculados no segmento presencial público, atingiu apenas 1.798.980 (um milhão setecentos e noventa e oito mil e novecentos e oitenta) estudantes. A modalidade presencial pública não chega a 2 milhões de alunos, enquanto a EAD vivencia o maior índice de matriculados, em que o segmento privado é responsável por 95% dos registros. Nossa análise investiga até o ano de 2020, contudo, as estimativas devem ser muito mais

expressivas no ano de 2021, dada a conjuntura pandêmica devido ao vírus SARS-CoV-2[1] em que o uso de plataformas virtuais se revelou com uma maior intensidade.

A educação, entendida como direito social, vem sendo tratada como serviço prestado à sociedade por grandes grupos econômicos, pautados sob a perspectiva do ideário do modo capitalista de produção. Os sistemas educativos são tidos como necessários para reprodução da atual ordem dominante, porém, a educação que é defendida não visa a uma formação humana em sua completude, mas voltada aos ditames do capital.

Os defensores da EAD se pautam na narrativa de que a educação é um elemento chave para o desenvolvimento de países como o Brasil, e que a cobertura educacional deve ser ampliada. Registra-se que o Brasil ocupa o quinto lugar do mundo, e o primeiro lugar da América Latina em investimento mercantil neste segmento. A educação defendida por estes, não se baseia na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, mas em num sistema educacional mais rápido, flexível, que atenda às necessidades do mercado e pautados apenas no desenvolvimento das atividades de ensino.

O processo de globalização e internacionalização, oriundo dos pós Terceira Revolução Industrial, vem sendo marcado pela evolução no campo tecnológico, porém, faz-se necessário afirmar que este processo, não atinge de maneira igualitária a todos os países do globo terrestre. Os recursos tecnológicos que viabilizaram o acesso às redes de internet, para que estivessem cada vez mais próximos da população, sem, no entanto, priorizar plataformas de acesso gratuitos, contribuíram também para expansão da EAD, principalmente no período pandêmico.

Esta modalidade de formação atende aos interesses propagados por grandes grupos capitalistas, que vão cada vez mais influenciar o uso deste tipo de educação. *Slogans* como: “Estude em casa, a caminho do trabalho, com uso de seu *smartphone ou tablet e* aos finais de semana” são cada vez mais constantes nas propagandas de TV e internet.

O Estado, em processo de redefinição de seu papel em consonância com os princípios que regem o sistema do capital, cada vez mais tem se afastado das políticas sociais, no que tange às áreas de saúde e educação, tão necessárias para a população. O processo de desinvestimento público nas instituições superiores de educação contraditoriamente coexistiu com uma política de repasse de recursos públicos para instituições privadas, mediante

[1] O coronavírus (covid-19) é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2. O contexto pandêmico vivenciado nos últimos dois anos se revelou extremamente delicado para os estudantes brasileiros, tendo em vista as fragilidades dos sistemas tecnológicos, a ausência de preparação das instituições para o uso de diversas ferramentas, a falta de equipamentos dos estudantes e professores e a carência de cobertura de internet pública e de qualidade em um país de extensão territorial diverso em relação aos países europeus.

programas como o Financiamento Estudantil (FIES) (1999) e o Programa Universidade para Todos (Pro Uni) (2005). O governo Bolsonaro aprofunda o desinvestimento nas Instituições de Ensino Superior (IES), política pública que em sucessivos governos fica à mercê dos interesses do capital.

Em um país signatário do neoliberalismo, a educação superior tem se tornado um atrativo para investimentos privados, tanto na modalidade presencial, quanto ou mais especialmente, na modalidade a distância. A narrativa da democratização da educação brasileira não explicita sua vinculação a uma educação mercantilizada com amplo apoio para os sistemas EAD, e uso recorrente de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). A educação, transformada mercadoria, passa a comercializar seus produtos: inscrições, matrículas, acesso aos sistemas, pacotes de materiais, entre outros.

Os processos de expansão, mercantilização e massificação se encontram vinculados à educação superior propagada no século XXI. A expansão da educação pode ser entendida como aumento do número de IES, cursos, matrículas, taxas de escolarização que ainda precisam ser significativamente incrementadas, aumento da participação do número de estudantes no segmento privado mercantil. A mercantilização associada à venda da educação enquanto mercadoria, e, por sua vez, a massificação no bojo de todos estes processos associados tornam a educação um produto, acessível às massas. Até aqui, pretende-se apenas introduzir tais conceitos, já que, no capítulo quatro, pretende-se dar amplo espaço para estas temáticas que norteiam o objeto EAD.

Neste cenário de expansão das matrículas na educação superior brasileira, que ainda registra índices abaixo dos países vizinhos, a exemplo da Argentina, Chile e Bolívia, nossa pesquisa considera que existe um processo em curso de expansão da modalidade de educação superior, especialmente a distância, em que um amplo espaço vem sendo ocupado pela iniciativa privada em detrimento dos sistemas públicos, gratuitos e de qualidade.

O espaço geográfico que esta pesquisa estuda é o estado da Bahia, tendo em vista o crescimento no número de matrículas em educação a distância que ocupam posição de liderança no Nordeste, desde o ano de 2008. O trabalho discute o contexto de expansão, massificação e mercantilização da educação superior na realidade baiana. O recorte temporal desta pesquisa são as duas últimas décadas do século XXI, quando a presença do privado mercantil passou a ser preponderante no espaço da EAD nas instituições públicas, as quais, por seu turno, passaram a ter seu espaço cada vez mais reduzido.

A aproximação da autora com esta temática esteve associada a seu processo formativo, desde o ano de 2019, quando foi aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Educação

(PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), ao cursar o componente curricular: Políticas Públicas da Educação Superior, em que foi possível conhecer a relevância da educação superior no contexto brasileiro, bem como compreender a necessidade de discutir os processos de expansão, massificação e mercantilização da educação. A temática se tornou mais próxima, também, em 2020, quando do processo de ingresso no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas para Educação Superior (GEPPES), espaço que, sem dúvidas, ampliou os horizontes da autora. Atualmente, como aluna regular do mesmo Programa em que foi aluna especial, esta pesquisadora discute a temática que fez e faz parte de sua trajetória. Por ser uma licenciada na área de Geografia, a pesquisadora, neste trabalho, busca transitar entre as duas áreas formativas, sendo a pós-graduação preponderante.

Dito isso, apresentamos, a seguir, a estrutura do texto de dissertação, buscando trazer as principais questões discutidas em cada capítulo. Assim, o trabalho está divido em quatro capítulos, o primeiro está destinado à introdução do tema de pesquisa, o segundo remete ao percurso teórico metodológico, em que espaço geográfico da pesquisa se desenvolve e qual o tipo de pesquisa a autora utiliza.

No capítulo três, *A educação superior sob o contexto neoliberal influências internacionais no cenário nacional*, estabelecemos uma análise da influência de organismos multilaterais na definição de políticas educacionais dentro do cenário brasileiro. Para compreendermos as ações de atores de projetos neoliberais, estudamos o processo de reforma do Estado brasileiro, as gestões de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, este capítulo, discute ainda, a educação a distância em seus conceitos, processo histórico, surgimento no contexto geográfico brasileiro, discursos sobre o estado da arte do tema EAD, os marcos regulatórios que favoreceram a expansão da EAD no contexto nacional, a questão da governança enquanto estratégia de controle e por fim, na conclusão do capítulo, são destacadas as principais tendências de expansão da educação superior brasileira.

No capítulo quatro, *A EAD privado mercantil no espaço geográfico baiano*, apresenta o processo de espacialização de instituições EAD privadas no estado da Bahia, buscando apresentar cursos, áreas, instituições, bem como o processo de consolidação dos oligopólios mercantis associados à sua presença nos mais diversos municípios baianos.

As considerações finais constatam que a EAD se faz presente no estado da Bahia em predomínio em 260 (duzentos e sessenta) municípios, evidenciando que atualmente não só nos grandes centros são polos de atração desta modalidade, o interior da Bahia, também é foco das grandes mantenedoras de educação a distância, que se pautam em: ensino rápido, flexível, a custos reduzidos, com maior quantitativo de alunos, em sua grande maioria com ausência de

professores e sim com a presença de tutores. A educação a distância vivencia um período expansionista no contexto geográfico baiano, que já vem ocorrendo no Brasil, desde o ano de 2008 e que tende a ser aprofundado em virtude da conjuntura pandêmica, apoio do estado brasileiro e necessidade da população em busca de uma maior qualificação, que em muitas vezes não será encontrada nos bancos das instituições de educação a distância.

O próximo capítulo a ser discutido, aborda o percurso teórico e metodológico que pautaram o desenvolvimento desta pesquisa, bem como, uma discussão levantada na revisão bibliográfica, do que sejam as pesquisas do tipo estado da arte, com ênfase na pesquisa documental.

2 PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO

"A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora".

Marx (1999, p. 5).

O percurso teórico e metodológico desta pesquisa, constitui-se em uma etapa norteadora para a compreensão do processo de expansão da Educação a Distância (EAD), no segmento privado mercantil no espaço geográfico[2] baiano. A fim de aprofundar nossas reflexões, buscamos nos orientar pelo Materialismo Histórico Dialético (MHD), uma vez que este método oportuniza uma melhor compreensão de um objeto em processo e em movimento. Para tanto, estabelecemos como categorias do método a serem analisadas a contradição e a historicidade.

Nesse trabalho discutimos o contexto da expansão na educação superior impulsionada, majoritariamente, pelo mercado educacional, que entende esse campo como excelente oportunidade de ampliação dos seus investimentos e lucros, especialmente a partir dos primeiros anos do século XXI, sem perder de horizonte as implicações advindas da promulgação da LDBN de 1996.

A proposta de pesquisa busca ir além da aparência dos dados do processo de expansão da EAD e desvelar os objetivos do Estado brasileiro e organismos internacionais ao favorecer uma modalidade de ensino que está associada à expansão do privado-mercantil e seus vínculos com o processo de formação de mão-de-obra. A realização deste caminho torna o pesquisador um sujeito que visa a ir além da aparência, com isso, alcançar a essência do objeto.

A universidade, na concepção desta autora, deve estar associada ao processo de formação de cidadãos críticos, reflexivos, capazes de dominar as tecnologias e conhecimentos do mundo contemporâneo. Ocorre que o cenário do século XXI vem se delineando por um caminho de formação profissionalizante não vinculado, em sua maioria, a ambientes acadêmicos, públicos, associados ao ensino, pesquisa e extensão que privilegie a formação integral do sujeito. Grande parte dos estudantes do Brasil estão em busca apenas de um diploma com vistas a adentrar ao mercado de trabalho.

---

[2] O espaço geográfico é uma categoria de análise da Geografia. Não é tarefa simples conceituá-lo, tendo em mente, a quantidade de acepções no meio econômico, político e social. Inicialmente, é necessário compreender que o espaço geográfico é uma produção social, em que a vida é desenvolvida e as relações humanas são tecidas.

A investigação a ser desenvolvida discute o contexto de expansão de uma modalidade amplamente apoiada pelo sistema capitalista, para qual a crítica se faz necessária, tendo em vista o processo de crescimento da EAD no contexto brasileiro, sobretudo, no estado da Bahia. O MHD constitui-se em uma importante base para refletir sobre o modo capitalista de produção. Na perspectiva de Wood (2003, p. 14),

> Proponho a partir da premissa de que a crítica do capitalismo é urgentemente necessária, que o materialismo histórico dialético ainda oferece a melhor base sobre a qual é possível construí-la e que o elemento crítico do marxismo está acima de tudo em sua insistência na especificidade histórica do capitalismo-com ênfase tanto na especificidade de sua lógica sistêmica quanto na sua historicidade.

O MHD possibilita aprofundar a compreensão acerca das estratégicas utilizadas pelo capitalismo para manter-se enquanto sistema hegemônico, quando aponta possibilidades para a construção de sua superação, por meio da problematização contextualizada de sua lógica reprodutiva. “Para o materialista prático, isto é para o comunista, trata-se de revolucionar o mundo existente, de atacar e transformar na prática as coisas que ele encontra no mundo” (MARX; ENGELS, 2009, p. 36). O contexto aqui discutido aborda a expansão da EAD na conjuntura do neoliberalismo e a necessidade cada vez mais urgente de defesa dos sistemas públicos, gratuitos e de qualidade, associados a processos formativos pautados na formação humana e não vinculados às lógicas de mercado defendidas por signatários do capital.

Nesse percurso, estabelecemos como categoria do objeto: a expansão, a mercantilização e a massificação da educação superior na modalidade EAD privado mercantil, que, ao serem pesquisados na perspectiva das categorias do método, aqui estabelecidas, evidenciarão as contradições que cercam o objeto. Segundo Wood (2003, p. 24), “O materialismo histórico representa a mais produtiva das críticas do capitalismo, parece-me que o “triunfo do capitalismo” o tornou mais relevante do que em qualquer época do passado”. As crises econômicas do sistema do capital, embora cíclicas, ainda possibilitam que ele permaneça preponderante no contexto global.

A conjuntura socioeconômica em desequilíbrio faz parte do sistema do capital, muitas vezes, a crise pode ser minimizada e adiada, porém, em algum momento tende a se manifestar. Ocorre que os períodos de instabilidade do sistema capitalista, promove sua renovação e consegue, mesmo em contextos financeiros extremante delicados, ampliar-se.

Ao tratar da expansão da EAD no contexto brasileiro, são considerados parâmetros de análise que subsidiam a discussão, a saber: o número de matrículas, os cursos e as instituições que vem, ano a ano, se espacializando no território estudado. No que se refere à massificação,

ela se relaciona ao acesso cada vez mais constante de pessoas em busca de uma suposta formação profissional, em nível superior, desconsiderando ou mesmo desconhecendo a superficialidade e o aligeiramento dos processos formativos, bem como as áreas que o sistema tem priorizado. Por fim, a mercantilização da educação, torna os sistemas educacionais associados ao "mercado" em que o aluno é cliente, a instituição é o espaço onde as práticas comerciais são desenvolvidas e os professores e funcionários passam a ter relações de trabalho, em sua maioria, precarizadas.

No que tange à educação, a abordagem do Materialismo Histórico Dialético, problematizada por Karl Marx, afirma que os homens são produto das circunstâncias e da educação, nesse sentido:

> [...] homens modificados são produtos de circunstâncias diferentes e de educação modificada esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. Leva, pois, forçosamente, à divisão da sociedade em duas partes, uma das quais se sobrepõe a sociedade. A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora (MARX, 1999, p. 5).

A educação discutida no fragmento destacado, trata de um processo em que os educadores precisam ser educados e que a modificação das circunstâncias só é possível associada a uma educação vinculada a um processo de transformação. Ocorre que no contexto da pesquisa a ser discutido, os sistemas educacionais, cada vez mais, estão se distanciando de uma educação vinculada a um processo de transformação e muito mais associados aos ditames do modo de produção capitalista.

A obra de Karl Marx, embora escrita em um contexto histórico e geográfico totalmente diferente do atual, visava a criticar o sistema capitalista e as desigualdades por ele promovidas no campo social. Marx deu ampla ênfase aos estudos de economia política que lhe possibilitaram elaborar uma crítica tanto ao sistema capitalista, quanto aos autores que o estudavam. Importante salientar que suas elaborações conceituais refletiam o momento e o contexto por ele vivido e não eram elaborações prontas e acabadas, ao longo de suas obras tais elaborações são modificadas, em virtude do próprio movimento dos tempos históricos.

> Marx não era discípulo de si mesmo, não era obrigado, por deveres de coerência, a manter uma opinião que depois considerasse errada ou ignorar aspectos da realidade que não se enquadrassem no que já havida dito ou escrito. Era o autor de seu pensamento, cuja força advém justamente do fato de nunca estar acabado, cristalizado, enrijecido. Adequado ao mundo contraditório e mutante, a obra teórica e prática de Marx possui a plasticidade

> que a mantém viva, a despeito de ter sua morte tantas vezes decretada (GRESPAN, 2021, p. 88).

O trabalho marxiano se faz vivo, em virtude, do mesmo se pautar na concreticidade e nas contradições das relações estabelecidas na sociedade, suas análises eram dinâmicas e passíveis de processos de correção.

> Compreendo a obra de Marx como a fundação da teoria social revolucionária, e não uma síntese enciclopédica de conhecimentos que, em época posterior, constituirão os saberes autônomos e próprios das ciências sociais, saberes configurados originalmente na academia europeia da segunda metade do século XIX e que, ainda hoje, desenvolvidos, hegemonizam o mundo universitário de modo geral (NETTO, 2020, p. 32).

Entende-se, assim, que embora escrita há dois séculos, a obra de Karl Marx ainda se faz atual, em virtude de sua compreensão em relação à teoria social revolucionária que foi estudada em profundidade.

A teoria desenvolvida por Marx e Engels estava associada à produção e reprodução da vida real. O fator econômico, embora fosse relevante, necessitava de outros elementos da superestrutura para ser compreendido. Neste sentido, os teóricos do MHD apontam:

> Segundo a concepção materialista da história, o elemento determinante da história é, em última instância, a produção e reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu dissemos outra coisa a não ser isto. Portanto, se alguém distorce esta afirmação para dizer que o elemento econômico é o único determinante, transforma-a em uma frase sem sentido, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da superestrutura- as formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, as constituições estabelecidas uma vez ganha a batalha pela classe vitoriosa; as formas jurídicas, filosóficas, as concepções religiosas e seu desenvolvimento ulterior em sistemas dogmáticos- exercem igualmente sua ação sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam de maneira preponderante sua forma (MARX; ENGELS, 1977, p. 34).

Marx e Engels (1977) destacaram em suas obras a relevância dos contextos sociais, ideológicos, econômicos, políticos, culturais e de defesa da classe dos trabalhadores. Assim, a bibliografia produzida por estes teóricos se revela ampla e não somente relacionada aos fatores econômicos, embora, haja relevância da contribuição marxista no que tange à ciência econômica.

Em relação aos conceitos, categorias e formas do MHD, verifica-se que este método é diferente do que era estudado por Hegel. Marx sintetizou em *O Capital*:

> Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, chega mesmo a transformar, num

> sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (MARX, 2017, p. 90).

O Materialismo Histórico Dialético é o método que se fundamenta em conceitos, categorias e análises da realidade tanto relacionada à natureza quanto à sociedade. O MHD estuda a vida material, os contextos econômicos, políticos e sociais. “O modo de produção da vida material condiciona o processo geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina do ser, mas, ao contrário, é o ser social que determina a sua consciência (MARX, 1982, p. 25). O contexto contemporâneo está em processo de transformação, desenvolvimento e mudanças em um todo contraditório e repleto de complexidades que sofrem influências do ser social.

Diante dessa perspectiva que o processo de expansão da EAD deve ser analisado de maneira mais crítica do que vem sendo apresentado na atualidade, com isso, faz-se necessário apontar, inicialmente, que EAD não tem sua gênese no território brasileiro no século XXI, mas, na década de 40 do século XX.

O processo que a EAD vem vivenciado é fruto de uma política contraditória que tem oferecido amplo espaço para o setor privado mercantil em detrimento dos sistemas públicos. Para justificar o desvio de verbas públicas para as instituições privadas, o Estado, em conjunto com os organismos internacionais (OIs), especialmente Banco Mundial (BM) e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm oferecido como resposta que o ensino superior precisa estar adequado às transformações, ao contexto da mundialização da chamada sociedade do conhecimento e sua expansão é fundamental nesse processo. Os documentos orientadores das políticas educacionais elaborados por OIs, fornecem diretrizes no estabelecimento de reformas que estão cada vez mais presentes no cenário da educação brasileira.

As últimas gestões governamentais apontaram que a educação nacional precisava ser democratizada, porém, a educação em seu real sentido de democratização em muito se afasta do que vem ocorrendo na conjuntura educacional, que tem possibilitado ampliação do acesso, mas ainda longe de ser universal, além de não possibilitar os processos de permanência e diplomação.

O sistema do capital é constituído de tal forma que suas estratégias, muitas vezes, não são claramente compreendidas pela população de um modo geral. A EAD vem delineando este caminho ao longo de nossa discussão, nas duas primeiras décadas do século XXI, quando seu espaço de atuação é cada vez mais preponderante. Entretanto, faz-se necessário pontuar: a quem

esta modalidade efetivamente favorece? Por que em todas as gestões governamentais, do período analisado, observou-se espaço de atuação para este segmento? Compete a esta pesquisadora buscar desvelar a realidade por trás dos números, legislações e contextos atuais.

Contextualizar historicamente como esta realidade vem sendo construída requer que nos debrucemos acerca das nuances que a compõem, assim, dialeticamente, interpretar as legislações e as contradições políticas governamentais do período em tela. Cabe evidenciar, também, a pseudodemocratização, além de desvelar os interesses do capital no contexto de expansão da EAD.

Analisar o século XXI associado às contribuições da obra marxista pode não ser suficiente, porém, a contribuição do teórico é extremante relevante como apontou Netto (2020, p. 33):

> No tocante à validez contemporânea da obra de Marx, penso, que na segunda década do século XXI, a teoria marxiana continua válida e absolutamente necessária para compreender o capitalismo dos nossos dias, mas, ao mesmo tempo, entendo que ela não é suficiente: para compreender o capitalismo contemporâneo, é preciso investigá-lo a partir não de conclusões marxianas, e sim da sua concepção teórico metodológica.

Marx não chegou a concluir sua teoria, e mesmo que afirmasse tal questão convém pontuar que existe um movimento do modo de produção capitalista, sobre o qual a sociedade está assentada em seu processo de desenvolvimento. A obra marxiana nos oferece base para compreender o contexto atual e suas nuances, mas, ela só não é suficiente, por isso, é indispensável a compreensão teórica metodológica dos postulados de Marx, bem como de Engels.

Tal entendimento deve partir do princípio de estudo relacionado a um cenário contemporâneo, em que a atuação dos grupos dominantes tem possibilitado um direcionamento da educação brasileira cada vez mais associada ao setor privado mercantil em detrimento dos sistemas públicos, tão essenciais aos processos formativos.

2.1 Nosso objeto no espaço e no tempo

O espaço geográfico que esta pesquisa se desenvolveu é o estado da Bahia que, de acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem uma população estimada,[3]

[3] Ao tratarmos o número populacional associado à população estimada, compreende-se que o ano de 2010 foi a última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2020, devido à crise sanitária da covid-19, o recenseamento foi adiado para o ano de 2021 o que não ocorreu. Atualmente, o censo tem o mês de agosto de 2022 para início da coleta de dados, conforme apontou o IBGE.

para o ano de 2021, em 14.985.284 (quatorze milhões novecentos e oitenta e cinco mil e duzentos e oitenta e quatro habitantes). A escolha em fazer o estudo deste estado está relacionada à relevância das matrículas da EAD que, no ano de 2020, representaram 22% dos registros no contexto da região nordeste, conforme dados do censo da educação superior divulgado em 2022. A região nordeste matriculou 563.643 (quinhentos e sessenta e três mil seiscentos e quarenta e três) alunos nesta modalidade e, de acordo o mesmo banco de dados, a relevância do estado da Bahia para o processo de expansão da EAD se faz vigente desde o ano de 2008, quando o estado já ocupava posição de liderança em matrículas, aspecto que até 2021 não foi alterado.

Segundo apurou o Censo da educação superior, as matrículas presenciais no ano de 2020, no estado da Bahia alcançaram o patamar de 257.858 (duzentos e cinquenta e sete mil e oitocentos e cinquenta e oito) alunos matriculados, já o segmento da educação a distância obteve 155.789 (cento e cinquenta e cinco mil e setecentos e oitenta e nove) discentes matriculados. O estado da Bahia, desde 2014, ampliou a participação de alunos na modalidade EAD, sendo apenas os anos de 2015 e 2016 abaixo do quantitativo de 100 mil matrículas. A participação do setor privado-mercantil no número de instituições, em 2020, atingiu 1016 (mil e dezesseis) unidades dedicadas à educação a distância, de acordo o mesmo banco de dados consultado. A Bahia, atualmente, é líder no que tange às matrículas de EAD no Nordeste, sendo o Ceará o único estado a se aproximar do território baiano, com 106.245 (cento e seis mil e duzentos e quarenta e cinco) discentes matriculados, segundo a mesma fonte já destacada.

O estado da Bahia, no que se refere ao número de instituições, de acordo o último Censo da educação superior, no ano de 2020, apresentou um total de 138 organizações, das quais 128 são privadas, 4 universidades federais, 4 na esfera estadual e 2 institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFs). O número de instituições em nosso estado para educação presencial pública se revela passível de estudos em virtude de uma preponderância do setor privado, não apenas na modalidade EAD, como, também, no contexto de educação presencial espacializadas em todo estado.

Como recorte temporal para realização, esta pesquisa estabeleceu as duas primeiras décadas do século XXI, por considerar a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. º 9394/1996, no Artigo 80, ao dispor acerca do credenciamento de instituições superiores para oferta de cursos e programas, tanto para a educação superior quanto para modalidades da educação básica. Também foi considerada a promulgação da Lei n. º 9057/2017, a qual regulamentou que qualquer instituição pode oferecer, inclusive exclusivamente, cursos a distância, sem a oferta simultânea de cursos presenciais, indo assim

ao encontro do que estabelece a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024, quanto à formação superior para este período.

Ratificamos assim nosso interesse em analisar como se configura, nas duas primeiras décadas do século XXI, a Geografia da educação superior na Bahia, tendo em vista a expansão e a massificação mercantil das matrículas da Educação a Distância no setor privado mercantil.

Para melhor compreender este movimento, opta-se por contextualizar o aparato jurídico e político que favoreceram a expansão e a massificação mercantil da EAD no Brasil e suas implicações na geografia da educação superior baiana, já que os marcos regulatórios, apoiados pelo direcionamento político de cada gestão governamental, contribuíram para que a EAD ocupasse a posição de crescimento, tanto em nível federal, quanto estadual.

2.2 Tipo de pesquisa

A presente investigação desenvolve uma revisão de literatura do tipo "estado da arte" e análise documental. Inicialmente, foi feita uma breve discussão acerca das pesquisas nomeadas como de "estado da arte", as conhecidas revisões de bibliografia associada à pesquisa de análise documental.

Identificamos que a produção acadêmica ocorre em diversas Instituições de Educação Superior (IES), tanto associada à categoria administrativa universitária pública, quanto à categoria do privado mercantil. Essas produções refletem o conhecimento produzido por pesquisadores com análises em diferentes períodos, espaços geográficos, instituições diversificadas e áreas de conhecimento. A revisão da produção acadêmica possibilita uma aproximação com o campo de pesquisa, ao tempo que contextualiza como o debate vem sendo desenvolvido.

Na concepção de Broietti, Filho e Passos (2014, p. 241),

> Pesquisas com esses objetivos justificam-se por fazerem um balanço da área do conhecimento escolhida pelo pesquisador, com a finalidade de reconhecer temáticas de relevância, identificar assuntos que estão em ascensão, organizar as informações e localizar lacunas a serem pesquisadas, com a possibilidade de promoverem a evolução das pesquisas em relação ao assunto em pauta.

As pesquisas de "estado da arte" visam a mapear a produção de um determinado campo do conhecimento para possibilitar uma melhor compreensão do pesquisador em relação ao seu objeto de pesquisa. Ao buscar a produção com um recorte temporal, mediante a utilização de marcadores que se relacionam ao que se deseja pesquisar, o pesquisador, será conduzido às

produções acadêmicas com relevância científica e próximas ao seu campo de estudo. Os dados obtidos devem ser sistematizados em alguma base para consulta futura, no intuito de buscar pontos de concordância e/ou discordância, ou mesmo lacunas a serem problematizadas e investigadas.

Ao realizar um processo de revisão, o pesquisador, terá uma melhor compreensão do movimento que ocorre em cada área de estudo e perceberá também se aquilo que deseja estudar já foi analisado por pesquisadores das mais diversas regiões do Brasil. Ao perceber que muitas pessoas já se debruçaram sobre o seu tema, cabe identificar se além daquele objeto comum, suas análises se aproximam, no que tange à metodologia e a outras facetas de análise. O ponto central também é verificar se naquele escopo de pesquisas já foi finalizado o assunto que se pretende discutir.

Estudos de revisão são extremamente necessários na área acadêmica por possibilitarem um encaminhamento do pesquisador em direção ao seu objeto de pesquisa, neste sentido,

> Os estudos de revisão consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área. As revisões de literatura podem apresentar uma revisão para fornecer um panorama histórico sobre um tema ou assunto considerando as publicações em um campo. Muitas vezes uma análise das publicações pode contribuir na reformulação histórica do diálogo acadêmico por apresentar uma nova direção, configuração e encaminhamentos (VOSGERAU, ROMANOWSKI, 2014, p. 167).

A análise do fragmento revela a importância dos estudos de revisão bibliográfica pautados por um caminho de direcionamento do pesquisador. Eles se tornam fundamentais sob a perspectiva de constituição de um referencial teórico.

Ao iniciar um trabalho de revisão bibliográfica com aspectos de “estado da arte” é necessário ter em mente que todo material encontrado deve ser, de alguma forma, organizado. Os materiais que este estudo efetuou foram: as teses e dissertações, porém, outras análises podem estar associadas a outras fontes, conforme apontado por Vosgerau e Romanowski (2014, p. 170),

> Portanto, nesse tipo de produção, o material coletado pelo levantamento bibliográfico é organizado por procedência, ou seja, fontes científicas (artigos, teses, dissertações) e fontes de divulgação de ideias (revistas, sites, vídeos etc.), e, a partir de sua análise, permite ao pesquisador a elaboração de ensaios que favorecem a contextualização, problematização e uma primeira validação do quadro teórico a ser utilizado na investigação empreendida. Para este tipo de produção a organização física e virtual dos documentos levantados é essencial.

A pesquisa científica realizada no interior dos programas de pós-graduação, deve se pautar, sobretudo, pelo princípio de organização do pesquisador e de suas fontes, que, devido ao avanço das tecnologias são bastante amplas. Os recursos de internet propiciaram acesso aos bancos de dados, possibilitaram um avanço nas pesquisas e em seus processos de divulgação que se fazem presentes em portais institucionais, revistas, periódicos, livros, *e-books*, eventos presenciais, assim como na modalidade *online.*

As pesquisas do tipo "estado da arte", ou estado do conhecimento, estão associadas a levantamentos do que é produzido sobre determinado assunto, assim: "Um estado do conhecimento não se restringe a identificar a produção, mas analisá-la, categorizá-la e revelar os múltiplos enfoques e perspectivas" (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014. p. 172). Neste sentido, as pesquisas de estado da arte ou do conhecimento não se revelam como estanques, mas como análises dinâmicas do objeto de pesquisa a ser investigado.

Ao propor uma análise em relação a determinado objeto de pesquisa, associada ao estado da arte ou do conhecimento, é necessário ter em mente que tal processo exige criticidade do próprio pesquisador. É olhar para sua pesquisa e observar pontos positivos e pontos negativos e se dispor a realizar novas sínteses.

Nesta perspectiva, Alves (1992, p. 54) enfatiza que:

> A proposição adequada de um problema de pesquisa exige, portanto, que o pesquisador se situe nesse processo, analisando criticamente o estado atual do conhecimento em sua área de interesse, comparando e contrastando abordagens teórico-metodológicas utilizadas e avaliando o peso e a confiabilidade de resultados de pesquisa, de modo a identificar pontos de consenso, bem como controvérsias, regiões de sombra e lacunas que merecem ser esclarecidas.

Nos estudos de revisão bibliográfica é necessário que o estágio atual da questão seja pontuado e que outras fontes sejam utilizadas. Em relação aos estudos de revisão de boa qualidade e a busca por outras fontes, Alves (1992, p. 54-55) pontua:

> De qualquer forma, sempre que houver revisões de bibliografia recentes e de boa qualidade sobre o tema é conveniente começar por elas e, a partir delas, identificar estudos que, por seu impacto na área, e/ou maior proximidade com o problema a ser estudado, deve ser objeto de análise mais profunda. Essas revisões, ainda que constituam precioso auxiliar, precisam ser completadas pela leitura de outros estudos que, por terem sido publicados posteriormente, ou por não atenderem aos critérios adotados nas revisões, nelas não tenham sido incluídos. Quando não houver revisões disponíveis, é recomendável começar pelos artigos mais recentes e, a partir deles, ir identificando outros citados nas respectivas bibliografias.

A autora também destaca a necessidade de pesquisadores, que estejam com investigações com poucas fontes de consultas disponíveis, ampliarem seu escopo via análise de artigos e bibliografias. As bibliografias utilizadas pelos pesquisadores se constituem como uma fonte de extrema relevância já que o estudo que originou determinada produção esteve associado a um embasamento teórico devidamente referenciado.

As pesquisas de análise documental buscam analisar os documentos no intuito decifrá-los, em seus objetivos de maneira direta e também indireta. Um documento associado a um projeto hegemônico burguês será, em geral, um texto bastante objetivo, que enaltece determinada questão, mas, que em seu plano prático, revela-se insatisfatório para a classe trabalhadora. Realizar uma pesquisa em documentos, exige do pesquisador, uma análise, um rastreamento e posterior entendimento do modo como os conteúdos são articulados. Os documentos elaborados por esferas nacionais ou internacionais podem oferecer evidências da continuidade de um projeto capitalista que vem ameaçando a classe trabalhadora, e que não demonstra sinais de estagnação. Para compreender o conteúdo real de um documento é necessária uma análise apoiada em um método, conforme destacou Evangelista e Shiroma (2015, p. 89-90),

> O documento indica a essência da política, mas, ao mesmo tempo, esconde-a. Necessitamos de um método para descontruir este todo ingenuamente percebido em sua aparência, para chegarmos à produção de teoria, de conhecimento sobre o objeto sua estrutura e sua dinâmica.

O método necessário de análise crítica dos documentos em nossa pesquisa sobre a expansão da Educação a Distância (EAD) é o Materialismo Histórico Dialético (MHD) que visa a compreender o projeto do capital em constante expansão e desvelar suas nuances, que atuam em prol do segmento mercantil em detrimento do público.

No que tange aos documentos de análise das políticas educacionais foi indispensável um olhar crítico sobre as entrelinhas mencionadas, de modo que nos questionamos sobre: Qual o motivo da elaboração de um documento para dissertar sobre determinada política? Quais as mudanças que esta política pode provocar? A quais grupos ela beneficia? Qual classe prejudica? Qual o motivo de sua elaboração? Quais as implicações para um sistema educacional determinado, tal documento pode trazer? Um pesquisador que visa a trabalhar com análise documental deve estar atento à documentação pesquisada para que não seja um mero reprodutor do conteúdo ali discriminado.

> Trabalhar com documentos supõe, portanto, considerá-los resultados de práticas sociais e expressão da consciência humana possível em um dado

> momento histórico. Compreendê-los pode significar avançar na direção da apropriação (EVANGELISTA; SHIROMA, 2015, p. 95).

Analisar documentos requer mais do que a leitura e a simples reprodução de conteúdo. Um documento, na concepção das autoras mencionadas, é resultado de práticas sociais em determinado momento histórico, cujo processo de compreensão conduz o avanço na direção do apoderamento. Trabalhar com documentos é percorrer um trajeto histórico e, ao final da pesquisa, indicar possibilidades de mudança no contexto atual vivido. “Portanto, a pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 4-5).

As fontes utilizadas de análise documental inseridas neste trabalho foram: leis, documentos oficiais, dados estatísticos, regulamentos, relatórios, livros e textos. Os documentos nada mais são do que fontes históricas que oferecem suporte empírico para as pesquisas.

Embora complementares, existe diferença entre pesquisa documental e bibliográfica. As pesquisas bibliográficas remetem aos estudos de diferentes autores sobre uma temática, ou seja, uma pesquisa de fonte secundária. As pesquisas documentais, em geral, são tidas como análise e estudo de materiais que ainda não receberam tratamento ou que necessitam ser reexaminados sob outras perspectivas, constituindo-se, assim, em tratamento de materiais de fonte primária. Nosso estudo visa a estabelecer uma conexão entre os dois tipos de pesquisa, assim sendo, uma pesquisa bibliográfica com análise documental.

Na pesquisa documental, o autor deve se atentar também para o motivo de escolha de um determinado documento. Por vezes na trajetória de um pesquisador da área de política educacional, é possível encontrar documentos sobre os quais, muitas vezes, há uma discordância do pesquisador acerca do seu conteúdo, diante disso, é fundamental analisar e compreender nas entrelinhas o contexto daquela referência necessária. “É preciso, então, poder ler nas entrelinhas, para compreender melhor o que os outros viviam, senão as interpretações correm o risco de serem grosseiramente falseadas” (SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 9). Nas pesquisas documentais, analisar os grupos que formularam determinado documento se torna imprescindível no intuito de melhor explorar o conteúdo sem correr o risco de passar uma interpretação falsa.

Compreende-se por pesquisa documental aquela que se propõe a produzir novos conhecimentos após exame de materiais que não sofreram análises ou aqueles que podem ser

reexaminados. Na pesquisa documental, o pesquisador buscará extrair informações para melhor assimilar seu objeto. Em síntese, por pesquisa documental entende-se:

> A pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais porque a maior parte das fontes escritas-ou-não-são quase sempre base do trabalho de investigação. Dependendo do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa, pode se caracterizar como principal caminho de concretização da investigação ou se constituir como instrumento metodológico complementar (SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 13).

É aconselhável a quem se propõe trabalhar com pesquisa documental o entendimento que seu objeto vem acontecendo em determinado período histórico e que compete ao pesquisador buscar estas conexões em suas fontes documentais que são provenientes de banco de dados diversos, conforme apontaram Júnior *et al.* (2021, p. 42),

> Portanto a pesquisa documental é aquela em que os dados logrados são absolutamente provenientes de documentos, com o propósito de obter informações neles contidos, a sim de compreender um fenômeno; é um procedimento que utiliza de métodos e técnicas de captação, compreensão e análise de um universo de documentos, com banco de dados que são considerados heterogêneos.

O pesquisador que utiliza a pesquisa documental, deve estar atento ao fato de que embora pesquise em um conjunto repleto de fontes, estas devem ser analisadas com o rigor necessário para produção de uma pesquisa de cunho acadêmico. Investigar a instituição, o banco de dados, a autoria de determinado conteúdo se faz essencial.

Por fim, entende-se que a pesquisa bibliográfica associada à pesquisa documental são complementares para melhor compreender o processo de expansão da EAD no contexto educacional do estado da Bahia.

O próximo capítulo, visa apresentar a temática discutida, a educação a distância, destacando suas relações com os organismos internacionais, presença nos governos de: Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, o aspecto histórico da EAD no contexto brasileiro, as portarias, decretos e leis que deram a configuração atual da EAD neste país, bem como, as principais tendências observadas no processo de expansão da educação superior do Brasil.

3 A EDUCAÇÃO SUPERIOR SOB O CONTEXTO NEOLIBERAL: INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS NO CENÁRIO NACIONAL

> *"Na sociedade burguesa, a educação tem como finalidade reproduzir valores que interessam ao capital, aprofundando a divisão entre quem planeja o processo de produção e quem meramente executa as atividades determinadas".*
>
> *Neto e Araujo (2021, p. 22).*

Neste capítulo discutiremos a mundialização da educação superior enquanto parte constitutiva do processo da globalização que se insere em uma conjuntura em que a educação assume um papel fundamental para a ampliação do capital. Organismos internacionais, a exemplo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do Banco Mundial (BM) e da Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO) estabelecem diretrizes para serem seguidas, além de metas a serem alcanças pelos países membros. Avaliações em larga escala, como do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Provinha Brasil, Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE) são utilizadas como instrumentos, tanto para ranqueamento institucional, quanto para fornecer dados de áreas prioritárias para serem exploradas. Nesse capítulo, consideraremos a influência que alguns Organismos Internacionais (OIs), exercem no processo de reordenamento da educação superior brasileira na passagem do século XX para o século XXI, bem como a reconfiguração da educação superior brasileira nesse contexto.

O modo de produção capitalista vem, ano após ano, buscando implementar sua agenda de privatização da educação pública no espaço geográfico brasileiro. Na década de 1990, o Brasil passou por uma série de contrarreformas que visavam à integração deste território, a chamada nova ordem mundial, dentro do quadro de um processo de globalização.

Os discursos vigentes endereçados à educação pública são de que ela vem apresentando baixos índices relacionados aos processos de aprendizagem escolar e que a produtividade das economias precisa ser melhor incrementada. Para que ocorram reais mudanças, os sistemas educacionais precisam ser reformados, tendo em vista que, na realidade em que se encontram, não são modelos ideais para economias de países desenvolvidos. Em geral, este tipo de

argumento é utilizado pelo setor empresarial na busca de transformações para a situação da educação de países da América Latina e Caribe.

Os serviços públicos experienciam ataques constantes, relacionados ao esgotamento de recursos, aos processos de afirmações associadas à ineficácia e ineficiência, além da questionada baixa qualidade. Numa conjuntura não muito favorável à educação pública, tem-se a atuação de organismos multilaterais, a exemplo do BM, OCDE e UNESCO que buscam conduzir as políticas educacionais dos mais diversos países do globo.

As orientações, no que tange inicialmente ao BM, para os sistemas educacionais, estão associadas aos processos de reformas voltadas à constituição de sistemas híbridos (uma espécie de associação entre o setor público e o setor privado) e uma maior diferenciação das instituições.

> El modelo tradicional de universidad europea de investigación, con sus programas en un solo nivel, ha demostrado ser costoso y poco apropiado para satisfacer las múltiples demandas del desarrollo económico y social, al igual que las necesidades de aprendizaje de un estudiantado más diverso. La introducción de una mayor diferenciación en la enseñanza superior, es decir, la creación de instituciones no universitarias y el aumento de instituciones privadas, puede contribuir a satisfacer la demanda cada vez mayor de educación postsecundaria y hacer que los sistemas de enseñanza se adecúen mejor a las necesidades del mercado de trabajo (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 31)

A universidade tradicional europeia, no contexto apresentado pelo BM, é uma instituição cara e pouco apropriada para o propósito de satisfazer as demandas do desenvolvimento econômico e social, assim, o uso de uma maior diferenciação institucional e o aumento do número de instituições privadas se torna indispensável. O BM ainda salienta que os sistemas educacionais devem estar adequados às necessidades do mundo do trabalho.

A OCDE tem voltado sua atenção para avaliações em larga escala, também, avaliações institucionais, no intuito, classificar os programas de graduação do Brasil, conforme visto no documento Repensando *a garantia de qualidade para o ensino superior no Brasil* (OCDE, 2018, p. 41),

> Os testes dos alunos, os indicadores do programa e as revisões no local desempenham um papel na garantia de qualidade contínua dos programas de graduação. Uma vez que os programas de graduação tenham sido reconhecidos, eles estão sujeitos a um processo contínuo de ciclo de avaliação coordenado pelo INEP em nome do Ministério da Educação. Como atualmente concebido, este ciclo envolve a coleta e compilação, pelo INEP, de dados em nível de programa, incluindo os resultados dos alunos do programa em uma avaliação dos resultados de aprendizagem, para criar um indicador composto do programa desempenho a cada três anos. Como regra geral, nos casos em que os programas têm pontuação baixa em relação a este

> indicador composto, uma nova revisão do programa no local é realizada por avaliadores externos.

Por sua vez, a UNESCO propaga em seus discursos questões como o “aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, ‘aprender a viver juntos” e “aprender e ser”. Conforme sua proposta,

> La educación a lo largo de la vida se basa em cuatro pilares: aprender a conocer, aprender a hacer, aprender a vivir juntos, aprender a ser.
> Aprender a conocer, combinando una cultura geral suficientemente amplia com la possibilidade de profundizar los conocimientos en um pequeño número de matérias. Lo que supone además:aprender a aprender para poder aprovechar las possibilidades que oferece la educación a lo largo de la vida.
> Aprender a hacer a fin de adquirir no sólo una calificación profesional sino, más generalmente, una competência que capacite al individuo para hacer frente a gran número de situaciones y a trabajar em equipo. Pero, también, aprender a hacer, en el marco de las distintas experiências sociales o de trabajo que se ofrecen a los jóvenes y adolescentes, bien espontaneamente a causa del contexto social o nacional, bien formlamente gracias al desarrolho de la enseñanza por alternância.
> Aprender a vivir juntos desarrolhando la compresión del otro y la percepción de las formas de insterdependencia-realizar proyectos comunes y prepararse para tratar los conflictos-respetando los valores de pluralismo, compresión mutua y paz.
> Aprender a ser para que florezca mejor la propria personalidade y se esté en condiciones de obrar com cresciente capacidad de autonomía, de juicio y de responsabilidade personal. Con tal fin, no menospreciar en la educación niguna de las possibilidades de cada individuo: memória, razoniamento, sentido estético, capacidades físicas, apititud para comunicar [...] (UNESCO, 1996, p. 35)

A Unesco, a exemplo de outros organismos internacionais já mencionados, não se pauta pelo princípio de neutralidade. O conjunto de discursos aqui destacados reforçam que os sistemas educacionais tradicionais ou formais precisam estar associados às orientações e concepções de novas formas de aprendizagem. No bojo destas orientações, expandem-se no Brasil sistemas privados, reformas nas mais diversas esferas e o crescimento da EAD. Além disso, tais propostas se aproximam do aprender a fazer, do aprender a conhecer entre, outros.

As formulações aqui discutidas tornaram-se mais aprofundadas no contexto da pandemia da covid-19, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS), devido à questão sanitária vivida, favoreceu a ampliação da implementação de pacotes tecnológicos escolares e universitários que possibilitaram o uso do ensino remoto em larga escala, com isso, viabilizou que as orientações, anteriormente formuladas, fossem possíveis de serem melhor implementadas.

Diante disso, cabe compreender para além dos discursos e material documental produzido por tais organizações que os organismos multilaterais, em geral, apresentam-se como

instituições sem partido, neutras, plurais, defensoras da educação, sem escolhas ideológicas, cujo propósito é combater as desigualdades e contribuir para desenvolver economicamente as nações que buscam se associar às suas políticas. Essas organizações, via de regra, são financiadas e controladas pelo capital que tem forte poder sobre os Estados nacionais, objetivando realizar um processo ofensivo nas políticas sociais das quais a educação faz parte. Nesse sentido: "[...] o capital tem uma agenda para a educação, que nesse momento, tem centralidade, na privatização dos sistemas públicos de ensino" (BELTRÃO; TAFARELL, 2017, p. 598). Assim, o entendimento desta pesquisadora, é de que tais organizações têm projetos muitos claros e objetivos, diante dos quais se faz necessária a crítica e a análise dos documentos e discursos apresentados.

Em relação ao cenário brasileiro, as reformas não estão sendo produzidas em função da análise do que acontece em nossa realidade, mas pela busca de um modelo genérico, que não reflete de forma alguma a concretude do Brasil. As principais tendências observadas estão associadas à privatização da escola pública, a avaliações em larga escala e a questões relacionadas à meritocracia que muito se distanciam de um processo democrático de educação.

Outra questão não menos importante é a participação do setor empresarial no direcionamento de reformas, a exemplo da reforma do ensino médio, aprovada no governo Temer. Os reformadores educacionais, na figura de empresários, tiveram amplo espaço e acolhida de suas reivindicações nas audiências públicas que discutiam temáticas relevantes para o campo educacional, espaço que acreditamos que deveria ser ocupado pela comunidade escolar e não aos empresários associados ao mundo do capital.

> Um dos alvos da ofensiva burguesa é justamente a educação. Grandes conglomerados financeiros, avançam nas formas de empresariamento, privatização, mercantilização, mercadorização e finaceirização dos sistemas educacionais. Cinicamente, frações burguesas se fortalecem no âmbito político-ideológico nas disputas pelas políticas públicas de educação, seja por meio de parcerias público-privadas e atuação de seus aparelhos privados de hegemonia (APH), seja ocupando espaços nos aparelhos estatais, a exemplo do Conselho Nacional de Educação (MOTTA; EVANGELISTA; CASTELO, 2021, p. 2).

O fragmento destacado revela o contexto educacional brasileiro no qual as frações burguesas, cada vez mais, têm expandido seus raios de atuação em detrimento da classe trabalhadora. Processos como a privatização, a mercantilização e a financeirização são realidades das duas primeiras décadas do século XXI. A lógica expansionista do capital busca, recorrentemente, a apropriação dos mais diversos espaços e transformações nas áreas de meio

ambiente, saúde, educação, previdência, dentre outras que são tão relevantes e necessárias para a classe trabalhadora. Nesse sentido,

> É importante não perder de vista que a dinâmica expansionista do capital tende a açambarcar progressiva e incessantemente as condições de reprodução social de povos e territórios espalhados ao redor do globo terrestre, subjugando-os à sua lógica e necessidade de impulsionar o processo de valorização do capital. É um processo sucessivo e intenso de expropriação e transformação dos meios de vida- natureza, saúde, educação, previdência social, habitação entre outros-em capital, sujeitando cotidianamente a classe trabalhadora (MOTTA; EVANGELISTA; CASTELO, 2021, p. 1).

Em nossa discussão, a educação é área prioritária, por isso, cabe compreender que existe um movimento amplo que visa, justamente, a avançar cada vez mais sobre os direitos sociais, que são fruto de lutas de tantos trabalhadores que, recorrentemente, assistem à ofensiva do modo de produção capitalista.

O contexto desta pesquisa está associado ao ensino superior, embora os organismos internacionais busquem direcionar suas diretrizes para os mais diversos níveis. Assim, é fundamental pontuar que a discussão aqui tem como foco o ensino superior, especialmente a Educação a Distância (EAD).

O ensino superior tem sido visto como campo que pode possibilitar o desenvolvimento econômico dos mais diversos países, desse modo, é urgente assinalar que o desenvolvimento defendido por frações burguesas não visa ao estabelecimento de instituições universitárias tradicionais, mas de perspectivas flexíveis voltadas apenas ao processo de ensino que forma mão de obra para o trabalho.

No cenário de mundialização do capital, a educação superior adquiriu traços das chamadas “sociedades do conhecimento” que estão totalmente vinculadas aos discursos de organismos internacionais, os quais por meio de documentos orientadores, diretrizes e reformas estão cada vez mais presentes nos estudos sobre políticas educacionais.

O período de reformas neoliberais promoveu uma série de transformações no que tange à redução de recursos para educação superior que tem sido obrigada a buscar novas fontes orçamentárias visando o seu processo de sobrevivência. Existe também uma diretriz dos mencionados organismos internacionais de que a educação superior deve estar associada não a um modelo tradicional de instituições universitárias, mas a um paradigma mais flexível, associadas apenas ao ensino, como os institutos e faculdades.

Maués (2019, p. 25) destaca que:

> Há, pois, uma tendência induzida principalmente pelos organismos internacionais e pelo mercado, de que as instituições de educação superior devem se diferenciar, abrindo um leque grande para aquelas que não estão na rubrica de universidades, tais como institutos e as faculdades; devem também diversificar suas fontes de financiamento, além de haver necessidade de uma mudança efetiva no papel do governo/Estado.

O contexto educacional brasileiro caminha a passos largos associados ao setor privado mercantil, cuja influência de organismos como BM, OCDE e UNESCO ratifica tendências já observadas em países desenvolvidos, a exemplo dos Estados Unidos da América, e subdesenvolvidos, na América do Sul, onde encontra-se o caso emblemático do Chile que possibilitou a inserção de projetos privatistas na década de 1980 em seu sistema educacional sob a ditadura de Augusto Pinochet. Assim, a educação superior está sendo colocada nos projetos de "missões e objetivos" de organismos internacionais com total aparato do Estado.

A retórica do neoliberalismo tem se pautado cada vez mais no financiamento dos serviços sociais objetivando alcançar resultados mensuráveis, ocorre que estes resultados, muitas vezes, não refletem a realidade daquele espaço geográfico, visto que importam modelos associados ao mundo desenvolvido aplicados em realidades diversas. O Banco Mundial, por exemplo, trabalha baseado em uma perspectiva de que sistemas públicos educacionais tendem a ser dispendiosos e que o investimento na esfera privada oferece rentabilidade ao Estado. Porém, cabe questionar a qual contexto econômico esta análise está associada? O BM é uma instituição com mais de 180 países, sediada na capital dos EUA, onde os financiadores de maior peso são os Estados Unidos da América (EUA), Japão, Alemanha, Reino Unido e França. Quem mais investe possui atualmente 50% dos votos o que representa entre 10 e 11 países de um total muito maior. Portanto, faz-se necessário compreender as nuances do sistema do capital implementadas nas políticas educacionais que não estão sendo realizadas por países subdesenvolvidos, mas por nações com maior poder.

3.1 Reforma do Estado sob influência do Banco Mundial

A retração de gastos governamentais e a ideia de teto orçamentário, implementada pela reforma neoliberal, responde aos interesses privatistas do capital, que se viu em vias de contínuas crises. Nesse contexto, os sistemas educacionais associados a constantes reformas e redução de custos acabam por estimular o privado mercantil, que opera em crescimento, enquanto que o setor público enfrenta uma fase de estagnação, ou mesmo retração.

A adoção de práticas neoliberais no espaço geográfico brasileiro pode ser observada desde a da Ditadura Civil Militar[4], entre os anos de 1970 e 1980, tendo seu processo expansivo na década de 1990. Características como a reestruturação produtiva, privatização intensificada, redução da máquina estatal, políticas fiscais e monetárias associadas aos ditames de organismos mundiais hegemônicos, como Fundo Monetário Internacional (FMI), refletiram no campo das relações sociais que passaram a estar pautadas por um modelo de Estado mínimo.

Políticas sociais como saúde, educação e previdência passaram a ser relegadas a ações reduzidas por parte do Estado, ao mesmo tempo em que ocorre abertura para exploração e expansão do setor do mercantil. As políticas necessárias para a população passaram a ser caracterizadas como serviços e explorados pela iniciativa privada. Assim, o neoliberalismo pode ser caracterizado como um projeto da classe burguesa que utiliza características associadas à liberdade econômica, autonomia, livre comércio, livre mercado e políticas em prol da manutenção do *status quo*. O estágio atual deste plano, que embora enfrente crises cíclicas, apresenta-se em constante movimento nos mais diversos países do globo.

Ao problematizar o mundo moderno observamos algumas questões passíveis de discussão, tais como: a flexibilidade dos processos de trabalho, a intensificação de padrões de consumo, a financeirização da economia, o fetiche pela tecnologia, o aprofundamento das desigualdades regionais e o crescimento do setor de serviços. Na obra Condição pós-Moderna, Harvey (2008, p. 140) denomina essas transformações como acumulação flexível:

> A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

O mundo do trabalho, a cada dia, tem sido modificado em meio a um cenário favorável à burguesia, em que os padrões de consumo de países desenvolvidos se tornaram insuportáveis para o planeta Terra, cujo resultado é o enfrentamento de uma das piores crises ambientais já vividas. Nesse contexto, os serviços financeiros progressivamente se tornam mais ágeis e modernos, o mercado se modifica constantemente, os países subdesenvolvidos atraem polos

---

[4] A Ditadura Civil Militar foi um período que teve duração de 21 anos, onde Brasil, foi governado por forças militares. Neste período, o país teve 5 mandatos militares, que instituíram mecanismos que se sobrepunham a Constituição Federal. Foram característicos deste período a restrição de liberdade, a repressão aos opositores e a censura. Neste período histórico ocorreram eleições indiretas, aprovação de atos institucionais que garantiam plenos poderes aos militares, violência e tortura aos opositores, restrição de direitos políticos e de liberdade de expressão.

industriais em virtude de um baixo valor de mão de obra e a tecnologia se tornou peça fundamental para os mais diversos setores. No que tange à atuação do Estado, ele tem se afastado das questões sociais, sobretudo em relação à organização da classe trabalhadora, visto que se observa um movimento de retração. Em relação a estes importantes campos, Harvey (2008, p. 158) salienta:

> A gradual retirada do Estado do bem-estar-social e o ataque ao salário real e ao poder sindical organizado, que começam como necessidade econômica na crise de 1973-1975, foram simplesmente transformados pelos neoconservadores numa virtude governamental.

As questões discutidas por Harvey (2008) se tornam bastante próximas ao analisarmos os contextos políticos brasileiros vivenciados nas últimas duas décadas do século XXI, em que se observa um afastamento do Estado das questões sociais, além da intensa política de ataque aos sindicatos. Tal cenário está associado à redução do poder de compra do salário mínimo, realidade que abarca a grande maioria da classe trabalhadora assalariada.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), a educação superior brasileira esteve vinculada a uma lógica privatista e mercadológica. Foi nesta gestão que ocorreu o processo de Reforma do Estado associada à redução dos direitos sociais de um Estado que não é mais protagonista, no que se refere à execução de políticas sociais. O Estado, no contexto aqui discutido, passou a ser um regulador do mercado. Nesse sentido, Vidal aponta (2016, p. 38):

> Esse projeto que ganha força no contexto brasileiro, com maior relevância a partir do governo FHC, implicam novos padrões econômicos, sociais e ideopolíticos, pois é a ideia de um Estado mínimo para o máximo de mercado, o que o governo convencionou denominar de Reforma de Estado, na verdade, é uma contrarreforma, um período de forte retração de direitos sociais, de um Estado regulador de mercado e não executor de políticas públicas.

A Reforma do Estado, conduzida por FHC, esteve vinculada aos comandos do mundo do capital em que as políticas públicas tendem a ser reduzidas, enquanto que o espaço para a iniciativa privada a ser maximizado. A justificativa para desenvolvimento de práticas neoliberais é sustentada pela classe burguesa, cuja premissa é a de que o Estado foi mal gerenciado, por isso, alterações neste campo são indispensáveis. O Estado, portanto, enquanto entidade ineficaz e burocrática, precisa ser alterado, neste processo, ele passa da categoria de agente financiador para agente gerenciador. Harvey (2008, p. 160) problematiza que as novas funções do Estado para o mundo moderno, atualmente, estão pautadas na regulação do funcionamento das atividades do capital, e afirma:

> Hoje, o Estado está numa posição muito mais problemática. É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse nacional, a criar um "bom clima de negócios", para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos dos controles de cambio) a fuga de capital para pastagens mais verdes e lucrativas.

Entende-se que o Estado se encontra em uma posição de constantes transformações, tendo em vista os projetos governamentais que são regularmente alterados, em virtude do próprio movimento do capital. Os avanços de governos de direita também aprofundam tais alterações no campo estatal, muito embora as conquistas sociais e políticas estejam asseguradas desde o processo de redemocratização do país, com a Constituição Federal de 1988. Em contradição ao que está previsto na Constituição, a partir da década de 1990 tais conquista foram postas em xeque em função dos ataques intensificados para mitigação dos direitos constitucionalmente aprovados.

O Banco Mundial (BM), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresentaram, na década de 1990, uma série de recomendações no que tange à educação superior. Na concepção destas organizações, faz-se necessário ampliar o acesso à educação sob a justificativa de que os recursos humanos devem se adequar às necessidades do mundo globalizado.

Em sua publicação do ano de 1995, intitulada *La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiencia*, o Banco Mundial assim expressa sua orientação:

> El examen de las experiencias de los países indica que hay cuatro orientaciones clave para la reforma:
> * Fomentar la mayor diferenciación de las instituciones, incluido el desarrollo de instituciones privadas
> * Proporcionar incentivos para que las instituciones públicas diversifiquen las fuentes de financiamiento, por ejemplo, la participación de los estudiantes en los gastos y la estrecha vinculación entre el financiamiento fiscal y los resultados
> * Redefinir la función del gobierno en la enseñanza superior
> * Adoptar políticas que estén destinadas a otorgar prioridad a los objetivos de calidad y equidad (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 4).

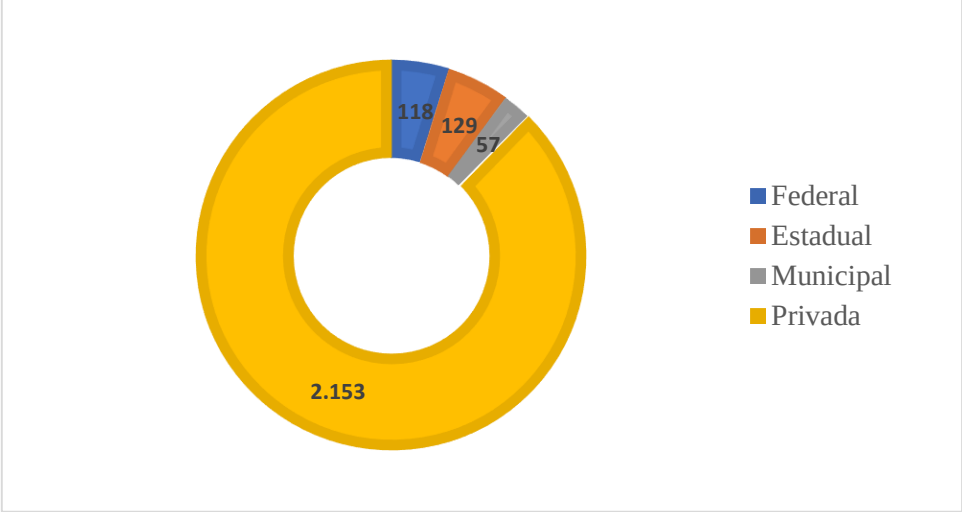
No que tange às instituições de educação superior, as recomendações de organismos multilaterais como o BM se pautam na diversificação universitária, apoio ao desenvolvimento das instituições privadas, incentivo à diversificação das fontes de financiamento e participação dos estudantes nos gastos acadêmicos, já as funções do Estado na concepção deste organismo devem ser reduzidas.

> O Estado passa a direcionar o ensino superior para as instituições privadas, incentivando a criação de novas unidades, não necessariamente universitárias, pois os documentos do BM apontam que devem ser das mais diferentes naturezas. Nas instituições públicas, o governo passa a cobrar resultados, conforme as necessidades do mercado e nos documentos de forma geral verifica-se que não consta a preocupação com a produção de conhecimento crítico e nem com pesquisa e extensão (VIDAL, 2016, p. 40).

Os impactos deste tipo de orientação transformaram o espaço educacional brasileiro, dada a associação à mercantilização, com uma grande quantidade de grupos educacionais capitaneando a educação superior. A grande maioria destas instituições estão orientadas apenas para a formação direcionada para preparação de mão de obra para o trabalho, sem mencionar o amplo espaço que a Educação a Distância (EAD) tem conseguido obter nos últimos anos.

No que se refere à categoria administrativa das instituições de ensino superior do Brasil, verifica-se a predominância do setor privado mercantil, representado por 88% do segmento. Já o setor público, é representado por frações nas categorias federais e estaduais em 5%, respectivamente, e o restante, 2%, no âmbito municipal, conforme o Gráfico 1, a seguir:

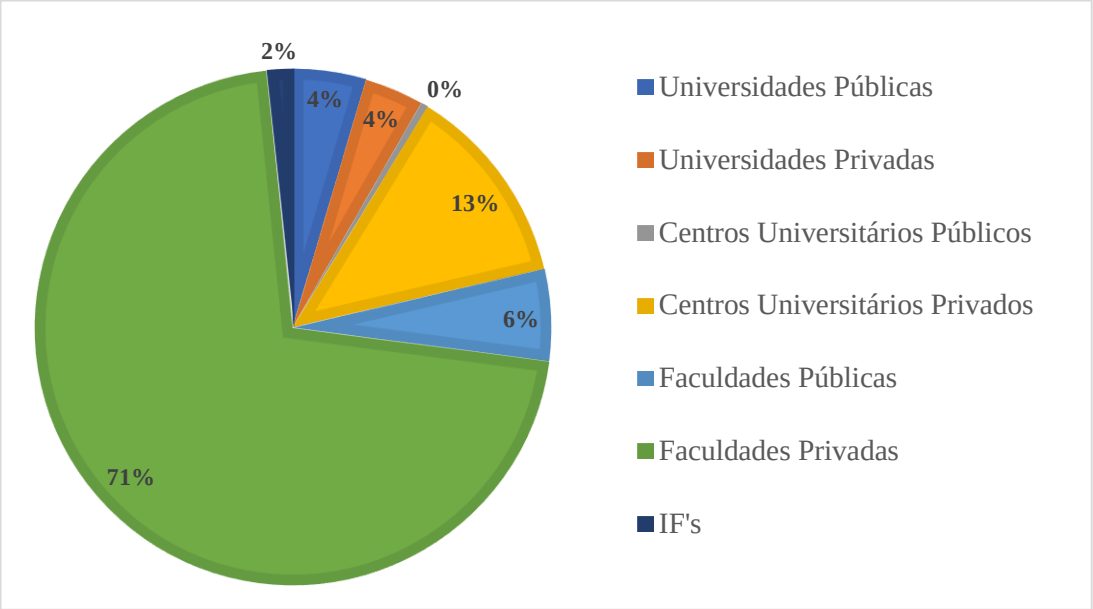
Gráfico 1 — Categoria administrativa das instituições superiores do Brasil (2020)



Fonte: elaborado pela autora com base na consulta dos dados do Censo da Educação Superior (INEP) (2020).

Em relação à diferenciação institucional, no ano de 2020, considera-se a relevância do número de participação das faculdades privadas e centros universitários também privados, o que evidencia um modelo institucional de preponderância do ensino em detrimento da pesquisa e extensão, de acordo representação do Gráfico 2, a seguir:

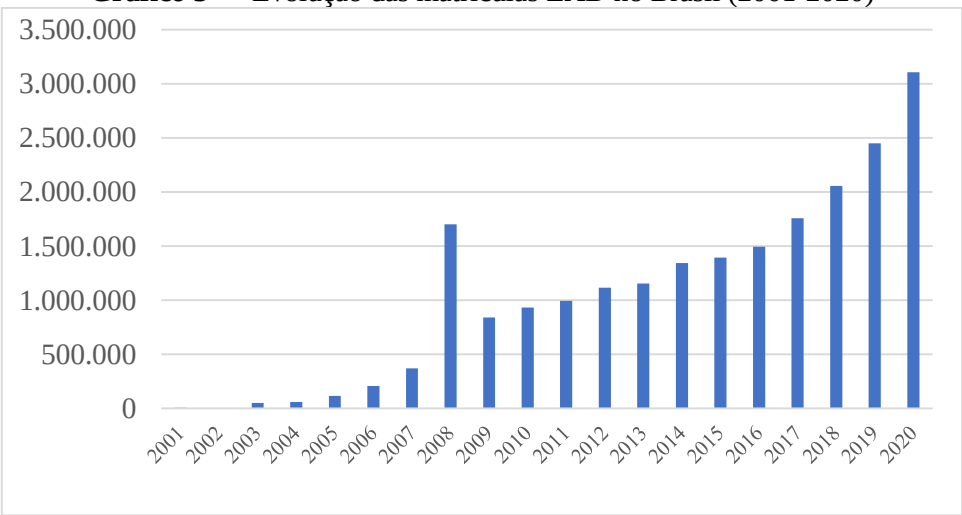
Gráfico 2 — Diferenciação das IES do Brasil (2020)



Fonte: elaborado pela autora com base na consulta dos dados do Censo da Educação Superior (INEP) (2020).

No que concerne à participação da educação a distância em termos de matrículas, identifica-se um crescimento constante. O último Censo da educação superior, divulgado em fevereiro do ano de 2022, apontou que a EAD já ultrapassa 3 milhões de alunos matriculados, a perspectiva para o Censo do ano de 2021 é ainda maior, em virtude do cenário pandêmico. Em relação à expansão de matrículas em EAD, entre 2001-2020, os dados podem ser melhor dimensionados no Gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 — Evolução das matrículas EAD no Brasil (2001-2020)



Fonte: Elaborado pela autora com base na consulta dos dados do Censo da Educação Superior (INEP) (2020).

O contexto atual, apresenta-se com a atuação do setor privado em processo expansivo, diante disso, cabe considerar que esta expansão não ocorreu de forma natural, mas pautada, em sua grande maioria, por financiamento estatal. As instituições privado-mercantis têm crescido no cenário educacional do espaço geográfico brasileiro, financiadas por verbas públicas decorrentes de políticas de Estado e, também, de governos. Os montantes de dinheiro público aplicados na iniciativa privada, sem dúvida, impactaram na situação preocupante que as instituições públicas vivenciam na atualidade. A Tabela 1, adiante, demonstra as frações bilionárias destinadas aos programas FIES e ProUni que contribuem para o processo de expansão mercantil entre 2003-2018.

Tabela 1 — Recursos destinados ao FIES e Pro Uni (2003-2018) e despesas com as Universidades Federais

Período	Despesas com universidades federais	PROUNI	FIES
2003	21.412.211.978	-	1.707.118.374
2004	24.253.554.956	-	1.574.795.637
2005	23.423.236.359	225.330.289	1.661.705.823
2006	28.709.169.379	437.458.373	1.851.580.530
2007	30.821.469.585	681.872.653	1.896.601.036
2008	33.176.536.853	803.242.970	2.162.818.158
2009	39.071.256.923	935.886.574	2.446.478.257
2010	45.078.135.956	970.783.780	2.896.403.489
2011	48.101.514.657	888.995.704	3.884.084.063
2012	49.102.743.126	1.133.069.163	8.003.929.024
2013	53.737.174.922	1.487.415.261	10.653.336.960
2014	54.775.867.040	1.494.915.271	16.209.835.088
2015	51.868.137.999	2.099.566.088	17.849.417.942
2016	51.958.956.964	2.422.469.919	19.960.855.435
2017	54.730.077.935	2.463.467.258	21.712.662.718
2018	54.767.653.430	2.491.008.342	12.909.632.486

Fonte: adaptada pela autora com base em Chaves *et al.* (2020).

O Pro Uni e FIES foram políticas que possibilitaram uma maior inserção do aluno da classe trabalhadora ao ensino superior, todavia, faz-se necessário analisar que o período ora destacado foi vantajoso em termos financeiros para as instituições privadas. Apenas para destacar, em 2017, ano de maior investimento nos programas, o governo direcionou mais de 21 bilhões de reais ao FIES que somado com o Pro Uni totalizou R$ 24.176.129.976 (vinte e quatro bilhões cento e setenta e seis milhões cento e vinte e nove mil novecentos e setenta e seis). São frações consideráveis que contribuíram para o crescimento do mercantil e o sucateamento do setor público.

Para que a educação brasileira chegasse a este ponto, é importante observar o movimento histórico que ela vem percorrendo nas últimas décadas sob influência do Banco Mundial.

> Las instituciones privadas constituyen un elemento importante de algunos de los sistemas de enseñanza postsecundaria más eficaces que existen actualmente en el mundo en desarrollo. Pueden reaccionar en forma eficiente y flexible al cambio de la demanda, y amplían las oportunidades educacionales con poco o ningún costo adicional para el Estado. Los gobiernos pueden fomentar el desarrollo de la educación terciaria privada a fin de complementar las instituciones estatales como medio de controlar los costos del aumento de la matrícula de la educación superior, incrementar la diversidad de los programas de enseñanza y ampliar la participación social en el nivel terciario (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 6).

O Banco Mundial, instituição que representa os interesses do capital, apresenta seus objetivos de forma sintética e clara. Tal organismo se apoia a uma redução do financiamento estatal em educação superior e investimento no ensino privado, visto que as instituições privadas são consideradas mais eficazes para os países em desenvolvimento, em virtude de ampliar as oportunidades educacionais com poucos ou nenhum custo adicional para o Estado. Na concepção deste organismo multilateral, os governos podem fomentar o desenvolvimento da educação terciária privada para complementar as instituições estatais, porém, o que se tem observado é o direcionamento de dinheiro público para esfera privada no intuito de favorecer este segmento em detrimento dos sistemas público educacionais.

Ainda em relação às orientações do BM, no que tange à educação superior, observa-se que os propósitos são muito bem direcionados e extremamente atuais quando se observa o que era propagado na década de 1990 e o que estamos vivendo no século XXI.

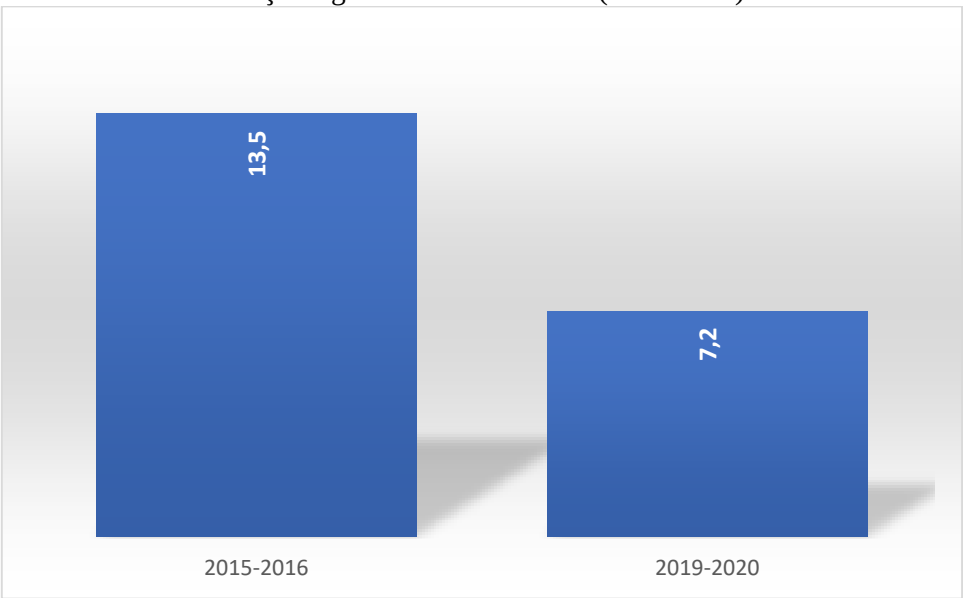
> Muchos sistemas públicos funcionan en condiciones adversas de hacinamiento, deterioro de sus instalaciones físicas, personal insuficiente, recursos escasos para las bibliotecas y equipos científicos y materiales didácticos insuficientes. Incluso en las ex repúblicas socialistas de Europa y Asia central, donde el aumento de las matrículas era limitado hasta 1989, las reducciones drásticas de los fondos públicos ponen en peligro la calidad y la sostenibilidad de los programas existentes, e incluso la supervivencia de las instituciones (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 18).

Nos últimos anos, os sistemas públicos de educação superior “tem respirado por aparelhos” em virtude dos cortes, congelamentos e contingenciamentos de verbas orçamentárias que impactaram nas estruturas físicas das instituições, no baixo volume de compra de livros para as bibliotecas, nos parcos recursos para pesquisas científicas, na quase inexistência de concursos públicos para professores e técnicos administrativos. A sobrevivência

das instituições públicas, em face de um modelo orientado por políticas como as do Banco Mundial, encontra-se ameaçada.

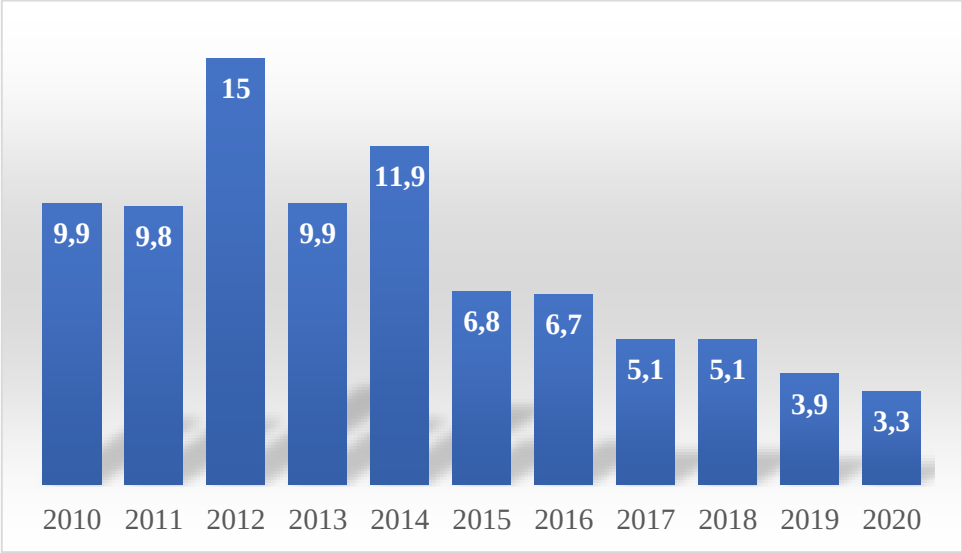
As reduções orçamentárias do governo Jair Bolsonaro em seus dois primeiros anos impactaram com maior amplitude a educação superior e a profissional, embora a educação básica também registre retrocessos. Os gastos necessários para ampliação de políticas públicas, verbas para compras de equipamentos e insumos foram o foco da atual gestão. Em 2019, o Ministério da Educação (MEC) realizou gastos em R$ 3,9 bilhões, já em 2020, na conjuntura pandêmica, o governo Bolsonaro reduziu os seus gastos fechando o ano com um investimento de R$ 3,3 bilhões. Salienta-se que neste cálculo não entram as despesas relacionadas ao pagamento de salários. Para melhor dimensionar a questão, o Gráfico 4, a seguir, faz um comparativo das reduções orçamentárias na gestão Dilma-Temer em relação aos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, já o Gráfico 5, logo em seguida, faz análise de reduções orçamentárias do MEC entre 2010-2020, cujos dados permitem constatar que sob o governo Bolsonaro a redução de investimentos foi a maior da década.

Gráfico 4 — Orçamento do MEC nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro (2019-2020) em relação à gestão Dilma e Temer (2015-2016)



Fonte: Ministério da Economia (2021).

Gráfico 5 — Orçamento do MEC 2010-2020



Fonte: Ministério da Economia (2021).

A redução orçamentária no governo Bolsonaro (2019-2020) em comparação ao período Dilma-Temer (2015-2016) foi de 6,3 bilhões. No ensino superior e profissional, a redução de investimentos chegou em 1,3 bilhão, mesmo ocorrendo uma evolução no que tange ao número de alunos nas universidades e institutos federais. No ensino profissional, o recuo foi na ordem de 88 milhões. A redução de recursos impacta na construção de salas, laboratórios, aquisição de equipamentos, reformas da infraestrutura das instituições, pagamentos de contas de água, luz e segurança, enfim, na manutenção do sistema.

Por isso, faz-se cada vez mais necessária a análise não simplesmente dos dados e discursos para uma crítica a um modelo já existente que não visa à permanência dos sistemas públicos de educação. Na discussão a ser realizada, posteriormente, poderemos observar as estruturas do capital sendo desenvolvidas nos governos FHC, Lula e Dilma.

3.2 O contexto brasileiro nas gestões FHC, Lula e Dilma

A educação enquanto direito constitucional tem se tornado uma mercadoria nas mãos do capital em virtude de seu processo de rentabilidade. Observa-se que dentro dos contextos educacionais tudo passou a ser comercializado: os vestibulares, as matrículas, os sistemas de acesso aos materiais didáticos e as mensalidades. Os ditames neoliberais dentro das instituições trazem como resultados alunos que participam de processos formativos que estão associados ao sistema capitalista.

A mercantilização da educação é uma realidade, neste sentido, é fundamental a união da classe trabalhadora a fim de provocar alterações na ordem dominante. Também é indispensável a resistência contra o avanço de práticas capitalistas nos sistemas educacionais, entretanto, além de resistir, a classe precisa lutar para superar o capitalismo em busca de uma sociedade justa e humana.

A inserção da concepção neoliberal de gestão pública no espaço geográfico brasileiro não tem sua gênese no governo FHC, uma vez que no governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), bem como Itamar Franco (1992-1995) são os primeiros sinais da sua marca. O aprofundamento dessa concepção de gestão e de formulação de políticas públicas foram intensificados no governo FHC, estando também presentes nos governos petistas de Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), ainda que políticas conciliatórias tenham sido estabelecidas. A intensificação e recrudescimento da política neoliberal é marca do governo Michel Temer (2016-2018) que conseguiu aprovar, junto ao Legislativo, Emendas Constitucionais restritivas ao funcionamento dos serviços públicos de natureza social. Na atual gestão de Jair Messias Bolsonaro, a situação se torna ainda mais grave, não só pelas reduções orçamentárias impostas, como também pelo sucateamento das instituições públicas.

Com um Estado que busca minimizar seu campo de atuação na esfera pública dos serviços sociais, a educação passa à categoria de um bem a ser comercializado no mercado, inclusive na Bolsa de Valores.

No ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBN) de 1996 se constitui em uma legislação significativa para o campo educacional deste país. Esta legislação possibilitou um novo ordenamento para a educação superior, visto que permitiu a diversificação institucional, tornando-a mais flexível ao modelo de funcionamento do setor mercantil. O Estado com este marco regulatório teve a possibilidade de reduzir seus recursos para as IES públicas ampliando seu sucateamento, ao seu tempo que utilizava recursos públicos para favorecer a ampliação do setor privado.

Em seu artigo 54, a LDBN destaca:

> Art. 54. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal.
> § 1º No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:
> I - Propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;

> II - Elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;
> III - Aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo poder mantenedor;
> IV - Elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;
> V - Adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;
> VI - Realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;
> VII - Efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho (BRASIL, 1996, *on-line*).

Ainda que considerada como marco histórico para a educação brasileira, a LDBN, ainda que resultante de projetos antagônicos da sociedade, é também mais uma aproximação da educação com as lógicas impostas pelo domínio do capital. A constitucional autonomia universitária torna-se frágil diante de um Estado que condiciona a universidade à responsabilidade de captar seus recursos, via operações de crédito e financiamento. Nesse contexto, na disputa de ordenamento da educação brasileira, a LDB promulgada representou os interesses do capital se tornando bem distante dos princípios de defesa dos sistemas públicos, gratuitos e de qualidade, a serviço da classe trabalhadora.

O governo FHC fecha sua gestão com a ampliação da atuação do setor privado mercantil, enquanto que houve uma redução acentuada e sucateamento do setor público de educação superior. Vidal (2016, p. 51) sintetiza:

> Com isso, uma das grandes marcas do governo FHC com relação à educação superior, refere-se à ampliação de IES privadas e o aumento significativo da oferta de vagas. As ações desse governo se ligam aos interesses internacionais do grande capital e passam a garantir uma formação de educação superior que se volta aos interesses do mercado. Nesse contexto, a educação superior vai perdendo sua especificidade enquanto conquista de direitos sociais e sobre o ideário neoliberal se torna mais um instrumento de acumulação do capital.

Para uma compreensão do processo de expansão das instituições de ensino superior no Brasil, bem como de matrículas, no governo FHC (1995-2002), as Tabelas 2 e 3 visam a melhor dimensionar os dados.

Tabela 2 — Evolução do número de instituições de ensino superior (1995-2002)

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1995	894	57	76	77	684
2002	1637	73	65	57	1442
1995/2002 (%)	83.1	28.1	-14,5	-26	110,8

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados do Censo da Educação Superior (INEP) (2021).

Tabela 3 — Evolução de matrículas no ensino superior (1995-2002)

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1995	1.759.703	367.531	239.215	93.794	1.059.163
2002	3.479.913	531.634	415.569	104.452	2.428.258
1995/2002 (%)	97.8	44.7	73.7	11.4	129.3

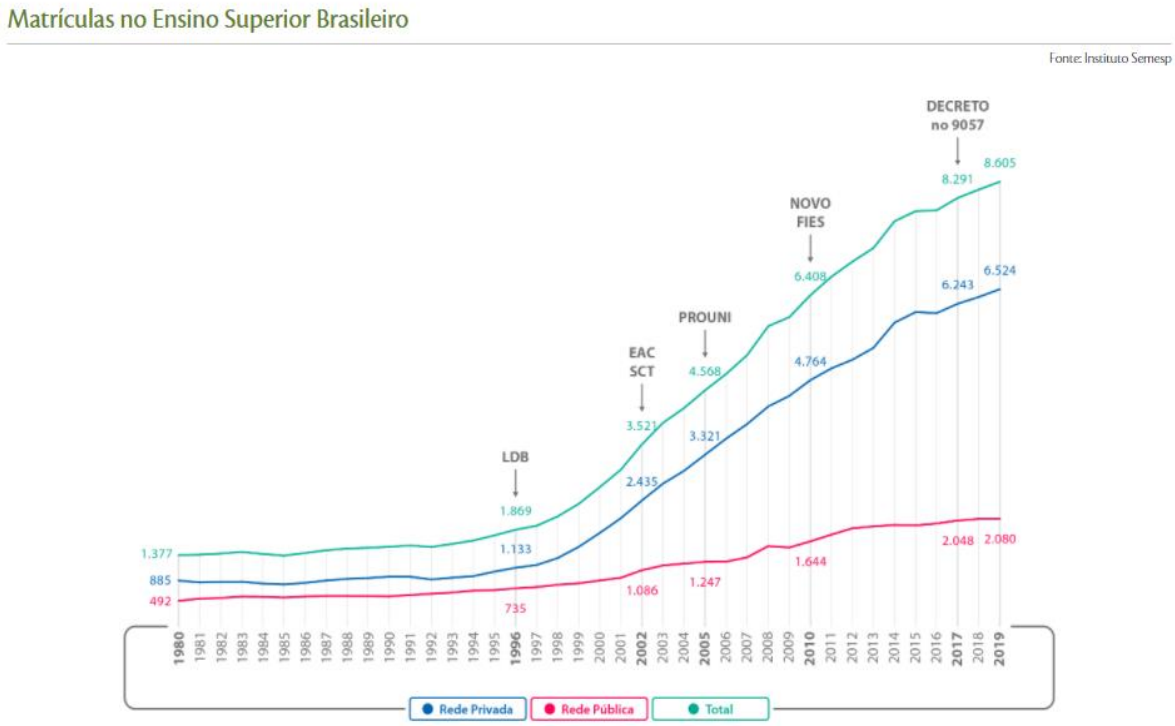
Fonte: elaborada pela autora com base nos dados do Censo da Educação Superior (INEP) (2021).

Sob o governo FHC, as IES tiveram redução na esfera estadual e municipal ao mesmo tempo que dispuseram de acréscimos medianos nas instituições universitárias federais e um crescimento mais robusto nas IES privadas. Em relação ao número de matrículas, ocorreu incremento no âmbito federal, estadual e um leve crescimento no domínio municipal. Já nas instituições privadas, a expansão se revelou mais robusta.

O estágio em que a educação superior se encontra atualmente é fruto de um processo histórico das mais diversas gestões e suas ligações com o capital sob o domínio de organismos internacionais. Tivemos ao longo das últimas décadas, ampliação da oferta de matrículas e de cursos nas instituições privadas, pautadas apenas no princípio do ensino, relacionado pelas lógicas de mercado. As instituições públicas, por sua vez, até conseguiram aumentar seu número de cursos e de alunos, porém, sofrem com os cortes, contingenciamentos, congelamentos e reduções orçamentárias que impactam fortemente na produção de ciência em território brasileiro.

No governo Lula (2003-2011), a expansão das matrículas na educação superior foi marcada pela narrativa de democratização e ampliação de acesso. Ao analisar dados referentes a esse período, identificamos que o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), instituído pela MP nº 1.827, de 27/05/99, regulamentado pelas Portarias MEC nº 860, de 27/05/99 e 1.386/99, de 15/19/99 e Resolução CMN 2647, de 22/09/99, no Governo FHC, e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), instituído em 2004 por meio do PL 3582/2004, de autoria do Poder Executivo Federal, tornado Lei n° 11.096, de janeiro de 2005, foram os protagonistas nesse processo, conforme pode ser observado na Figura 1, a seguir, acerca das Matrículas no Ensino Superior de 1980 a 2019.

Figura 1 — Matrículas no ensino superior (1980-2019)



Fonte: SEMESP (2021).

Ao tempo que reconhecemos a ampliação das matrículas no Governo Lula da Silva, identificamos também o incremento que o setor mercantil deu a esse cenário. Neste sentido, verificamos que ocorreram políticas relacionadas ao acesso de alunos tanto nas instituições em âmbito público quanto no segmento do privado-mercantil.

Embora com discurso um pouco diferente da gestão anterior, o governo Lula deu prosseguimento ao processo de privatização da educação superior brasileira. Os documentos jurídicos que apoiavam o privado mercantil foram intensificados, as verbas de apoio às instituições públicas foram reduzidas e o investimento em instituições privadas foram destaques deste período de transformação do espaço educacional brasileiro.

No segmento público também ocorreram alterações das políticas públicas visando a expandir o ensino superior entre os processos ocorridos, destacam-se: Decreto nº 5.622, de 2005, que regulamentou a Educação a Distância (EAD), e o Decreto nº 6.096 que aprovou a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

A política estabelecida no governo Dilma Rousseff (2011-2016) no que tange à educação, buscou dar continuidade aos programas instituídos por seu antecessor e focou na construção de 4 universidades federais que foram: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Universidade Federal da Região do Cariri, Universidade Federal do Oeste da Bahia e Universidade Federal do Sul da Bahia. Foram também marcas de seu governo a ampliação do

número de *campi* universitários, bem como construção novos de Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs). Outra questão de relevância foi a implantação do "Programa Ciência sem Fronteiras" que visava a estimular a mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores mediante a concessão de bolsas em instituições estrangeiras. São características deste período a continuidade do processo de avanço das instituições mercantis embora tenham ocorrido investimentos em âmbitos de criação de instituições federais.

Tanto a gestão Lula quanto Dilma se pautaram em discursos relacionados à democratização da educação superior do Brasil. É fato que ocorreram avanços, contudo, é necessário pontuar que justamente nestas gestões as instituições privadas puderam potencializar suas fontes de captação de recursos.

3.3 A Educação a distância (EAD)

A EAD consiste em uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados no espaço, muitas vezes, em tempos diferentes. Para que esta modalidade possa existir, faz-se necessário o uso de tecnologias de informação e comunicação que são denominadas TICs. Algumas atividades desta modalidade ocorrem de maneira síncrona, ou seja, tanto alunos quanto professores precisam estar conectados no mesmo momento, via *chats*, vídeo conferência e outras plataformas de comunicação. Porém, a maior parte das atividades ocorrem de maneira assíncrona, ou seja, em temporalidades totalmente diversas.

Para que a EAD se realize é necessário que seja planejada por uma instituição de ensino. No Brasil, a instituição deve ser credenciada pelo Ministério da Educação (MEC). Existem outras iniciativas de oferecimento de modalidade de educação a distância como as universidades virtuais, a exemplo da Universidade Aberta do Brasil (UAB), do Instituto Universidade Virtual Brasileira (UVB), além de algumas empresas que são denominadas universidades corporativas e utilizam a prática *e-learning*, que consiste em uma forma de capacitar os trabalhadores visando a redução das despesas com locomoção e ausências.

Esta pesquisa não aborda as tidas universidades abertas, virtuais e as atuais corporativas como sendo espaços universitários. No nosso entender, os processos de ensino e aprendizagem para serem associados a uma categoria de universidade devem estar vinculados ao ensino, pesquisa e extensão, condição que estas instituições não praticam, por isso, são consideradas apenas como instituições de ensino.

Os defensores da EAD argumentam que o aluno pode estudar a caminho do trabalho, com uso de seus *smartphones* ou *tablets*, aos finais de semana, nos intervalos disponíveis, a um

preço extremamente reduzido e com um processo de formação mais rápido que as instituições tidas como tradicionais.

> Portanto, a EAD possibilita a manipulação do espaço e do tempo em favor da educação. O aluno estuda onde quiser e quando quiser e puder. Pode, por exemplo, passar algumas semanas sem se dedicar muito aos estudos, por diversos motivos, e durante uma ou duas semanas, então, dedicar-se com mais energia. Ou seja, o aluno se auto programa para estudar, de acordo com seu tempo e disponibilidade (MAIA; MATTAR, 2007, p. 7).

Este tipo de argumento em nada se aproxima dos processos de ensino e aprendizagem necessários para a formação humana de qualidade. Apenas servem para responder às lógicas de mercado que visam a formar sujeitos necessários para as ocupações que o mercado exige. Estudar em intervalos, sem dedicação, aos finais de semana, longe de instituições universitárias associadas ao ensino pesquisa e extensão só favorece a manutenção do *status quo*.

A Educação a Distância (EAD) tem crescido nos mais diversos contextos geográficos, tanto nacionais quanto internacionais. Foi ampliado o número de instituições que oferecem a modalidade de educação a distância, bem como de cursos ofertados, alunos matriculados, professores que produzem material para ser disponibilizado nas instituições EAD por todo o Brasil.

A EAD é uma realidade e, infelizmente, o processo pandêmico vivenciado desde o início de 2020 favoreceu essa modalidade, o que tem gerado preocupações em relação ao futuro das instituições presenciais. Os professores, no processo de ampliação da atuação da EAD, estão sendo substituídos pelos tutores que estão submetidos a relações de trabalho bastante precarizadas, além de estarem cada vez mais envolvidos com a elaboração de conteúdos que são replicados nas mais diversas instituições existentes, apoiadas pelo uso de TICs. Os alunos, em sua grande maioria, não foram acostumados a serem sujeitos participantes ativos do processo de conhecimento, assim, acabam vivenciando dificuldades com o autogerenciamento que a EAD exige.

O posicionamento desta pesquisadora em relação aos sistemas de educação a distância é de que essa modalidade de ensino, em algumas localidades geográficas, é realmente necessária diante da demanda de redução dos impactos da baixa cobertura educacional do Brasil. Porém, o que ocorre é que a EAD tem sido utilizada como substituta dos sistemas de ensino presenciais, com isso, o que se assiste é um avanço do privado mercantil em detrimento do público, em que essa modalidade impõe concorrência com sistemas de graduação presenciais. A educação a distância pode colaborar com os processos de formação dos alunos,

bem como de professores, entretanto, ela não pode ser preponderante no sistema de educação deste país.

Algumas localidades das regiões norte e nordeste do país precisam se apoiar em sistemas de Educação a Distância em virtude das suas dimensões continentais. Existem municípios afastados dos grandes centros onde apenas a reduzida cobertura de internet pode possibilitar acesso ao conhecimento. Existe, também, no contexto brasileiro, ainda um pequeno número de instituições universitárias e amplo espaço para as tidas instituições de ensino. A EAD, assim, pode favorecer pessoas que por diversos motivos não conseguem se deslocar de suas regiões para ter acesso a uma instituição presencial. Acredita-se que esta modalidade pode ser um instrumento de melhoria das condições de vidas de muitas pessoas, ou mesmo capaz ampliar os processos formativos de profissionais já em suas áreas de atuação. Contudo, ela não pode ser o único sistema educativo ofertado à população.

3.3.1 História da EAD

Apesar da educação a distância ser uma modalidade de ensino que se encontra em processo de expansão no século XXI, ela possui uma trajetória relativamente longa e, de acordo fontes bibliográficas, a EAD tem a idade da escrita.

Com a invenção da escrita, a comunicação apresentou maior dimensão espacial e temporal. A partir da invenção desta, já não se fazia necessário que os processos de comunicação ocorressem com todos os sujeitos presentes. Em pesquisa de Maia e Mattar (2007, p. 21) destaca-se “As primeiras manifestações escritas são os desenhos, geralmente em pedras, que procuram copiar e imitar os objetos. Ao desenhar em paredes de pedra, o homem das cavernas já estaria exercitando a comunicação a distância”.

Na concepção dos autores mencionados, já se considera comunicação a distância o ato de escrever e desenhar em pedras. As cartas de Platão e as Epístolas de São Paulo, na análise desses estudiosos, são exemplos iniciais e isolados de educação a distância. Há, também, quem considere que o ensino a distância só foi possível com a invenção da imprensa, no século XV.

A EAD surge, nos moldes da concepção de educação atual, no século XIX, em virtude do processo de desenvolvimento dos sistemas de comunicação (correio) e transporte (trem). Inicialmente, existia o ensino por correspondência que pode ser classificado como **a primeira geração da EAD** que consistia no envio de materiais impressos, encaminhada via correios, para que os processos de ensino pudessem ser realizados.

A segunda geração da EAD pode ser caracterizada pela inserção de mídias como a televisão, rádio, fitas de áudio, vídeo e o telefone. No ano de 1969, foi fundada a britânica *Open University* que utilizava rádio, TV, vídeos, fitas cassetes e denominados centros de estudos onde se realizam experiências pedagógicas diversas, dando espaço para atuação de práticas EAD. Neste contexto, surgem as universidades abertas nos mais diversos países do globo como: na França, a Centre National d'Enseignement à Distance (CNED); na Espanha, a Universidad Nacional de Educación a Distância– (Uned); em Portugal, a Universidade Aberta de Portugal; na Alemanha, a FernUniversitat in Hagen; na Turquia, a Anadolu Universitesi; na China, a Central Rádio and TV Univsersity; na Indonésia, a Universitas Terbuka; na Índia, a Indira Gandhi National Open University; na Tailândia, a Sukhothai Thammthirat Open University; na Coréia, a Korea National Open University; no Irã, a Payame Noor Univeristy e na África do Sul, a University of South África (Unisa).

A terceira geração de EAD, por sua vez, pode ser caracterizada pela utilização de redes de computadores, caracterizada como a educação a distância *on-line*. Nesta, existe uma conversão de uso de tecnologias de multimídia e informática. Foi também característico desta geração o momento de expansão da internet na década de 1990. Os processos de ensino e aprendizagem deste período são altamente associados ao uso da rede mundial de computadores.

3.3.2 A EAD no Brasil

A EAD, no contexto brasileiro, seguiu vinculada ao que acontecia no exterior. Inicialmente, prevaleceram os cursos por correspondência, logo após, mídias como TV e rádio passam a ser bastante utilizadas. Tudo isso antes da expansão da internet que possibilitou a experiência considerada tardia de universidade aberta, a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Para melhor sintetizar a história da EAD no contexto educacional brasileiro elaboramos o quadro abaixo:

Quadro 1 — Linha histórica de desenvolvimento da EAD no contexto geográfico brasileiro

Ano	Descrição
1904	Escolas internacionais e cursos por correspondência.
1923	Rádio-Escola.
1939	Rádio-Monitor.
1941	Instituto Universal Brasileiro: existe até o contexto atual e substituiu recentemente o material impresso pelos cursos *on-line*.
1943	A voz da profecia que constitui o Sistema Adventista de Comunicação.
1947	Senac, Sesc e Universidade do Ar (emissoras associadas que objetivavam oferecer cursos de comerciais radiofônicos).

Ano	Descrição
1961	Movimento de Educação de Base (MEB).
1962	Ocidental Scholl que focava no campo da eletrônica.
1967	Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) que se pautava em cursos por correspondência.
1967	Fundação Padre Landell de Moura que possuía metodologia de ensino por correspondência via rádio.
1967	Projeto Saci vislumbrava a possibilidade de que os meios de comunicação de massa prestassem serviços educacionais.
1970	Projeto Minerva objetivava o uso de rádio para educação e inclusão social de adultos.
1977	Telecurso que oferecia cursos supletivos a distância, disponibilizados por instituições privadas e organizações não-governamentais, utilizando tecnologias de teleducação, satélites e materiais impressos. Na mesma década, a Fundação Roberto Marinho lançou o programa educação supletiva a distância que até o ano 2000 era denominado de Telecurso 2000. Estima-se que mais de 4 milhões de pessoas foram favorecidas pelo Telecurso.
1981	Centro Internacional de Estudos Regulares oferecia ensino fundamental e médio a distância. O objetivo era permitir que crianças brasileiras que fossem residir temporariamente no exterior continuassem ter acesso ao sistema educacional brasileiro.
1991	Salto para o Futuro produzido pela Fundação Roquete Pinto, foi incorporado à TV Escola (Canal educativo).
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996).
2001	Portaria nº 2.253 regulamenta no ensino superior à oferta de disciplinas a distância para atender 20% da carga horária de cursos reconhecidos.
2017	Decreto nº 9057, de 2017, considera a educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação.

Fonte: Elaborado e editado pela autora (2022).

Os cursos em EAD são uma realidade no território do Brasil desde o início do século XX, com a existência dos conhecidos cursos por correspondência, da influência do rádio e, em 1941, com a criação do Instituto Universal Brasileiro.

A Educação a Distância tem como marco jurídico a aprovação da Lei 9394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A publicação deste instrumento jurídico possibilitou a oferta de diferentes cursos na modalidade a distância, sob a narrativa de democratizar o acesso ao ensino superior, especialmente nas regiões com maiores dificuldades de acesso a esse nível de formação. Ocorre que a expansão do ensino superior vem sendo pautada pela ampliação do número de vagas nas instituições, pelo aumento do número de cursos, associados às políticas governamentais que favorecem o avanço do privado mercantil. O contexto educacional brasileiro apresenta-se como um espaço em que muitos alunos têm apenas o acesso às instituições privadas, mas contraditoriamente, em muitos casos, não têm conseguido permanecer nelas, aumentando, assim, os índices de evasão nos cursos de graduação. A narrativa que esta expansão atuaria para o processo de democratização da educação superior no espaço geográfico do Brasil é bastante questionável e merece aprofundamento.

3.4 Enfoques e abordagens presentes nas pesquisas sobre EAD

A EAD vivencia um cenário relacionado a uma possível solução da qualidade educacional do Brasil associada às exigências do século XXI. A educação a distância, segundo seus defensores, propicia novos modos de ensinar e aprender, apoiados ao uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Em países subdesenvolvidos, essa modalidade de ensino aparece como solução para os problemas educacionais, enquanto que em nações desenvolvidas está relacionada à melhoria da qualidade. Cabe pontuar que nossa discussão não se debruça acerca da qualidade, mas dos processos vinculados à expansão, massificação e mercantilização da educação superior a distância.

Considerando as duas primeiras décadas do século XXI, segundo dados registrados pelo INEP, a educação superior privada mercantil detém o maior número de matrículas na graduação, seja na modalidade presencial ou EAD, em oposição à estagnação e mesmo retração do setor público, conforme pode ser identificado nas Tabelas 4 e 5, apresentadas adiante.

Tabela 4 — Matrículas na graduação presencial (2001-2020)

Período	Matrículas na graduação presencial	Setor público Presencial	Graduação presencial %	Setor privado	Graduação privada %
2001	3.030.754	939.225	31%	2.091.529	69%
2002	3.479.913	1.051.655	30%	2.428.258	70%
2003	3.887.022	1.136.370	29%	2.750.652	71%
2004	4.163.733	1.178.328	28%	2.985.405	72%
2005	4.453.156	1.192.189	27%	3.260.967	73%
2006	4.676.646	1.209.304	26%	3.467.342	74%
2007	4.880.381	1.240.968	25%	3.639.413	75%
2008	5.080.056	1.273.965	25%	3.806.091	75%
2009	5.115.896	1.351.168	26%	3.764.728	74%
2010	5.449.120	1.461.696	27%	3.987.424	73%
2011	5.746.762	1.595.391	28%	4.151.371	72%
2012	5.923.838	1.715.752	29%	4.208.086	71%
2013	6.152.405	1.777.974	29%	4.374.431	71%
2014	6.486.171	1.821.629	28%	4.664.542	72%
2015	6.633.545	1.823.752	27%	4.809.793	73%
2016	6.554.283	1.867.477	28%	4.686.806	72%
2017	6.529.681	1.879.784	29%	4.649.897	71%
2018	6.394.244	1.904.554	30%	4.489.690	70%
2019	6.153.560	1.922.489	31%	4.231.071	69%
2020	5.574.551	1.798.980	32%	3.775.571	68%

Fonte: elaborada pela autora com base na consulta dos dados do Censo da Educação Superior (INEP) (2021).

Tabela 5 — Matrículas na graduação EAD (2001-2020)

Período	Matrículas na graduação EAD	Setor público EAD	%	Setor privado EAD	%
2001	5.359	***		***	
2002	***	***		***	
2003	49.911	***		***	
2004	59.611	***		***	
2005	114.642	***		***	
2006	207.206	***		***	
2007	369.766	***		***	
2008	1.699.489	254.477	15%	1.445.012	85%
2009	838.125	172.696	21%	665.429	79%
2010	930.179	181.602	20%	748.577	80%
2011	992.927	177.924	18%	815.003	82%
2012	1.113.850	181.624	16%	932.226	84%
2013	1.153.572	154.553	13%	999.019	87%
2014	1.341.842	139.373	10%	1.202.469	90%
2015	1.393.752	128.393	9%	1.265.359	91%
2016	1.494.418	122.601	8%	1.371.817	92%
2017	1.756.982	165.572	9%	1.591.410	91%
2018	2.056.511	172.927	8%	1.883.584	92%
2019	2.450.264	157.657	6%	2.292.607	94%
2020	3.105.803	157.372	5%	2.948.431	95%

Fonte: Elaborada pela autora com base na consulta dos dados do Censo da Educação Superior (INEP) (2021).

*** Não disponível nas sinopses estatísticas

A expansão mercantil da educação superior teve a seu favor uma série de mecanismos jurídicos que contribuíram para sua ampliação, a exemplo do Programa Universidade para Todos (Pro Uni), em 2004, e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), no ano de 2001. A iniciativa privada, no âmbito de institucionalização destes programas, recebeu generosos repasses do fundo público, sendo um setor que conseguiu expandir sua lucratividade na área educacional, agora considerada como mercado. Os rendimentos oriundos deste período, possibilitaram, no ano de 2007, a inserção de grandes grupos educacionais que passaram a investir nas bolsas de valores.

O contexto educacional vem sendo amplamente transformado tanto na esfera pública, quanto na esfera privado-mercantil. Segundo Castro e Araújo (2018), as transformações ocorridas no âmbito da inserção de um grande contingente de alunos nos sistemas de educação superior revelaram um cenário de tensões, uma vez que

> O processo de expansão da Educação Superior na modalidade a distância ocorre nos setores público e privado. Há, porém, uma clara tendência à

> privatização desse nível de ensino, com forte indução de políticas públicas, o que vem sendo observado com a implementação de inúmeros programas governamentais. A incorporação do grande contingente de alunos ao sistema de Educação Superior modificou a estrutura desse nível de educação no Brasil, visto que a transição de um sistema de elite para um sistema de massa não ocorre sem as tensões inerentes à existência de formas diversificadas de educação, com princípios e funções fundamentalmente diferentes (CASTRO; ARAÚJO, 2018, p. 205).

Na última década do século XX, como nas décadas subsequentes, governos, independentes da matriz política, favoreceram a ampliação desse espaço para iniciativa privada. Posteriormente, foram elaboradas e publicadas uma série de portarias, decretos e legislações que vêm alterando o ordenamento da educação pública brasileira que caminha em passos largos para expansão do privado mercantil, enquanto os espaços públicos vêm atravessando um período crítico da história, no que tange tanto ao investimento, quanto à manutenção das fontes de recursos para continuidade de suas atividades fins.

O processo de expansão das instituições privado-mercantis também tem oferecido espaço para outro transcurso dentro do contexto de crescimento da educação superior, que é a financeirização da educação, a qual consiste em uma transformação vasta que atende os interesses do grande capital e tem propiciado os raios de atuação dos grandes conglomerados educacionais, que nada mais são do que instituições que têm cada vez mais buscado se associar, visando a um maior controle do mercado educacional. A financeirização da educação superior também impacta para a redução de investimentos públicos na educação pública, além do endividamento dos estudantes.

Nesta perspectiva, Bretas (2019, p. 16) destaca:

> A financeirização da educação brasileira é, portanto, um processo complexo e abrangente que abarca o ensino básico e superior, nos âmbitos público e privado: (1) comporta medidas para ampliar as bases de extração de mais-valia por meio da redução dos custos de produção, fato que tem como desdobramento o aumento da superexploração do trabalho; (2) fortalece a atuação dos grandes conglomerados da educação ao alimentar a concentração e centralização do capital (sob o controle de poderosos fundos de investimentos) e impulsionar a canalização de recursos do fundo público para atender às exigências da acumulação capitalista; (3) desencadeia mecanismos de expropriação da classe trabalhadora ao legitimar medidas de austeridade fiscal, com implicações para a precarização do ensino público e a retirada de direitos; (4) estimula a relação de estudantes com o sistema bancário e creditício, ampliando as possibilidades de atuação do capital portador de juros; (5) incentiva a penetração do capital financeiro financeirizado no seio das universidades públicas e institutos federais; (6) propicia condições materiais que contribuem para fortalecer a produção de um conhecimento voltado ao interesse das classes dominantes, empurrando grandes parcelas de trabalhadores para uma realidade em que é difícil ir além da simples reprodução de conteúdo definidos para serem propagados em massa.

A autora faz uma explanação acerca do processo de financeirização da educação que não impacta apenas na iniciativa privada. De acordo com o estudo, os impactos estão sendo observados pela classe trabalhadora, pelas instituições públicas e relacionados aos processos formativos pautados por uma reprodução de conteúdo para as massas.

Neste cenário, a EAD passou a se constituir enquanto alternativa para milhões de brasileiros que, infelizmente, em função do desinvestimento do Estado no setor público, não contam com a presença de instituições públicas, gratuitas e de qualidade para acessar a educação superior. A Educação a Distância, que vinha sendo utilizada nos processos formativos, tem sua capilaridade ampliada no atual período pandêmico em função da propagação da covid-19. O lugar que a EAD ocupa atualmente é fruto de um processo histórico amplamente apoiado pelo Estado em prol da iniciativa privada.

Diante do contexto de crescimento de vagas e matrículas na educação superior na modalidade a distância, entendemos ser importante a realização de pesquisas que tratem sobre o processo de expansão da educação a distância no cenário educacional do espaço geográfico baiano. Embora esta parte do trabalho realize uma revisão bibliográfica do tipo “estado da arte” de teses e dissertações em território nacional, ele auxilia a pesquisadora na compreensão acerca da realidade geográfica a ser discutida, a saber o estado da Bahia.

Nesse momento, mapeamos as produções científicas nos bancos de teses e dissertações da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) que pertence ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (IBICT).

O trabalho que vem sendo desenvolvido está pautado no Materialismo Histórico Dialético, uma vez que esta abordagem, conforme já abordado, possibilita interpretar a realidade do mundo e a materialidade da vida humana na sociedade. Na pesquisa trabalhamos com as categorias do método (historicidade e contradição) e do objeto, (mercantilização, massificação e expansão) fundamentais para a aproximação da realidade concreta.

No intuito de melhor dimensionar a relevância dos trabalhos encontrados, optamos por relacionar os títulos, autores, ano de defesa e abordagem teórico metodológica conforme apontado pelo Quadro 2, que segue:

Quadro 2 — Trabalhos identificados

Título	Autor	Ano de defesa	Abordagem teórico metodológica
1-A expansão da educação superior rumo a expansão do capital: interfaces com a educação a distância	Catarina de Almeida Santos	2008	Análise crítica e dialética
2- Serviço social e ensino a distância (EAD): análise da expansão	Ana Cristina Borges Pimenta	2009	Qualitativa, exploratória, explicativa
3-A configuração da educação à distância no Brasil: a qualidade do ensino em questão	Rutinéia De Oliveira Carvalho	2009	Não identificado
4-As políticas públicas da educação superior: a educação a distância nos governos FHC e Lula (1995-2006)	Susana Pitol Guasti	2009	Não identificado
5-Educação à distância e Universidade Aberta Do Brasil: quando a mercantilização do ensino e a precarização da docência alcançam um novo ápice?	Solonildo Almeida Da Silva	2011	Materialismo histórico-dialético
6-Expansão da educação a distância no Brasil a partir dos anos 1990: o caso da Universidade Do Tocantins	Maria Zoreide Britto Maia	2011	Revisão bibliográfica
7-Ensino a distância: uma análise crítica das representações discentes em publicidade da EADCON	Nayla Rodrighero Ricardo	2012	Análise crítica do discurso
8-A qualidade nos cursos de bacharelado em administração a distância: um estudo comparativo nas principais IES privadas do Brasil	Luís Antônio Volpato	2013	Não identificado
9-O processo de formação do assistente social na modalidade de educação a distância em Palmas-TO	Giovanni Bezerra Do Nascimento	2013	Materialismo histórico-dialético
10-Educação continuada nas teias da rede	Patrícia Vanessa Rossato Mendonça	2014	Pós estruturalista
11-Educação a distância e formação de professores: impactos na escola de educação básica	Tereza Cristina De Araújo Oliveira	2014	Qualitativa-quantitativa
12-A EAD e a mercantilização da universidade brasileira	Antônio José De Albuquerque De Araújo Filho	2015	Marxiano/lukasiana
13-Contrarreforma do ensino superior no pós-1990: o EAD como estratégia expansionista	Andreza Teles Dos Santos Ferreira	2015	Materialismo histórico-dialético
14-Expansão e mercantilização do curso de serviço social: análise sobre a direção da formação profissional nas instituições de ensino superior privadas (presencial e à distancia	Ana Paula Ferreira Agapito	2015	Materialismo histórico-dialético
15-A mercantilização da educação superior privada: estudo da modalidade de educação a distância na cidade de Ribeirão Preto	Carlos Rodrigo Monteiro Cherri	2016	Revisão bibliográfica e pesquisa quali-quanti

Título	Autor	Ano de defesa	Abordagem teórico metodológica
16-As ambiguidades das figuras do tutor virtual na educação a distância: uma análise crítica	Wanderson Gomes De Souza	2016	Materialismo histórico-dialético
17-Condições de ensino e trabalho na modalidade de ensino à distância nos cursos de graduação em serviço social na cidade de Mossoró/RN	Luís Junio De Santiago Almeida	2016	Materialismo histórico-dialético
18-A expansão do ensino superior à distância no IFPB: um estudo da implantação do curso de administração pública no âmbito do Programa Nacional De Administração Pública - PNAP	Maria Da Conceição Monteiro Cavalcanti	2016	Qualitativa
19-A expansão da educação superior a distância no Tocantins no âmbito da parceria entre a EADCON e a UNITINS	Nataniel Da Vera Cruz Gonçalves Araújo	2016	Materialismo histórico-dialético
20-Estágios obrigatórios em cursos de pedagogia a distância: tensões e possibilidades	Maria Da Conceição Oliveira Santos	2016	Qualitativa
21-O ensino a distância: um reflexo da expansão mercantilizada da educação superior e os impactos no serviço social	Karina Caputti Vidal	2016	Revisão bibliográfica
22-Proposição e validação de um modelo de educação a distância (EAD) para o ensino superior em Angola	Gilberto De Almeida Meireles Patrocínio	2017	Qualitativa e pesquisa ação
23-Trabalho docente nas instituições de ensino superior privadas no estado do Piaui: significados e tendências'	Andrea Alice Rodrigues Silva	2017	Não identificado
24-Modalidade EAD em Sergipe: desafios e perspectivas para uma formação superior em serviço social	Renildes Santos Maciel	2018	Exploratória/descritiva
25-O novo marco regulatório brasileiro para a educação a distância (EAD): relações entre estado, democracia e mercantilização	Kelly Cristina Dos Anjos Santiago	2019	Qualitativo-quantitativo
26-A expansão dos cursos na modalidade à distância e a formação inicial de professores em matemática na UFPA: democratização com qualidade social?	Eliomar Nascimento Da Silva	2019	Qualitativa
27-Ensino a distância no Brasil e sua vinculação à lógica de mercado: um estudo sobre a Universidade Norte Do Paraná	Édar Jessie Dias Mendes Da Silva	2019	Fontes históricas e documentais
28-As vivências práticas em um curso de licenciatura em educação física na modalidade a distância: reflexões sob as óticas discentes e docentes	Mônica De Castro Mello Teruya	2020	Triangulação
29- As políticas de educação a distância no contexto da educação superior no Brasil	Andrea Bertelli Peres	2020	Não identificada

Fonte: elaborada pela autora com base dos dados da CAPES e IBCT (2021).

A pesquisa nos dois bancos de dados selecionados levou-nos a identificar a presença de 29 trabalhos que discutem a mercantilização, massificação e expansão da educação superior na

modalidade EAD. Após elaborar uma relação de todas as produções acadêmicas de nível teses e dissertações, mediante a utilização dos demarcadores que mais se relacionavam com o objeto de pesquisa nas bases CAPES e BDTD/IBICT, sintetiza-se, conforme a Tabela 6, a seguir, o quantitativo.

Tabela 6 — Quantitativo de trabalhos encontrados CAPES/BDTD/IBICT

Âmbito	Quantidade
Mestrado	20
Doutorado	9

Fonte: elaborada pela autora (2021).

As instituições públicas, historicamente, têm investido na formação de seu quadro docente, e em um regime de trabalho, a exemplo da dedicação exclusiva, que favorecem a atuação na pós-graduação *Stricto Sensu.* Essa condição de excelência na pós-graduação é ratificada quando identificamos que majoritariamente esses trabalhos foram defendidos em programas de pós-graduação de categoria pública (Federal e Estadual), conforme pode ser identificado na Tabela 7, que segue.

Tabela 7 — Dissertações e Teses por categoria administrativa

Categoria administrativa — IES	Quantidade
Federal	11
Estadual	7
Privada	10
Municipal	1

Fonte: elaborada pela autora (2021).

Embora o avanço do privado-mercantil seja uma realidade no contexto educacional brasileiro, as instituições públicas se destacaram nas pesquisas relacionadas à expansão da EAD, somadas às redes federal e estadual, este número atingiu 18 produções acadêmicas, seguidas de 10 produções nas IES privadas, com uma única produção no setor das municipais.

As produções estudadas foram extremamente importantes para a pesquisadora, pois, refletem estudos e pesquisas de outros autores sobre a temática EAD. A leitura dos trabalhos foi fundamental para o processo de constituição da pesquisa, tendo em vista a busca de pontos em comum de análise. É necessário pontuar, também, que alguns trabalhos podem contribuir com uma perspectiva diferente de estudo, que também são importantes no processo de constituição do conhecimento. O objetivo ao realizar um trabalho como esse é trazer pontos e contrapontos que podem se tornar fontes imprescindíveis de conhecimento no processo de elaboração de uma dissertação.

Ao fazer análises de trabalhos que versam a respeito dos sistemas públicos, gratuitos e de qualidade, associados ao tripé ensino, pesquisa e extensão, foi necessário analisar a narrativa argumentativa de cada autor, sua metodologia de pesquisa e se esses trabalhos discutiam questões pertinentes ao avanço do capital nos sistemas educacionais do Brasil. Entendemos que o processo de construção de uma pesquisa também deve refletir sobre aquilo que, muitas vezes, não desperta nossa atenção, mas que, com bons embasamentos, leituras, análises, pontos de acordo e desacordo, pode orientar um caminho bastante positivo no trilhar do processo de conhecimento.

3.4.1 Área do conhecimento

Em relação às áreas do conhecimento que essas produções pertencem destacamos (6) programas de Pós-Graduação, como pode ser visualizado na Tabela 8, a seguir:

Tabela 8 — Área do conhecimento

Programa	Quantidade
Pós-graduação em educação	16
Pós-graduação em serviço social	9
Pós-graduação em letras	1
Pós-graduação em políticas públicas	1
Pós-graduação em desenvolvimento humano, política e prática social	1
Pós-graduação em educação e ciências matemáticas	1

Fonte: elaborada pela autora (2021).

Os Programas de Educação possuem maior quantitativo de trabalhos realizados, seguidos pelo Programa de Serviço Social, o que, na análise desta pesquisadora, foi um fator extremamente relevante. A área de serviço social em ambientes acadêmicos presenciais busca formar profissionais da área de assistência, pautados na defesa do ser humano, profissionais com poder de criticidade, sobretudo, trabalhadores capacitados e com atuação política relevante que vêm sofrendo com o processo de expansão da EAD, uma vez que esta perspectiva não tem sido colocada na ordem do dia. Daí o fato de um quantitativo de 9 produções científicas relevantes tratarem sobre o avanço desta modalidade.

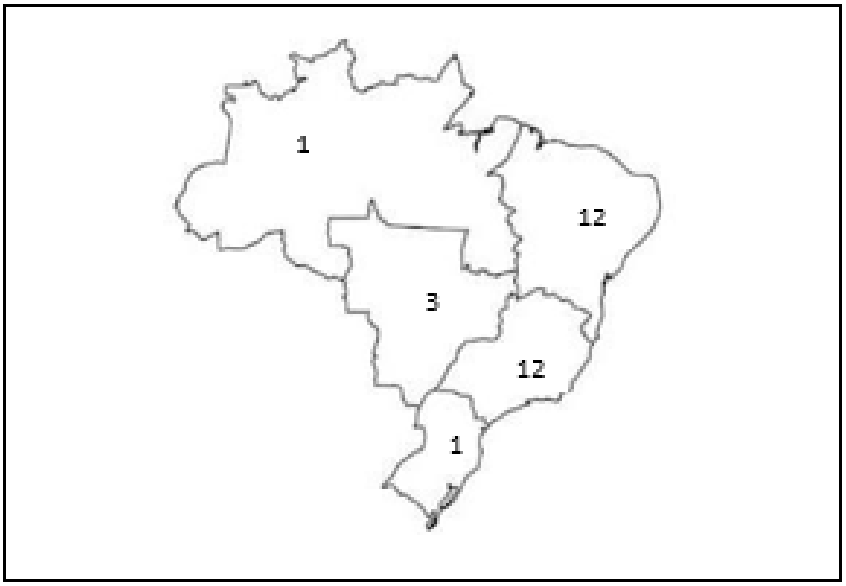
Os demais programas tiveram relevância no somativo de produções, porém, não se destacaram tanto quanto a predominância de trabalhos da área de educação e serviço social. O curso de serviço social se desenvolve no bojo de desenvolvimento da EAD e ele também se encontra associado às categorias que pretendemos trabalhar na nossa pesquisa que são: mercantilização, expansão e massificação.

3.4.2 Produção científica por região do país

O objeto analisado por esta pesquisadora, a EAD privado-mercantil e seu processo de expansão no contexto do espaço geográfico baiano está relacionado à formação da autora na área da Geografia, por isso, optou-se por verificar: quais as regiões que estão discutindo a temática em tela e qual a categoria administrativa das instituições pesquisadas, visando a compreender se as análises estão mais associadas a defesas dos sistemas educacionais públicos ou se tem prevalecido no avanço do privado-mercantil.

No que se refere à produção acadêmica de cada região do Brasil, especialmente na modalidade EAD, a Figura 2, a seguir, destaca:

Figura 2 — Distribuição por região geográfica das produções acadêmicas sobre EAD



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Nesse trabalho, constatamos que as regiões Nordeste e Sudeste vêm liderando o número de produções acadêmicas, conforme destacado na Figura 2, seguidas em menor quantitativo pelas regiões Centro-oeste, Norte e Sul. As produções também refletem os dados divulgados no último Censo da Educação Superior, segundo os quais, a região Sudeste concentrou o maior quantitativo de matrículas 1.276.581 (um milhão duzentos e setenta e seis mil quinhentos oitenta e um), seguidas da região Sul e Nordeste, onde se identificou mais de meio milhão de matrículas na EAD, no ano de 2020, totalizando 563.643 (quinhentos e sessenta e três mil e

seiscentos e quarenta e três) estudantes matriculados em cursos EAD. Por fim, destacaram-se as regiões Norte e Centro-oeste.

Apesar da região Sudeste do país oferecer um maior quantitativo de instituições e, consequentemente, de programas de pós-graduação, a região Nordeste conseguiu se destacar com um quantitativo de 12 (doze) pesquisas, tornando-se um bom referencial para esta pesquisadora.

Para uma melhor compreensão das pesquisas em relação à EAD e sua distribuição por regiões, optamos também por destacar quais instituições pertencem. Tal análise se destaca devido à necessidade de demonstrar quais instituições e regiões têm sido mais frequentes nas análises sobre políticas educacionais.

Tabela 9 — Dissertações e teses por região e por universidade

Região/universidade	**Quantidade**
REGIÃO NORTE	
Universidade Federal do Pará	1
REGIÃO SUL	
Universidade Luterana do Brasil	1
REGIÃO SUDESTE	
Universidade Federal Fluminense	1
Universidade Federal do Rio de Janeiro	1
Centro Universitário Moura Lacerda- Ribeirão Preto	1
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	3
Universidade Estadual de Campinas	1
Universidade Metodista de Piracicaba	1
Universidade Católica de Santos	1
Universidade Cruzeiro do Sul	1
Universidade de Taubaté	1
Universidade de São Paulo	1
REGIÃO CENTRO-OESTE	
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	2
Universidade Federal do Goiás	1
REGIÃO NORDESTE	
Universidade Federal do Ceará	1
Universidade Estadual do Ceará	1
Universidade Estadual da Paraíba	1
Universidade Federal da Paraíba	1
Universidade Federal de Sergipe	1
Universidade Estadual de Santa Cruz	1
Universidade Federal de Pernambuco	1
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	2
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2
Universidade Federal do Maranhão	1
Total 24 instituições	Total 29 pesquisas

Fonte: elaborada pela autora (2021).

No que tange à distribuição das pesquisas por instituição, a região Sudeste obteve destaque, com 10 instituições que realizaram pesquisas no âmbito do contexto de educação a distância, porém, como anteriormente mapeado, a região Nordeste ultrapassou o quantitativo de trabalhos produzidos. A região Nordeste também se destacou com 10 universidades em categoria administrativa pública que realizaram pesquisas relacionadas à EAD. Já a região Centro-oeste, teve produção em apenas em duas instituições, enquanto as regiões Sul e Norte tiveram apenas uma instituição com destaque em pesquisas relacionadas à expansão da educação a distância.

3.4.3 O que dizem as pesquisas?

Os 29 (vinte e nove) trabalhos de pesquisa analisados foram essenciais no processo de elaboração do conhecimento da autora. Os projetos conclusos puderam ampliar os horizontes acerca do processo de expansão, mercantilização e massificação da educação superior brasileira, embora o estudo a ser realizado, tenha como recorte o espaço geográfico baiano.

Nesta etapa de revisão bibliográfica, opta-se por realizar um diálogo com todas as pesquisas inventariadas, esta é uma tentativa de aproximar as temáticas abordadas para buscar pontos de concordância ou discordância com os autores, de modo que, posteriormente, seja verificada a contribuição para a pesquisa em desenvolvimento.

Um primeiro eixo a se discutir é o processo de expansão da educação EAD no contexto brasileiro, associado à influência de organismos internacionais e o apoio do Estado.

A primeira tese analisada tem como autora Santos, defendida no ano de 2008, que destaca a implantação da educação a distância (EAD) no Brasil. A pesquisa foi realizada sob a perspectiva marxista e destaca o papel de organismos multilaterais como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura e a Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico com seus discursos pautados pelo viés da qualificação profissional relacionada ao desenvolvimento econômico. Sua conclusão é de que a EAD é uma realidade em interface com a expansão educacional, assim, diante da expansão capitalista, uma possível solução é investir em parâmetros básicos de qualidade dos sistemas educativos.

A pesquisa dissertativa de Guasti, concluída em 2009, destacou o processo de expansão da educação superior nas gestões Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luís Inácio Lula da Silva (Lula). Na concepção desta, a gestão de FHC esteve relacionada ao princípio de massificação, por sua vez, a segunda, associada ao princípio de democratização. Assim como a

pesquisa de Santos (2008), a pesquisadora Guasti (2009) procurou destacar também o papel dos organismos transnacionais no que tange à educação superior do contexto brasileiro. Uma importante contribuição deste trabalho é o destaque relacionado ao investimento de verba pública na iniciativa privada, sobretudo na gestão Lula, em que se pode observar um crescimento dos lucros do setor privado, embora aponte também investimento nas instituições públicas. A EAD, neste contexto, expande-se sem se pautar nos princípios que considerem a qualidade educacional. Outro aspecto também discutido por Santos (2008) é o avanço do privado mercantil que se torna uma realidade.

Os estudos dos trabalhos pesquisados, possibilitaram a reflexão das análises que tanto faziam a defesa de sistemas educacionais públicos gratuitos e de qualidade, como também sobre as perspectivas de autores como Mendonça (2014), em que a EAD possui vínculo com a educação continuada e os princípios de lógicas neoliberais podem transformar a vida pessoal.

Na dissertação de Araújo Filho, defendida no ano de 2015, o processo de mercantilização da educação brasileira é tratado sob influência de organismos multilaterais, assim como foi destacado nos exames realizados por Santos (2008) e Guasti (2009), ao tempo que destaca o avanço do privado mercantil que, cada vez mais, ocupa espaços que deveriam ser públicos. O Estado também tem destaque nessa análise quando ele faz suas associações com a iniciativa privada.

Na dissertação de Ferreira (2015), a perspectiva de expansão da EAD ocorre em uma linha histórica e em seus vínculos com o processo da contrarreforma. O espaço de atuação já problematizado por outros autores, no que tange ao papel dos organismos multilaterais, é novamente enfatizado. Esta autora trabalha uma linha crítica ao sistema do capital e faz um discurso relevante no que se refere ao aligeiramento dos cursos tão comuns, quando se trata de EAD.

Na tese da pesquisadora Cavalcanti, defendida no ano de 2016, é realizada a discussão da EAD sob o viés neoliberal. A educação brasileira, neste trabalho, está relacionada às influências dos conhecidos organismos multilaterais tão presentes neste texto dissertativo. Há também, nesta investigação, um questionamento da proclamada democratização da educação superior via políticas EAD que atuam especialmente no acesso à educação superior.

A dissertação de Carvalho, defendida no ano de 2009, discute a EAD como uma alternativa que vem sendo utilizada pelo governo brasileiro em substituição aos espaços formativos presenciais. Na concepção desta autora, a EAD não pode ser considerada como substitutiva da educação presencial, perspectiva defendida por esta pesquisadora.

A pesquisa de Santiago (2019) discute as gestões de Lula e Dilma, em relação ao processo de expansão da EAD. A pesquisadora contribui da mesma forma que os demais trabalhos na questão do avanço do privado mercantil em detrimento dos sistemas públicos. O mercado, na sua concepção, não é capaz de gerar igualdades.

Os trabalhos até aqui mencionados tratam de um processo de crescimento da EAD no contexto brasileiro, em que a atuação de organismo multilaterais associados ao neoliberalismo se fazem presentes e que este processo não é uma realidade de uma única matriz política. O processo de expansão da EAD vem em uma linha histórica e se materializa com maior intensidade na gestão Lula, cujos resultados evidenciam a explosão de cursos de serviço social em âmbito EAD. Um segundo eixo a ser problematizado neste trabalho são os cursos de serviço social no bojo do processo de expansão da EAD, visto que são uma realidade no decurso expansivo desta modalidade e tem obtido um avanço muito maior que os cursos de graduação presenciais na mesma área.

A dissertação de Pimenta, defendida em 2009, destacou o avanço do setor privado mercantil nos cursos EAD em Serviço Social. Nesse trabalho, a educação problematizada, encontra-se sob o viés mercantil e o Estado brasileiro é destacado como agente que investe verbas públicas em instituições privadas, via programas governamentais. Nesta pesquisa existe também um questionamento de processos formativos em EAD na área de serviço social que serão também abordados em outros trabalhos ao longo dessa discussão.

No texto dissertativo de Bezerra do Nascimento (2013), a EAD, no curso de Serviço Social, é problematizada, segundo a perspectiva deste autor, a EAD é vinculada a um processo de crescimento da lógica burguesa no mercado educacional, que se distancia dos princípios sociais. Um dos pontos importantes desta pesquisa, que se aproximam daquilo que esta autora busca, é a reflexão da redução de investimentos por parte do Estado na educação e o crescimento do setor operado pelo mercado. O autor também destacou um processo formativo inadequado nas instituições educacionais EAD que atuam em Palmas — TO, em que as questões de infraestrutura e qualidade dos cursos são bastante questionáveis.

No texto dissertativo de Ferreira (2015), o curso de serviço social é discutido em face dos modelos de ensino que atendem uma lógica privatista. Uma crítica da autora aos cursos de serviço social se pauta na maneira precarizada como eles são ofertados no Brasil, para a autora, uma formação em nível EAD para serviço social satisfaz apenas aos interesses do capital e não conduz a formação de profissionais efetivamente capacitados.

Os trabalhos que discutem a influência da EAD na área de serviço social foram bastante problematizados nesta revisão bibliográfica, assim, o que se percebe em comum é que existe

um processo expansivo voltado à formação cada vez mais de profissionais da área de serviço social em espaços EAD, em detrimento dos espaços presenciais. O caminho de explosão de cursos tem como resultado, sem dúvidas, o impacto no processo de formação de profissionais que deveriam estar mais vinculados às instituições presenciais, mas que, devido à ausência de uma melhor cobertura educacional, estão em sua maioria sendo formados em espaços ligados aos princípios da iniciativa privada.

Na pesquisa de Almeida (2016), o curso de Serviço Social é tratado no contexto nordestino na cidade de Mossoró — RN. O autor tece severas críticas ao processo formativo em serviço social, para tanto enfatiza que a EAD é uma ameaça a esta área. Na visão de Almeida, a EAD em serviço social só enriquece as mantenedoras, em detrimento de um processo que deveria estar voltado ao ensino e à qualidade. Como resultado desta questão por ele discutida, os alunos permanecem acríticos em relação ao seu próprio processo formativo.

A EAD é uma realidade que não se pode ser negada. Ela avança a passos largos ano após ano. A questão central é que essa modalidade tem atuado para intensificar a precarização das relações de trabalho, contribuído para o aligeiramento dos cursos, além da distância do princípio de qualidade e, sem dúvidas, para a formação de profissionais que estão em espaços formativos sem nenhuma criticidade. Almeida (2016) chama atenção desta pesquisadora, ao afirmar que estes discentes são formados de maneira acrítica ao seu próprio processo formativo. Diante disso, destaca-se a urgência da busca por uma formação política que possibilite os jovens e adultos a observância do contexto vivenciado, em que as imperfeições da realidade social devem ser evidenciadas.

O trabalho de Vidal (2016) destaca a expansão da educação superior em serviço social, porém, um aprofundamento maior da questão é apresentado ao tratar que os cursos da área citada são maioria em EAD, em desfavor dos cursos presenciais. Uma importante crítica desta pesquisadora trata dos recursos públicos voltados aos propósitos de adestramento e não ao real processo de democratização das IES. A tão sonhada democratização dever ser sempre tratada ao se estudar a expansão da educação superior em espaço brasileiro.

A tese de Silva (2017) destaca a área de serviço social e sua relação com os programas Pro Uni e FIES em instituições privadas do Piauí — PI. Suas conclusões estão relacionadas à formação de profissionais na área de serviço social, que se distancia daquilo que é preconizado no projeto crítico da área.

A pesquisadora Maciel (2018) tratou da mesma questão analisada por Silva (2017) em seu texto dissertativo, porém, no espaço geográfico de Sergipe, a autora trouxe como aspecto diferente a necessidade de as entidades em serviço social conterem o avanço da EAD nesta área.

A dissertação de Silva (2019) tratou do curso de Serviço Social e o processo de expansão de instituições privadas, via contatos com grupos internacionais e seus processos de fusão. A pesquisadora também buscou destacar a defesa dos sistemas públicos de ensino. A instituição pesquisada foi a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), no período da fusão com o grupo Kroton.

O terceiro eixo dos trabalhos pesquisados vinculam-se à precarização do trabalho docente e às ausências de etapas importantes nos processos formativos, considerados pontos bastante preocupantes no que tange ao processo de expansão de cursos EAD.

A tese de Silva, defendida em 2011, retratou a expansão da EAD e da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em que a precarização do trabalho docente foi aprofundada. A pesquisa destaca o avanço do setor privado mercantil em momentos de crise econômica e faz uma importante defesa da universidade pública presencial.

No que tange à dissertação do pesquisador Cherri (2016), uma outra importante vertente do processo de expansão da EAD é colocada em evidência, diante do fato de que tanto alunos quanto tutores vivenciam relações precarizadas de trabalho em um polo de EAD na cidade de Ribeirão Preto, no interior do estado de São Paulo. Nesta pesquisa o Programa Universidade para Todos (Pro Uni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) têm papel de destaque no processo de crescimento das instituições privadas. O autor também faz um questionamento relacionado a esta educação, que se diz democrática em uma realidade de qualidade quase inexistente.

Quando se fala em educação voltada aos princípios de democratização, esta pesquisadora concebe que, permitir o acesso dos alunos aos espaços de educação superior não pode ser considerado efetivamente democrático. O Sistema de Seleção Unificada (SISU), cada vez mais, tem inserido um quantitativo relevante de estudantes que precisam estar nos espaços universitários, mas, não se pode buscar apenas a entrada na universidade, pois é necessário garantir a permanência deste discente. Acredita-se que um aluno ao entrar em um curso deve também ter como meta a conclusão deste, apesar disso, o que se observa na realidade brasileira é um acesso constante com condições de permanência bastante questionáveis.

Na tese do pesquisador Souza (2016), novamente, a questão do trabalho do tutor é problematizada, assim como a análise de Cherri (2016), também do mesmo ano. Souza (2016) trata de questões relacionadas ao não reconhecimento do tutor como profissão e à precarização de suas condições de trabalho. Os tutores estão inseridos no processo de mercantilização da educação superior brasileira, sendo vistos pela iniciativa privada como forma de redução de custos. Este profissional, na visão do autor, é visto como um professor de “segunda linha”. Por

fim, Souza (2016) questiona se os processos formativos que se pautam nas lógicas de mercado são realmente benéficos.

No trabalho de Santos (2016), o avanço do privado-mercantil é problematizado dando destaque aos cursos de pedagogia. Na concepção desta autora, a ausência de estágios não supervisionados conduzem ao um processo formativo de maneira incompleta. Na conclusão desta, a EAD pode ser importante nos processos formativos, porém, os princípios de qualidade também devem ser discutidos.

A dissertação de Silva (2019) estuda o processo formativo de professores de matemática em âmbito da EAD. Na instituição analisada, a Universidade Federal do Pará, as questões de permanência são bastante discutíveis, em virtude de um processo de evasão. O Estado brasileiro, na visão deste autor, tem executado o papel de regulador no ensino superior, enquanto que a iniciativa privada de constante predomínio.

A tese de Volpato (2013) discutiu a questão dos cursos de administração em nível EAD. Na visão deste autor, o princípio de qualidade educacional se tornou uma questão bastante subjetiva e que o elevado número de alunos que cursam administração reflete a busca por um diploma, assim, os professores atuantes, em sua grande maioria, são mal remunerados e mal preparados. Uma das contribuições da sua pesquisa é a reflexão que os alunos da EAD comungam das propostas do capital para educação, como recomendam os organismos internacionais, tão bem problematizados no eixo 1 sobre a expansão da educação.

Acredita-se que os alunos que buscam se inserir em processos educacionais estejam em busca de uma melhor condição de vida e de trabalho. O aluno não visa ao favorecimento de expansão do capital para a educação, mas ele está inserido em um contexto de avanço deste capital sobre os sistemas educacionais que caminham em favor do mercantil em detrimento dos espaços públicos.

A dissertação de Teruya (2020) discutiu a EAD no âmbito dos cursos de educação física, em que as questões de estágio, que já foram problematizadas nos cursos de pedagogia, voltam a ser discutidas.

A pesquisa de mestrado de Peres (2020) discute, assim como Teruya (2020), os processos formativos, porém, destaca que eles se encontram em estágios massificados, aligeirados e mercantilizados. Suas conclusões afirmam que a emissão de certificados em EAD não está associada ao processo de democratização da educação brasileira.

O quarto eixo de análise discute uma questão bastante preocupante no processo de expansão da EAD no contexto brasileiro que são as práticas associadas às Parcerias Público-

Privadas (PPS). Neste tipo de associação o privado começa a direcionar e impor suas práticas em espaços tidos como públicos.

Em 2011, Maia faz um trabalho de doutoramento, no qual reflete sobre o processo de implantação da EAD nos governos FHC e Lula, assim como discutido por Guasti (2009). O trabalho possui uma tendência diferente, já que trabalha mediante análise do processo de expansão da modalidade EAD, na Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Um importante trabalho que nos faz refletir sobre como a iniciativa privada pode conseguir se associar ao âmbito público, fazendo com que até mensalidades sejam cobradas dentro deste espaço o que é proibido, de acordo o artigo 206 da Constituição que versa sobre a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais. "Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais" (BRASIL, 1996, *on-line*). A UNITINS chegou a ser descredenciada pelo Ministério da Educação (MEC), no ano de 2009, na reflexão desta autora, a instituição analisada reflete um modelo político que não se associa à defesa da universidade pública, em que a expansão do mercado tende a empobrecer o âmbito da educação superior que deveria estar pautado sob o viés de formação humana.

Considera-se realmente preocupante o avanço da iniciativa privada nas instituições de ensino superior brasileiras. A atual conjuntura pandêmica, no que se refere à pós-graduação *stricto sensu*, destacou a cobrança de matrículas em âmbito público, até para alunos especiais. Quem precisou fazer uma prova de proficiência em algum idioma se deparou com programas cobrando taxas de inscrições dos mais diversos valores. O avanço do privado mercantil no espaço geográfico brasileiro não é mais um projeto distante, mas um plano vigente e com necessidade de análise.

Em um trabalho de doutoramento, do ano de 2016, Araújo destaca a relevância das parcerias público-privadas tão bem elogiadas por governos de matriz ideológica que defendem o modo de produção capitalista. Na concepção desta pesquisa, fica evidente que a parceria da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) e EDUCON trouxe uma série de consequências para instituição com denúncias de cobranças de mensalidades em um espaço tido como público. A parceria, na conclusão do pesquisador, trouxe prejuízos aos alunos e o favorecimento do processo de mercantilização da educação superior brasileira.

Algumas análises desta revisão bibliográfica, se deparam com cursos EAD em ambientes públicos, portanto, faz-se importante destacar que é uma questão bastante delicada observar o Estado brasileiro direcionando a educação para a iniciativa privada, seja em cursos EAD ou nas conhecidas Parcerias Público-Privadas (PPPs) que são mais problemáticas ainda.

O quinto eixo de trabalho trata sobre como as instituições de educação superior, vinculadas às práticas mercantilistas, utilizam os discursos da área de propaganda ao seu favor.

Na dissertação de Ricardo, defendida no ano 2012, a ênfase destacada são as propagandas utilizadas para atrair o corpo discente para as instituições. As críticas importantes desta autora estão relacionadas a um mercado de trabalho prometido que não será encontrado pelo aluno ao concluir seu curso de graduação e às dificuldades vivenciadas por esses no que tange ao uso de sistemas utilizados nas instituições EAD. Há, na conclusão da autora, um processo de barateamento do ensino, em que a oferta do mercado de diplomas em nada contribui para um processo inclusivo da educação.

O sexto eixo neste estado da arte se relaciona com autores que embora abordem a questão do processo de expansão em realidades geográficas diferentes, nos fazem pensar que, nem sempre, o ensino presencial é possível, e que, em alguns contextos, a modalidade EAD é a única possibilidade para muitos que não contam com acesso às instituições presenciais.

No processo de expansão da EAD, observa-se uma série de vertentes que estão em desenvolvimento, uma delas é a formação de professores para a educação básica, que foi muito bem discutida na dissertação de Oliveira (2014). Esta pesquisadora realizou um estudo do processo de formação de professores no interior da Paraíba — PB, no município de Conde, para isso, destacou a relevância da formação em EAD em uma localidade distante. A contribuição deste trabalho nos faz refletir que embora a defesa da educação deva ser amplamente problematizada por todos, a extensão geográfica de nosso país nos revela que nem sempre o professor terá as mesmas oportunidades e que, muitas vezes, um curso EAD pode impactar positivamente na vida de profissionais que não teriam condições financeiras de se deslocar para um município com melhores instituições educacionais.

Sem dúvidas, o trabalho mais interessante nas leituras para elaboração desta pesquisa, foi o de Patrocínio (2017). Em sua tese, destacou o processo de implantação dos sistemas EAD no contexto de Angola, no continente africano. Neste espaço geográfico não há aparato jurídico para que o sistema EAD vigore, entretanto, o trabalho busca destacar os benefícios deste, devido à baixa cobertura de acesso ao ensino superior naquela realidade problematizada. Na concepção de Patrocínio (2017), a EAD pode possibilitar a democratização do ensino superior associada à massificação de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Uma das questões a se pontuar sobre este autor é que ele não observa diferenças entre sistemas presenciais e a distância e que as tecnologias devem se fazer presentes nos processos de ensino e aprendizagem. A visão deste autor se refere a um contexto por ele analisado, porém, nos faz refletir sobre a baixa cobertura de acesso à educação nos diversos países do globo.

Até aqui, buscou-se identificar as discussões de cada autor visando a uma maior aproximação com o objeto de pesquisa. Foi uma análise extremamente relevante e necessária para que o objeto EAD pudesse ser visto em diferentes perspectivas. Neste momento, no intuito de identificar as palavras-chave de cada trabalho, procuramos as relacionar, conforme Quadro 3, que segue:

Quadro 3 — Síntese das palavras-chave mapeadas

Código da pesquisa mapeada	**Palavras-chave**
1	Educação a distância, expansão educacional e educação superior
2	Educação, EAD, política educacional, expansão e serviço social
3	EAD, ensino a distância, ensino superior, expansão da educação superior
4	EAD, educação superior, políticas públicas, neoliberalismo e sociedade do conhecimento
5	EAD, UAB, precarização, ontologia, marxismo e Mészaros
6	Educação superior, expansão, democratização de acesso, qualidade e regulação
7	Linguagem, EAD, propaganda, EADCON
8	Qualidade, EAD, administração, currículo, tecnologia e mercantilização
9	Educação, EAD, diretrizes curriculares, estado e serviço social
10	Educação a distância, educação continuada, governabilidade e neoliberal
11	Formação de professores, expansão da educação superior e EAD
12	EAD, universidade, mercantilização, crise estrutural do capital
13	Política educacional, mercantilização da educação superior e EAD
14	Ensino superior, serviço, direção da formação profissional, diretrizes curriculares da ABPSS de 1996
15	Ensino superior, performatividade, mercantilização e EAD
16	Tutor virtual, EAD e teoria crítica
17	EAD, condições de ensino e condições de trabalho
18	Expansão da educação superior, EAD, trabalho docente, IFS, cultura organizacional
19	Parceria público privada, expansão da educação superior e EAD
20	Curso de pedagogia, EAD, estágio e formação docente
21	Expansão da educação superior, ensino a distância, projeto neoliberal, serviço social e formação profissional
22	Características socioculturais de Angola, EAD, abordagem sistêmica, modelos de EAD, enfoque histórico-cultural
23	Política educacional, expansão, interiorização e trabalho
24	Educação superior, serviço social, modalidade EAD em Sergipe
25	Novo marco regulatório para a EAD, políticas educacionais, democratização da educação, mercantilização e Estado.
26	EAD, expansão do ensino superior, democratização, massificação e qualidade social
27	Educação superior, EAD e mercantilização
28	Desenvolvimento humano, EAD, práticas corporais e educação física
29	EAD, educação superior no Brasil, mercantilização da educação e políticas educacionais no Brasil

Fonte: elaborado pela autora com base dos dados da CAPES e IBCT (2021).

As 29 (vinte nove) pesquisas relacionadas destacam a EAD em diferentes análises, embora se aproximam em temáticas. Aqui, destaca-se que a EAD, ensino a distância, educação a distância, educação superior, expansão da educação superior, mercantilização e serviço social foram as palavras-chave que mais se destacaram nos trabalhos mapeados.

A revisão bibliográfica em relação ao tema EAD se fez necessária para um melhor entendimento sobre como a pesquisa em questão pode se aproximar e em que pontos ela se afasta das análises aqui catalogadas.

3.5 Marcos regulatórios que favoreceram a expansão da EAD no espaço geográfico brasileiro

A expansão da EAD no contexto brasileiro é possível ser constatada ano após ano no crescimento das matrículas e cursos sobretudo nas instituições privadas. Este processo vem sendo desenvolvido desde a década de 1990, com curva acentuada no ano de 2020. Nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e a atual gestão de Jair Bolsonaro foi possível observar a aprovação de uma série de portarias, decretos e legislações que deram a EAD o lugar de destaque no processo de crescimento da educação privada deste país.

A EAD tem como principal marco regulatório a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) de 20 de dezembro de 1996. A partir desta legislação, a Educação a Distância, passa a ter aparato jurídico e incentivo do Estado brasileiro. Em seu artigo 80, a supracitada Lei destaca:

> Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.
> § 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.
> § 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.
> § 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.
> § 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:
> I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público;
> II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

> III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL, 1996)

Pontos que merecem discussão do fragmento destacado, se relacionam com o incentivo do estado brasileiro associado ao uso da EAD, não apenas no ensino superior, como em todas as modalidades de ensino e de educação continuada. Nesta legislação já fica evidenciado questões relacionadas, por exemplo, com: a redução de custos em canais de sons e imagens que transmitam educação a distância, abertura para canais com finalidades educativas, bem como reserva de tempo mínimo sem ônus para o poder público em canais comerciais. O projeto do capital para a educação brasileira não é uma realidade do ano 2000, ele já vinha sendo gestado desde a década de 1990.

No ano de 1998, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, assinou o Decreto 2494 que regulamentava o artigo 80 da Lei 9394/96 (LDBN). Este documento se configura como resolução importante para o desenvolvimento da EAD em território brasileiro. A pesquisadora tem pleno conhecimento que esta legislação já foi revogada pelo Decreto 5.622/2005, porém, opta por fazer uma linha histórica das legislações ao longo das mais diversas matrizes políticas e sua relevância para o processo de expansão da EAD.

O Decreto 2.494/98 foi aprovado após a LDBN/96 e trazia 13 artigos visando a definição do que seria educação a distância, como os cursos seriam ministrados, a forma de credenciamento e descredenciamento e avaliação dos alunos. O decreto se fez importante como forma de melhor organizar as instituições e cursos de educação a distância. Entre os artigos que merecem evidência:

> **Art. 1º.** Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.
> *Parágrafo único.* Os cursos ministrados sob a forma de educação a distância serão organizados em regime especial, com flexibilidade de requisitos para admissão, horário e duração, sem prejuízo, quando for o caso, dos objetivos e das diretrizes curriculares fixadas nacionalmente.
> **Art. 2º.** Os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional, e de graduação serão oferecidos por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim, nos termos deste Decreto e conforme exigências a serem estabelecidas em ato próprio, expedido pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.
> § 1º A oferta de programas de mestrado e de doutorado na modalidade a distância será objeto de regulamentação específica.
> § 2º O credenciamento de instituições do sistema federal de ensino, a autorização e o reconhecimento de programas a distância de educação profissional e de graduação de qualquer sistema de ensino deverão observar,

> além do que estabelece este Decreto, o que dispõem as normas contidas em legislação específica e as regulamentações a serem fixadas pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.
> § 3º A autorização, o reconhecimento de cursos e o credenciamento de instituições do sistema federal de ensino que ofereçam cursos de educação profissional a distância deverão observar, além do que estabelece este Decreto, o que dispõem as normas contidas em legislação específica.
> § 4º O credenciamento das instituições e a autorização dos cursos serão limitados a cinco anos, podendo ser renovados após avaliação.
> § 5º A avaliação de que trata o parágrafo anterior obedecerá a procedimentos, critérios e indicadores de qualidade definidos em ato próprio, a ser expedido pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.
> § 6º A falta de atendimento aos padrões de qualidade e a ocorrência de irregularidade de qualquer ordem serão objeto de diligência, sindicância, e, se for o caso, de processo administrativo que vise a apurá-los, sustando-se, de imediato, a tramitação de pleitos de interesse da instituição, podendo ainda acarretar-Ihe o descredenciamento. (BRASIL, 1998, *on-line*).

Nos últimos anos, os marcos regulatórios, vêm sendo alterados, visando uma maior flexibilização do direcionamento da EAD na conjuntura educacional deste país, porém, se faz necessário sinalizar que uma educação de qualidade visando um processo formativo e humano não deve estar associada apenas ao processo de matrícula e permanência temporária do aluno das instituições superiores. A expansão da EAD infelizmente tem se revelado em cursos que aligeirados, de qualidade questionável, com precarização das relações trabalhistas e um amplo acesso a preços baixos pela classe trabalhadora, que não impedem o seu endividamento.

Ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi aprovado em 09 de janeiro de 2001, o Plano Nacional de Educação-PNE, que discutia a educação a distância em três subtópicos e visava oferecer um maior espaço desta modalidade no processo formativo de professores da educação básica.

O Brasil é um país de dimensões continentais e o uso de educação a distância muitas vezes se faz necessário como medida de reduzir as desigualdades educacionais, devido ao baixo investimento por parte do Estado em instituições de ensino. Destaca-se que a narrativa de que o investimento em EAD é democratizar a educação brasileira, é falaciosa uma vez que, o processo de democratizar não é apenas possibilitar o acesso, mas, sobretudo a permanência e diplomação em cursos de graduação de qualidade. Os discursos vistos em diversos documentos governamentais frisam a questão da democratização e no PNE/2001 não foi diferente:

> No processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, onde os déficits educativos e as desigualdades regionais são tão elevados, os desafios. Educacionais existentes podem ter, na educação a distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia. Além do mais, os programas educativos podem desempenhar um papel inestimável no desenvolvimento cultural da população em geral. (BRASIL,2001)

Investimentos em EAD se fazem necessários, porém, não podem ser preponderantes nas políticas educacionais. A educação a distância auxilia na redução as desigualdades regionais, mas, deve ser uma EAD de qualidade, sendo associada a instituições qualificadas e relacionadas a uma formação não voltada a massificação do ensino.

Dando continuidade à inserção da EAD não apenas no âmbito privado, o governo de Fernando Henrique Cardoso, ainda em 2001, estabelece a Portaria 2.253, que regulamenta que as instituições federais de ensino podem utilizar em seus cursos 20% de carga horária na oferta de disciplinas na modalidade não presencial conforme fragmento destacado:

> Art. 1o As instituições de ensino superior do sistema federal de ensino poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem método não presencial, com base no art. 81 da Lei no 9.394, de 1.996, e no disposto nesta Portaria. (BRASIL, 2001)

Esta portaria permite, que mesmo em outras gestões políticas, ocorressem alterações que possibilitaram que as instituições públicas inserissem em suas matrizes curriculares carga horária EAD. Se faz necessário pontuar que em 2001 a nomenclatura utilizada foi **método não presencial**.

Em 2004, já no governo Lula, a portaria 2253/2001 foi revogada e em substituição, o então Ministro da Educação, Tarso Genro, dispõe de um novo instrumento jurídico intitulado portaria 4059/2004. Vejamos o que destaca esta portaria:

> Art. 1º. As instituições de ensino superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1.996, e no disposto nesta Portaria. § 1º. Para fins desta Portaria, caracteriza-se a modalidade semipresencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota. § 2º. Poderão ser ofertadas as disciplinas referidas no caput, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso. (BRASIL, 2004)

A carga horária continuou mantida ao limite de 20%, porém, a nomenclatura de não presencial, passa a ser semipresencial. Anteriormente as instituições federais que poderiam fazer esta inserção de matriz EAD em suas disciplinas, aqui pode-se observar que são aplicadas as instituições de ensino superior. O projeto do capital para a educação superior não foi uma exclusividade do governo FHC, ele continua ativo também no primeiro governo Lula.

No final do ano de 2005, sob a gestão do então Ministro da Educação Fernando Haddad, foi aprovado o decreto 5622/2005, que visava revogar portarias e decretos anteriores, bem como atualizar o artigo 80 da LDBN 9394/96. A educação a distância passou a ser organizada por 37 artigos. Um ponto que se destaca é que a mesma pode estar presente nos mais diversos níveis de ensino da educação básica até a educação superior.

> Art. 2º A educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:
> I - educação básica, nos termos do art. 30 deste Decreto;
> II - educação de jovens e adultos, nos termos do art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
> III - educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;
> IV - educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:
> *a)* técnicos, de nível médio; e
> *b)* tecnológicos, de nível superior
> V - educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas:
> *a)* sequenciais;
> b) de graduação;
> c) de especialização;
> d) de mestrado; e
> e) de doutorado. (BRASIL, 2005)

Ao longo das discussões aqui destacadas, observa-se que a EAD vai caminhando em direção a busca de um predomínio na educação brasileira e infelizmente este aspecto tem sido constatado não somente em virtude das matrículas que se encontram em expansão, bem como número de cursos. O contexto nacional ainda pandêmico até novembro de 2022, tem se revelado bastante preocupante no que tange a inserção de matriz de disciplinas *online* em cursos presenciais e tal fator se faz atuante na educação básica até no ensino superior. O decreto destacado é do ano de 2005 onde já havia abertura jurídica para inserção da modalidade EAD nos mais diversos níveis.

Em 2006, ainda na gestão do então ministro do governo Lula, Fernando Haddad, foi aprovado o Decreto 5.800. Este instrumento, visava a constituição da Universidade Aberta do Brasil-UAB. O intuito do decreto, era desenvolver a modalidade EAD, no caminho de uma maior expansão e interiorização. A UAB se constitui em uma política voltada às instituições públicas, sobretudo na formação de profissionais de educação. O nosso estudo é desenvolvido no foco do setor privado mercantil, porém, esta legislação se constitui em um importante aspecto deste trajeto que a EAD vem percorrendo no espaço geográfico brasileiro. Entre seus aspectos principais o Decreto destaca:

> Art. 1º Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com

> a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.
> Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB:
> I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
> II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
> III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
> IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
> V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
> VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
> VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação. (BRASIL, 2006)

O Estado brasileiro ao incentivar o uso de EAD vinculado principalmente ao processo de formação de docentes da educação básica, conduz o desenvolvimento de formação aligeirada, massificada e voltada aos ditames neoliberais tão presentes no direcionamento das políticas educacionais. Universidades públicas podem oferecer cursos de formação docente com qualidade, porém, na realidade a UAB vem sendo desenvolvida, em espaços, em sua maioria, desprovidos de infraestruturas e com a utilização de profissionais precarizados. As tecnologias da informação e comunicação- TIC's podem sim contribuir com os processos formativos, entretanto, elas não podem ser preponderantes na formação de professores.

No ano de 2007, ainda sob o governo Lula, foi aprovado o decreto 6.303 que tinha por objetivo legislar sob as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e de cursos de graduação. Nesta legislação destaca-se a função dos polos de apoio presencial que nada mais são do que unidades operacionais para desenvolvimento de atividades pedagógicas como: avaliações, estágios, defesas de trabalhos e práticas de laboratório. As instituições credenciadas neste marco regulatório em seu artigo 14º deverão iniciar seus cursos em até 12 meses. Se faz presente neste decreto, uma disciplina no que tange a processos de credenciamento e descredenciamento das instituições de educação superior à distância.

No ano de 2014, já no governo Dilma Rousseff, foi aprovado o Plano Nacional de Educação-PNE que se encontra vigente até o ano de 2024. Neste plano são estabelecidas diretrizes e metas para: Educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação integral, educação de jovens e adultos, educação profissional técnica e educação superior. Em relação ao segmento superior à meta 12 do PNE destaca:

> Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (BRASIL, 2014)

No contexto atual de predomínio do setor mercantil da educação superior, esta meta encontra-se distante de ser cumprida, quando as matrículas nas instituições públicas se encontram em declínio e as matrículas das instituições privadas em processo de expansão. A taxa líquida de matrículas até o ano de 2021 não havia atingido 20%. Outra questão relevante é que a educação superior tem concentrado suas matrículas na graduação a distância em detrimento das graduações presenciais quando fazemos a comparação de matrículas em instituições públicas e EAD privado mercantil no ano de 2020, com base nos dados do censo da educação superior.

Dando continuidade ao processo de inserção de carga horária EAD nos cursos de graduação presenciais foi aprovada a Portaria 1.134 em outubro de 2016 que versava da seguinte maneira:

> Art. 1º As instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância. § 1º As disciplinas referidas no caput poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso. § 2º As avaliações das disciplinas ofertadas na modalidade referida no caput serão presenciais. (BRASIL, 2016)

Esta portaria revoga a de n°4.059 do ano de 2004 e estabelece que instituições pequenas, ou seja, aquelas que possuam pelo menos um curso de graduação, podem ofertar modalidade EAD em 20% de carga horária e continua definindo que as avaliações devem ocorrer de maneira presencial. Estas legislações sempre transitam com alterações de nomenclatura de não presencial, semipresencial e modalidade a distância, porém em geral a essência é sempre de flexibilizar a entrada de matriz EAD nas instituições presenciais algo realmente questionável. Se existem cursos de graduação presenciais qual o motivo de buscar cada vez mais a inserção de matriz a distância nas mesmas localidades?

Após processo de impeachment da, então, presidente Dilma Rousseff[5] no ano de 2016, assume o cargo o vice-presidente Michel Temer que açodadamente, aprova no primeiro

[5] Em 31 de agosto de 2016 a então presidente do Brasil Dilma Rousseff, sofre um golpe parlamentar, jurídico e midiático ocasionado a cassação de seu mandato e perda dos direitos políticos da primeira mulher eleita democraticamente no território brasileiro.

semestre do ano seguinte, o decreto 9.057 que visava a regulamentar o artigo 80 da LDBN/1996. Este Decreto nada mais foi do que uma abertura para que as instituições privadas pudessem ampliar seu processo de atuação não somente em cursos de graduação como também em cursos de pós-graduação *Lato Sensu.* O Decreto aprovado deixa as mantenedoras numa posição mais livre em seus processos de implantação de cursos, bem como de fixação dos polos de apoio presenciais conforme os artigos destacados:

> Art. 20. Os órgãos competentes dos sistemas de ensino poderão, motivadamente, realizar ações de monitoramento, de avaliação e de supervisão de cursos, polos ou instituições de ensino, observada a legislação em vigor e respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa.
> Art. 22. Os atos de credenciamento para a oferta exclusiva de cursos de pós-graduação **lato sensu** na modalidade a distância concedidos a instituições de ensino superior serão considerados também para fins de oferta de cursos de graduação nesta modalidade, dispensado novo credenciamento ou aditamento.
> Art. 23. Os processos de credenciamento para oferta de educação a distância e de autorização de cursos a distância vinculados, em tramitação na data de publicação deste Decreto, cujas avaliações **in loco** na sede tenham sido concluídas, terão a fase de análise finalizada pela Secretaria competente no Ministério da Educação.
> § 1º Os processos de autorização de cursos a distância vinculados de que trata o **caput** protocolados por instituições de ensino detentoras de autonomia, sem avaliação **in loco** realizada na sede, serão arquivados e a autorização ficará a cargo da instituição de ensino, após o credenciamento.
> § 2º Nos processos mencionados no **caput** , somente serão considerados para fins de credenciamento de polos de educação a distância os endereços nos quais a avaliação **in loco** tenha sido realizada, e aqueles não avaliados serão arquivados, sem prejuízo de sua posterior criação pela instituição de ensino, conforme o disposto no art. 16.
> § 3º O disposto no § 2º se aplica, no que couber, aos processos de aditamento de credenciamento de polos de educação a distância em tramitação na data de publicação deste Decreto.
> § 4º Eventuais valores de taxas recolhidas para avaliações não realizadas ficarão disponíveis para utilização em outros processos de avaliação referentes à mesma instituição de ensino.
> § 5º As instituições de ensino poderão optar pelo não arquivamento dos endereços não avaliados, na forma a ser estabelecida em regulamento.(BRASIL,2017)

Em todos os governos até aqui analisados, foi possível observar a entrada da EAD na matriz educacional deste país, no governo Temer a amplitude da EAD é reconfigurada e a atuação de empresários educacionais é uma constante. A legislação admitida gera preocupação no que tange aos cursos aprovados que muitas vezes são visitados pelos órgãos competentes em instalações maiores e de melhor qualidade e, posteriormente, são alocados em prédios menores, muitas vezes, com infraestrutura deficiente. Ao discutir o artigo 22, nota-se a dispensa de credenciamento de cursos de graduação as instituições que tenham pós-graduação *Lato*

Sensu. Os processos formativos em cursos de pós-graduação em muito se diferem da modalidade de graduação. O aluno da pós-graduação já tem uma formação e no espaço Lato Sensu vai ampliar seus conhecimentos, ao contrário do aluno da graduação que saiu do ensino médio em busca de uma formação inicial. O decreto do governo Temer em seus 25 artigos revisou a legislação EAD e deu a mesma um maior espaço para o crescimento desta modalidade no contexto educacional deste país.

Ainda no bojo de ampliação da EAD na matriz educacional do governo de Michel Temer, o mesmo aprova uma portaria de n°11 do ano de 2017, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e cursos superiores a distância. A portaria foi aprovada 25 dias depois do Decreto 9.057/2017 e ratificou o interesse do então Governo brasileiro em dar amplitude a EAD e as suas mantenedoras.

> DO CREDENCIAMENTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA- EAD
> Art. 1o O funcionamento de Instituições de Educação Superior- IES para oferta de curso superior a distância depende de credenciamento específico pelo Ministério da Educação - MEC, nos termos do art. 80 da Lei no 9.394, de 1996, e do Decreto no 9.057, de 2017.
> § 1o O credenciamento de que trata o caput permitirá a oferta de cursos superiores de graduação e pós-graduação lato sensu a distância.
> § 2o É permitido o credenciamento de IES para oferta de cursos superiores a distância, sem o credenciamento para oferta de cursos presenciais.
> § 3o A oferta regular de curso de graduação, independente da modalidade, é condição indispensável para manutenção do credenciamento. (BRASIL,2017)

A portaria aprovada possibilitou para as mantenedoras que a partir daquela data o credenciamento estava aberto para graduação e pós-graduação, assim para aquelas IES que não possuíam cursos presenciais. A portaria ora aprovada em conjunto com o Decreto 9.057/2017 se tornam um campo de estudo relevante no contexto educacional de expansão da EAD.

Na fase final de seu governo, o então presidente Temer ampliou o percentual de carga horária EAD em instituições de ensino superior na Portaria 1.428 que foi revogada no governo Bolsonaro sob n°2.117. O atual governo atualizou a portaria mantendo o limite de 40% ora estabelecidos anteriormente.

> Art. 2º As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso.
> § 1º O Projeto Pedagógico do Curso - PPC deve apresentar claramente, na matriz curricular, o percentual de carga horária a distância e indicar as metodologias a serem utilizadas, no momento do protocolo dos pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso.
> § 2º A introdução de carga horária a distância em cursos presenciais fica condicionada à observância das Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN dos

> Cursos de Graduação Superior, definidas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, quando houver.
> § 3º As atividades extracurriculares que utilizarem metodologias EaD serão consideradas para fins de cômputo do limite de 40% de que trata o caput.
> § 4º Os processos de pedidos de autorização de cursos ofertados por IES não credenciada para EaD, em que houver previsão de introdução de carga horária a distância, não serão dispensados de avaliação externa in loco.
> § 5º As universidades e os centros universitários, nos limites de sua autonomia, observado o disposto no art. 41 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, devem registrar o percentual de oferta de carga horária a distância no momento da informação de criação de seus cursos à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação - SERES-MEC.
> § 6º A introdução opcional de carga horária na modalidade de EaD prevista no caput não desobriga a IES do cumprimento do disposto no art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em cada curso de graduação. (BRASIL,2019)

A introdução de matriz curricular EAD em cursos presenciais ao limite de 40% é um projeto do capital para a educação superior, visando cada vez mais, reduzir o espaço das graduações presenciais de caráter público, em favorecimento dos cursos de graduação a distância de caráter mercantil. Uma instituição que disponibiliza cursos com este percentual caminha a passos largos para um ensino *online.* O governo Bolsonaro deu continuidade ao que Temer implementou e de certa forma foi favorecido pelo contexto pandêmico mundial que observou todas as modalidades de ensino utilizando TIC's para o funcionamento de suas atividades.

O Plano Estadual de Educação da Bahia-PEE, Lei Estadual 13.559 de maio de 2016, tem vigência até o ano de 2026.O PEE aborda diretrizes para: Educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação especial (inclusiva), educação de jovens e adultos, educação profissional, educação superior, pós-graduação e formação de professores. No que tange ao nosso objeto de estudo, a educação superior, a Lei estabelece em sua meta de número 12:

> Focalizar o crescimento gradativo da taxa líquida de matrícula na Educação Superior, a partir da vigência deste PEE - BA, de maneira que se atinja a taxa de 12% (doze por cento) em relação à população estimada de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade no ano de 2025, contribuindo para equilibrar a meta nacional e, do mesmo modo, concentrar esforços para que a taxa bruta de matrícula se situe em torno de 30% (trinta por cento) nesse mesmo ano. (BAHIA, 2016)

A meta 12 do PEE do estado da Bahia tem um percentual inferior a também meta 12 do Plano Nacional de Educação-PNE, que estipula 50% para taxa bruta e 33% para taxa líquida. A taxa líquida de matrículas para população de 18 a 24 anos no estado da Bahia atingiu no ano

de 2021, 13,6% (SEMESP), embora tenha superado o PEE vigente, está bem abaixo da meta nacional estabelecida no PNE em 33%. O estado baiano ocupa a terceira pior posição no *raking* nacional em percentual de escolarização de jovens de 18 a 24 anos de idade. O PEE não faz nenhuma menção a EAD apenas ao sistema UAB como maneira de aprimorar e consolidar a oferta de vagas.

Os marcos regulatórios aqui discutidos foram extremante importantes para o processo de expansão da EAD no contexto brasileiro, as portarias, os decretos e as legislações flexibilizaram a EAD e sua inserção não apenas nas instituições privadas como também nas instituições públicas. Se faz necessário analisar com criticidade o que vem ocorrendo ao longo dos anos e buscar em nosso campo de atuação problematizar o avanço do mercantil e defesa dos sistemas públicos e de qualidade. A EAD é uma modalidade vigente que precisa ser contida visando a sobrevivência dos sistemas educacionais e das políticas públicas tão essenciais a classe trabalhadora.

3.6 A governança como estratégia de controle

O conceito de Nova Gestão Pública (NGP) tem sido utilizado por governos associados ao projeto neoliberal em consonância com as diretrizes de Organismos Internacionais (OIs), que influenciam cada vez mais na presença de setores privados para a definição e execução de políticas educacionais, bem como a exclusão do fundo público. “A NGP é um programa que repousa na racionalidade técnica oriunda das narrativas que buscam aplicar conceitos, como eficiência e a eficácia, sob o *ethos* privado na administração pública” (PEREIRA, 2019, p. 125). Assim, entende-se que a Nova Gestão Pública está associada à presença de setores mercantis em contextos que deveriam ser ocupados pelo Estado.

O Estado, que tinha como princípio sua soberania, perde o protagonismo na definição de políticas públicas a serem implementadas na sociedade. A crescente participação de setores da sociedade civil, associados ao setor privado-mercantil, mediados pelas orientações de OIs, vem buscando atuar nas esferas públicas e privadas, alinhando interesses mútuos, que são denominados como governança. As justificativas desses segmentos atuantes na esfera governamental se pautam na defesa da governança como forma de eliminar os obstáculos entre as esferas públicas e privadas, promovendo a participação da sociedade civil nos processos decisórios de políticas públicas e sociais. Entende-se por governança, a redução do papel de um governo anteriormente centralizado e o fortalecimento da participação de diversos atores no

intuito de formular e implementar políticas sociais, todavia, as políticas então formuladas não visam à manutenção e defesa de sistemas públicos tão necessários à classe trabalhadora.

A governança no setor público está associada a modelos flexíveis, direcionados para resultados, conta com a participação de diversos atores como: Estado, terceiro setor, mercado, segmentos da sociedade civil etc. Os objetivos desses agentes estão relacionados ao desenvolvimento de políticas públicas e determinação de serviço, isto é, "[...] a governança se ocupa de monitorar, supervisionar e avaliar a atuação da gestão, com vistas ao atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas" (GESSER *et al.*, 2021, p. 13). A governança em nosso entendimento é a forma que a iniciativa privada utiliza para se fazer mais presente, ou mesmo orientar o funcionamento do setor público.

A educação pública, tão essencial ao processo formativo da classe trabalhadora, vem passando por uma série de reformas estratégicas, entre elas as que visam à apropriação de recursos públicos por fragmentos privados. Os sistemas públicos educacionais, na conjuntura atual de governança, encontram-se fragilizados e soma-se a este fator a atual gestão governamental, em seus últimos anos, que deu ampla continuidade ao projeto do capital para uma redução cada vez maior dos investimentos necessários à manutenção da educação.

A crise do sistema do capital, nos anos de 1970, possibilitou que nas décadas subsequentes os ideais neoliberais relacionados a questões de privatização, livre-comércio e livre-mercado fossem instituídos, com isso, houve alteração da dinâmica do processo constitutivo das políticas públicas, em especial, as políticas sociais.

Dentro de um cenário de governança, também se fazem presentes defesas principalmente de OIs, vinculados à participação cada vez maior da sociedade civil na execução de políticas do Estado, porém, cabe pontuar que os sujeitos com os quais os organismos internacionais buscam ampliar parcerias, no plano de elaboração e de execução de políticas sociais, são em sua maioria da classe burguesa, ou seja, representantes dos empresários que procuram favorecer seus projetos dentro das estruturas políticas.

A governança tem sido utilizada como estratégia de controle, em razão da influência de organismos internacionais no direcionamento de políticas sociais. Fato é que dentro das várias matrizes políticas tem sido observada uma redução cada vez maior do papel do Estado e estratégias que sempre condicionam a criação de um espaço político menos burocrático e minimamente centralizado. No que tange à educação, Pereira (2019, p. 132) pontua:

> No campo educacional, o Estado estratégico da OCDE parte da compreensão que as constantes e recentes alterações que acompanham as Novas Tecnologias de Comunicação e Informação tornaram o mundo, os governos e

> os sistemas mais complexos. Tais assertivas são utilizadas para advogar que não é mais possível ter um governo centralizado, propulsor de um projeto nacional que formula e coordena a política educacional, como versa a Constituição Federal, no caso brasileiro.

O que se observa em cenários pautados na defesa da governança é uma redução constante das políticas sociais e crescimento do setor privado mercantil, cujos setores burgueses e sua ampla participação acabam por definir o que vem a ser necessário para a classe trabalhadora.

As orientações de organismos internacionais se tornaram mais explícitas na política educacional brasileira, sobretudo, a partir da década de 1990, a exemplo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Todos pela Educação (TPE), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Reforma do Ensino Médio. De acorod definição destas políticas, existe uma forte participação do empresariado brasileiro que vem ocupando os centros de poder, com o propósito de minimizar a participação dos setores da sociedade civil que representam os interesses da classe trabalhadora. A atuação de empresários na definição do que seja necessário para a educação do Brasil trouxe como resultados negativos a contínua retração de recursos públicos para as políticas sociais. As práticas de cortes, contingenciamentos e reduções orçamentárias não são oriundas da gestão de Jair Bolsonaro, na verdade, neste governo, tais ações tornaram-se mais conhecidas e aprofundadas.

No entendimento da OCDE, o espaço geográfico brasileiro gasta acima da média dos países membros da Organização em educação, sobretudo porque os resultados perante suas avaliações indicam que outros países da América Latina, que gastam menos que o Brasil, têm obtido maiores resultados e se tornam parâmetros quando se discute eficiência de gastos nos sistemas educacionais. Na concepção deste organismo, a educação superior, por exemplo, deve ter seus gastos deslocados para a educação básica, outra crítica é a de que as universidades, na compreensão deste órgão multilateral, tendem a favorecer os estudantes de renda mais alta. Entende-se, assim, que a situação da educação superior em países signatários das diretrizes de organismos multilaterais deve ser observada e discutida com maior frequência. Na visão de Gesser *et al.* (2021, p. 7),

> As Universidades públicas brasileiras são instituições acadêmicas mantidas e vinculadas ao aparelho do Estado e, sendo assim, inserem-se no contexto da Administração Pública, sendo afetadas pelas modificações e interferências que impactam no setor público.

O projeto hegemônico do capital, capitaneado pela burguesia, utiliza a narrativa de ampliação de acesso ou mesmo melhoria da qualidade educacional para camuflar os ataques que vêm proferindo à educação pública. Esse movimento, na verdade, representa formas que a burguesia encontrou para materializar suas ações, as quais, na realidade, não são neutras e estão muito bem programadas em cada quadro político.

3.7 Principais tendências da expansão da educação superior brasileira

A educação tem sido apontada, por representantes da burguesia, como redentora de uma sociedade, principalmente no que tange aos aspectos econômicos. No entanto, contraditoriamente, os investimentos para esse nível de ensino estão pautados por formação aligeirada e superficializada. Isso porque qualquer mudança que impacta na educação superior está diretamente relacionada a uma série de alterações na dinâmica do modo de produção do capital. Os sistemas educacionais podem contribuir, mas, dependerão de outras transformações no espaço político e econômico.

O processo de expansão do ensino superior vem no bojo dos apontamentos de que a educação pode promover melhorias nas condições de vida das populações. O BM, desde a década de 1990, elabora diretrizes que visam à diversificação institucional, o uso da educação a distância e de processos relacionados à privatização dos sistemas de ensino. Para este organismo, as citadas orientações permitem uma expansão da educação superior nos mais diversos países do globo e os sistemas educacionais podem ser maiores, modernos e diversos.

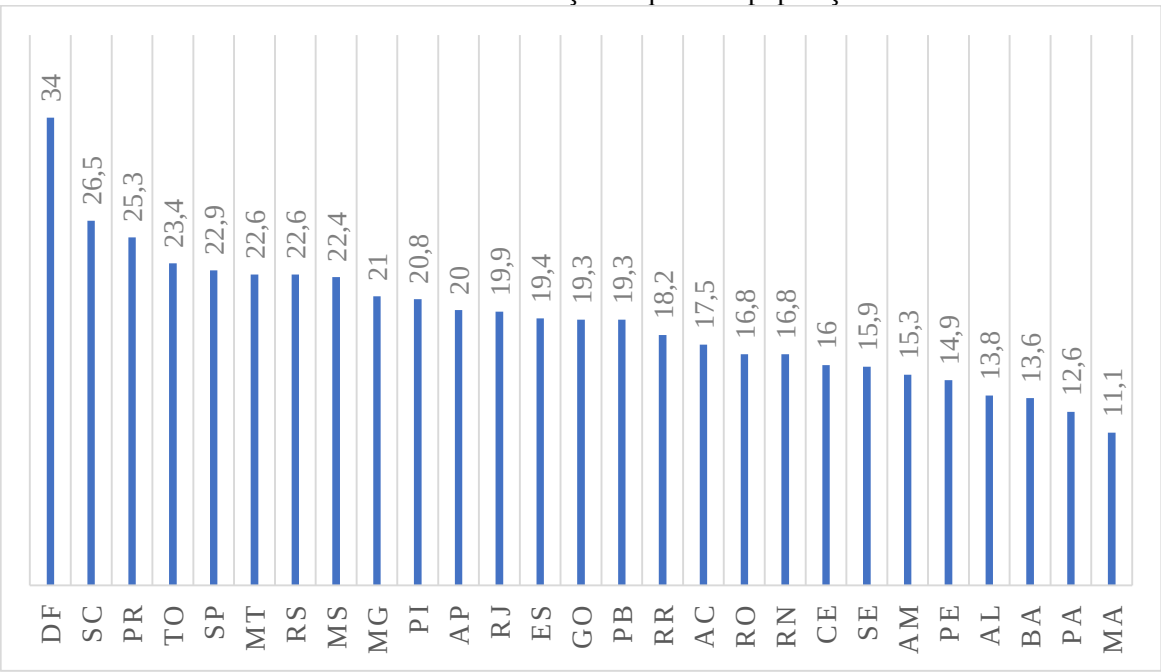
No Brasil, a taxa líquida[6] de escolarização em nível superior da população de 18 a 24 anos, de acordo a Associação Profissional das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP), atingiu no ano de 2021, o quantitativo de 18,1%, embora a meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), tenha estabelecido que até 2024 a taxa líquida deve chegar ao patamar de 33%. O cenário se encontra bem distante da meta estabelecida, uma vez que, até o momento, somente o Distrito Federal alcançou este índice, que, de acordo a mesma pesquisa, apontou 34% de matrículas na educação superior.

Os estados nordestinos, com exceção da Paraíba e Piauí, representaram as frações mais baixas de escolaridade em nível superior, sendo o estado da Bahia o terceiro estado brasileiro com menor quantitativo de matrículas nesse nível. Esse cenário torna-se atrativo para a

[6] Expressa o percentual de pessoas matriculadas em determinado nível de ensino na idade ou faixa etária teoricamente adequada a esse nível em relação à população na faixa etária teoricamente adequada ao mesmo nível de ensino (MEC/INEP, 2004, p. 13).

expansão de instituições privadas que investem na oferta de vagas e, consequentemente, ampliam o quantitativo de matrículas nesse segmento. Para o grande público, essas instituições contribuem sobremaneira para democratização do acesso à educação superior, ao tempo que torna a meta 12 do PNE alcançável. Visando a uma melhor compreensão da taxa de escolarização da população brasileira, foi elaborado o Gráfico 6 para representar estes dados.

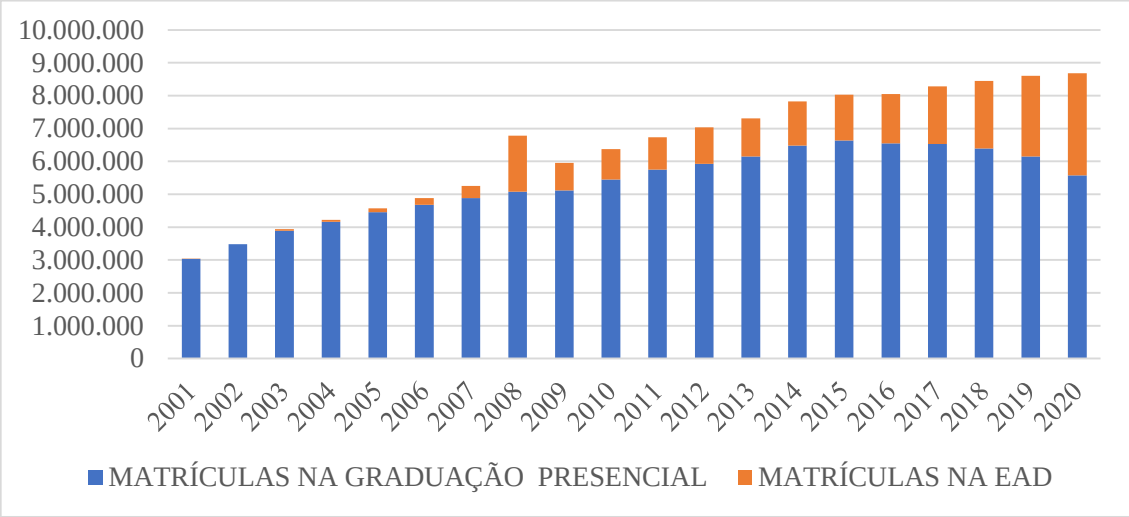
Gráfico 6 — Taxa de Escolarização Líquida da população brasileira



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do SEMESP (2021).

A expansão da educação superior, na conjuntura brasileira, esteve associada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/1996, que orienta para questões associadas à flexibilização, diversificação institucional e ampliação no número de matrículas. Como resultado desta política regulatória, observa-se um crescimento da iniciativa privada em detrimento dos sistemas públicos, com ampla participação da modalidade a distância que é nosso objeto de pesquisa. “Nas últimas décadas, a modalidade de educação a distância tornou-se uma grande estratégia para atender às demandas de formação em qualquer nível educacional” (CASTRO; ARAÚJO, 2018, p. 196). Essa situação pode ser demonstrada no Gráfico 7, a seguir, que apresenta a evolução das taxas de matrículas nos cursos presenciais e a distância entre (2001-2020).

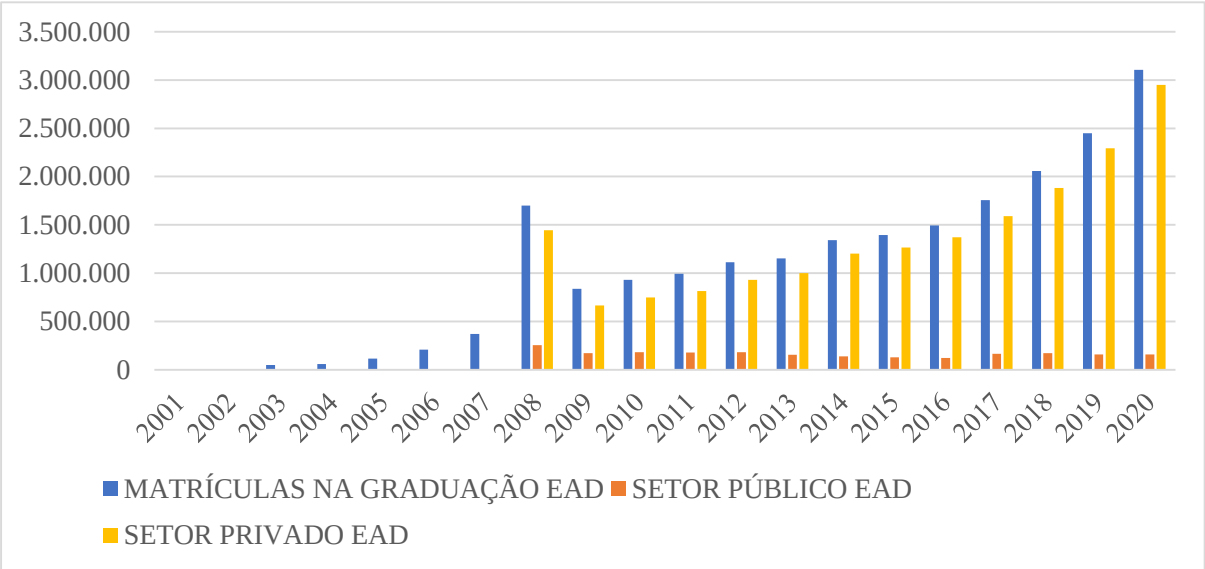
Gráfico 7 — Evolução das matrículas em cursos presenciais e a distância (2001-2020)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Censo da Educação Superior (2021).

A EAD tem uma participação expressiva no processo de expansão da educação superior. Quando relacionamos a esse debate a participação do segmento público *versus* segmento privado, conseguimos visualizar como o setor mercantil tem executado e projetado sua expansão conforme aponta o Gráfico 8, adiante:

Gráfico 8 — Expansão do setor mercantil em EAD (2001-2020)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Censo da Educação Superior (2021).

O setor privado tem respondido majoritariamente pela oferta de vagas e matrículas no ensino superior na EAD, cuja característica é o desenvolvimento de atividades de ensino, desconsiderando a importância dos espaços formativos para os processos de aprendizagens. "O EAD implica o fim das despesas com prédios, equipamentos, mobiliários, imóveis, veículos,

laboratórios, centros de pesquisa, experimentos, salas de aula, salas de pesquisa, bibliotecas, auditórios etc.” (NETO; ARAUJO, 2021, p. 31).

A década de 1990 representa, no cenário brasileiro, uma mudança no paradigma da organização da educação superior. A LDBN favorece a diversificação institucional que contribuiu sobremaneira para a proliferação de instituições mercantis que contam, a partir desse período, inclusive com o incremento do capital estrangeiro. Em acolhimento às novas demandas de organismos internacionais para a educação superior, o Brasil contribui com um aparato jurídico-legislativo que favorece políticas expansionistas sob a narrativa de corrigir a baixa cobertura desse nível de ensino. Uma série de legislações, portarias e decretos que foram detalhados nesta pesquisa, demonstram que a educação brasileira saiu de um sistema elitizado, para um sistema associado a uma importante categoria de análise do objeto que é a massificação.

> As políticas para educação superior nas últimas décadas têm procurado adequar-se, cada vez mais, às exigências globais. Isso tem reforçado a busca por alcançar padrões cada vez mais amplos de cobertura desse nível de ensino, o que tem possibilitado que os sistemas de Educação Superior, se transformem de sistema de elite em sistemas de massa (CASTRO; ARAUJO, 2018, p. 205).

Inicialmente, a modalidade preferencial do ensino superior ocorria em âmbito presencial, com um número de instituições em menor quantidade e os processos seletivos exigiam um alto conhecimento dos seus candidatos. Os tradicionais vestibulares tornavam, naquele contexto, o acesso ao ensino superior bem elitizado. Com a já discutida influência de OIs, no intuito de atender as demandas internacionais, na figura de atores políticos e econômicos, os sistemas estão mais flexíveis, com uso da modalidade EAD, que tem possibilitado um aumento da cobertura educacional. Infelizmente, tal cobertura não está associada, em sua grande maioria, ao princípio de qualidade, tão fundamental para formação de profissional superior.

No Brasil, a educação superior, que se desenvolve em instituições públicas, tem como marca a formação qualificada, contrariando o discurso dos que a atacam, especialmente quando analisadas a pesquisa e a pós-graduação. Para se dimensionar se faz necessário pontuar que 95% das pesquisas e publicações ocorrem no segmento público, enquanto que o privado responde por apenas 5% conforme pesquisa (NETO; ARAÚJO, 2021). “Isso indica que existe pesquisa sendo realizada no Brasil, pesquisas sendo realizadas nas universidades públicas que não visam atender a lógica do mercado e ao processo de transformação do conhecimento em mercadoria” (NETO; ARAUJO, 2021, p. 28).

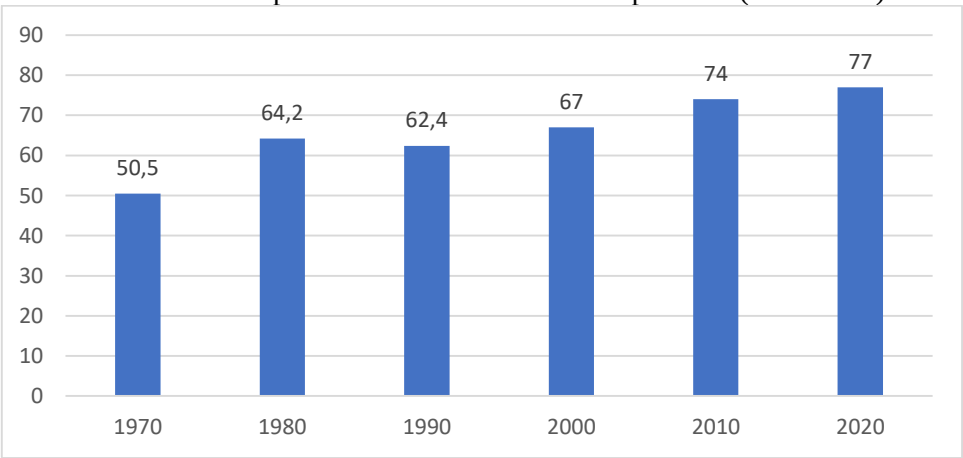
As corporações de matriz privado-mercantil têm avançado, ano após ano, no campo das matrículas da graduação. Tem-se observado uma tendência ao processo de privatização, dadas as mudanças constantes nas políticas públicas, os programas governamentais que favorecem a iniciativa privada e, por fim, o aumento do número de alunos nas mais variadas instituições existentes. Em relação ao processo de privatização, Peroni e Scheibe (2017, p. 387) afirmam:

> Esse processo de privatização coloca em risco o avanço das lutas pelos direitos humanos e colabora significativamente para manutenção das desigualdades sociais, intensificando-se mais ou menos de acordo a correlação de forças e com o histórico democrático e o grau de efetivação do direito à educação que se constrói em cada país.

O contexto educacional brasileiro, em nível superior, teve avanços nas últimas duas décadas do século XXI, entretanto, faz-se necessário pontuar que houve redução das políticas associadas aos direitos sociais e ampliação dos processos de privatização educacional, que são parte de uma agenda ofensiva do capital no intuito de expandir suas taxas de lucro, gerando graves consequências para a democracia, bem como para garantia dos direitos sociais. Ao assumir a direção das políticas educacionais, o setor mercantil opera na redução do espaço da educação enquanto direito público.

A hegemonia das Instituições de Ensino Superior (IES) particulares tem início na década de 1970 quando o número de matrículas representava 50,5%, já na década de 1980, atingiu 64,2%, em 1990, o processo foi mais estável atingindo 62,4%; e sob governo de Fernando Henrique Cardoso chegou, em 1995, a 60,1%, em 2000, atingiu 67%, em 2010, as matrículas em IES particulares foram de 74%, já em 2020, chegou ao patamar de 77% das matrículas presentes na iniciativa privada, conforme dados do INEP (2021). Para uma melhor compreensão deste processo, vejamos o que aponta o Gráfico 9, apresentado adiante:

Gráfico 9 — Expansão das matrículas em IES privadas (1970-2020)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Censo da Educação Superior (2021).

No segmento público também ocorreram alterações das políticas públicas voltadas para a expansão do ensino superior. Entre os processos ocorridos destacam-se: Decreto nº 5.622, de 2005, que regulamentou o Educação a Distância (EAD) e o Decreto nº 6.096 que aprovou a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Como tendências associadas ao processo de expansão das matrículas, encontra-se a privatização educacional que, ao tempo que subtrai a participação da pública, amplia os raios de atuação do setor privado-mercantil. O empresariamento da educação é uma realidade explorada por grandes empresas educacionais, não apenas nas frações do ensino superior, como também na educação básica. Em relação à privatização educacional pontua-se:

> Numa perspectiva crítica, no entanto, este tema tem sido estudado como parte do processo geral de privatização da educação no Brasil, o qual, envolve também, a redução da esfera estatal, dos direitos sociais, a consolidação de uma concepção da educação como mercadoria em detrimento de outra que entende como bem público, a concentração de capital na área educacional por meio do fundo público e a alteração da função sócio ontológica da educação (SOUSA; GONÇALVES, 2021, p. 298).

O cenário neoliberal trouxe como resultados a expansão do setor privado, associada à redução de direitos sociais da população, em função da ampliação de contextos relacionados à educação como mercadoria vendida a preço baixo. O exercício da cidadania, o desenvolvimento social e o uso dos bens públicos estão ameaçados em virtude da ofensiva empresarial nos sistemas educacionais. O valor de uso tão utilizado na concepção marxista vem perdendo espaço para valores de troca tão comuns ao sistema do capital. Neste sentido:

> Os capitais investidos na educação visam atender à febre capitalista de reprodução ampliada e de lucro. Assim a educação vai lentamente deixando de ser um direito da classe trabalhadora para constituir-se como necessidade exclusiva do capital (NETO; ARAUJO, 2021, p. 23-24).

Conforme já discutido, o empresariamento da educação superior, sob influência do neoliberalismo, apresenta como característica a acumulação de capital por setores empresariais educacionais financiados pelo fundo público. Como exemplo, temos as políticas sociais como Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), que materializam o investimento de dinheiro público na esfera privada. Em relação a esta conjuntura, Sousa e Gonçalves (2021, p. 304) salientam:

> Este processo tem, pelo menos, três componentes: o financiamento de bolsas de estudos em IES particulares por programas de financiamento estudantil; isenções tributárias, financiamento a empreendimentos educacionais por meio de bancos públicos.

O financiamento estudantil não é uma política pública recente, ele foi desenvolvido desde a década de 1970, denominado, inicialmente, como Crédito Educativo (CREDUC), institucionalizado pela Lei nº 8.436, apenas em 1992. Em 1999, o CREDUC foi substituído pelo FIES (Medida Provisória nº1.827) e, posteriormente, pela Lei nº10.260, em 2001. Já no ano de 2004, é constituído o ProUni, Lei nº11.096/2004, que amplia a participação de recursos públicos destinados as IES superior privadas. Observa-se uma sequência de marcos regulatórios nas mais diversas matrizes políticas que possibilitaram ao setor privado mercantil a posição de liderança atual. “Desde o Plano Diretor de Reforma do Estado, e mais especificamente a LDB, um verdadeiro tsunami de leis, decretos e portarias vêm alterando a educação brasileira em todos os seus domínios” (LEHER, 2021, p. 16).

É imprescindível afirmar que o Estado, que deveria fazer defesa dos sistemas públicos educacionais, optou por impulsionar os negócios do setor privado mercantil mediante repasses do fundo público, como FIES. Com as recentes crises, desde a gestão Dilma Rousseff, o Estado continuou, em menor escala, fornecendo subsídios à iniciativa privada que se deslocou para esferas da modalidade EAD, mais recentemente, no campo da educação básica.

As corporações privadas do ensino superior, hoje, representam 77% de participação no mercado, em virtude dos chamados processos que visavam a uma democratização da educação, que nada mais foi do que um amplo projeto de investimento de recursos públicos no setor privado mercantil. As isenções fiscais possibilitaram o crescimento das IES privadas, que chegaram a aplicar seus lucros nas bolsas de valores, além de ter a participação de capital estrangeiro em seus investimentos. Em relação a esta temática, Leher (2021, p. 15) pontua:

> Ademais, por omissão ou por meios de ordenamentos normativos e jurídicos, O Estado operacionaliza os interesses do capital, a exemplo da regulação de capital estrangeiro no setor educacional, da admissão de que a educação pode ser negociada na bolsa de valores e da incrível flexibilização da abertura de capital e de operações de grupos educacionais na bolsa.

O Estado, neste sentido, representa um parceiro da iniciativa privada diante da concessão do direito de operacionalização de empresas educacionais de capital estrangeiro em território brasileiro. O controle de monopólio do setor privado mercantil na área educacional, assim como outros ramos de negócios, é realizado pelo Conselho Administrativo de Defesa

Econômica (CADE), porém, este mesmo órgão tem possibilitado megafusões de empresas educacionais que estão cada vez mais atuantes em território nacional.

Conclui-se que a influência de organismos internacionais, a exemplo da UNESCO, OCDE e BM, associadas ao apoio do Estado brasileiro, nas mais diversas matrizes políticas, conduziram, ao longo do tempo, o processo de expansão da educação superior que, atualmente, caminha para um cenário de mercantilização.

Como tendências do processo de expansão da educação superior, encontra-se o uso da modalidade EAD que também é uma diretriz dos citados organismos internacionais. A temática EAD será abordada em seu processo de expansão no espaço geográfico baiano, que ocupa posição de liderança em número de matrículas em educação a distância e, ao mesmo tempo, possui um quantitativo reduzido de matrículas de população de 18 a 24 anos, conforme apontou o Gráfico 7 apresentado.

A pesquisa sobre o processo de expansão da educação a distância no espaço geográfico baiano se faz necessária em virtude de um contexto que não demonstra sinais de estagnação, sendo fortemente apoiado pelos marcos regulatórios jurídicos do Estado brasileiro.

Na próxima seção desta pesquisa, o capítulo 4, buscaremos destacar a importância da EAD privado mercantil no espaço geográfico baiano, os cursos e áreas priorizados, a constituição de oligopólios educacionais e bem como a presença da EAD mercantil em 260 (duzentos e sessenta) municípios.

4 A EAD privado mercantil no espaço geográfico baiano

> *"De fato, a mercantilização da educação e das políticas sociais em geral – saúde, meio ambiente, previdência social, direitos trabalhistas, assistência social, temas agrários etc. – somente pode ser compreendida a partir da apreensão de que o 'mercado' de 'serviços' e das demais esferas dos direitos sociais não resulta da mão invisível do mercado".*
>
> *Leher (2021, p. 13).*

O processo de ensino e aprendizagem envolvendo as variáveis tempo e espaço diversos se fazem presentes também no espaço geográfico baiano. A educação a distância (doravante EAD) foi inicialmente conhecida como uma modalidade educacional que se desenvolvia sem a presença física do corpo docente, o material era postado via sistema de correios e o aluno realizaria seus estudos de maneira individual. Com o advento dos sistemas de tecnologia, ampliou-se o acesso à informação por meio de jornais, revistas, rádio, TV, vídeo e rede mundial de computadores, favorecendo que a EAD utilizasse as mais diversas plataformas.

Os discursos associados a EAD, em geral, estão vinculados à flexibilidade de horários e tempo do aluno, correlacionados com a disciplina discente, bom planejamento de estudos e apropriação dos meios tecnológicos. "No entanto, o processo de ensino-aprendizagem requer habilidades diferenciadas na apresentação, planejamento, desenvolvimento e avaliação da aprendizagem, bem como o domínio das ferramentas de transmissão a serem utilizadas" (HERMIDA; BONFIM, 2006, p. 169). Atualmente, com o avanço de tecnológico do século XXI e o aprofundamento da conjuntura pandêmica, entre 2020 e 2021, os sistemas denominados *e-learning* se fortaleceram ainda mais e passaram a oferecer aos seus usuários atividades realizadas de maneira *on-line* que podem ocorrer de maneira síncrona ou assíncrona.

No território baiano, com seus 417 (quatrocentos e dezessete) municípios, a educação a distância se faz necessária em algumas localidades, tendo em vista a baixa cobertura educacional de instituições universitárias que não se fazem presentes em todos os municípios ou em suas proximidades.

A educação a distância vem crescendo exponencialmente no espaço geográfico baiano em virtude de um mercado de trabalho que cada vez mais exige formação superior sem que ela,

necessariamente, represente qualificação profissional de seus trabalhadores. A EAD em seu processo de expansão, na conjuntura brasileira e baiana, tem se pautado em uma formação associada à certificação superficializada e massificação do ensino.

Inicialmente, apontamos que as matrículas EAD na Bahia ocupam a posição de liderança na região nordeste, desde o ano de 2008, tendo o maior quantitativo de alunos matriculados no ano de 2020, conforme apontado na Tabela 10, a seguir:

Tabela 10 — Matrículas na EAD no estado da Bahia (2008-2020)

Período	Matrículas Totais	Matrículas em instituições publicas	Matrículas em instituições privadas
2008	21.670	716	20.954
2009	81.022	11.786	69.236
2010	82.655	8.842	73.813
2011	75.329	4.517	70.812
2012	84.498	6.564	77.934
2013	93.147	7.490	85.657
2014	105.390	7.135	98.255
2015	95.541	8.635	86.906
2016	94.648	8.287	86.361
2017	101.770	6.690	95.080
2018	108.318	5.546	102.772
2019	132.021	4.775	127.246
2020	155.789	5.045	150.744

Fonte: Elaborada pela autora com base na consulta dos dados do Censo da Educação Superior (INEP) (2020).

O processo de crescimento de matrículas em educação a distância no estado da Bahia é uma realidade materializada em números ano após ano, embora os dados também apresentem alguns períodos de oscilações. A análise da Tabela 10 nos permite afirmar que, em 2011, ocorreu redução em número de matrículas, assim, como nos anos de 2015 e 2016. Os demais períodos apresentaram taxas de crescimento, sobretudo no ano de 2020, dado que o quantitativo de alunos matriculados atingiu 155.789 (cento e cinquenta e cinco mil setecentos e oitenta e nove). Ressalta-se que a oferta é uma constante nas instituições mercantis, todavia, a evasão dos cursos de graduação também se destaca, enquanto objeto de estudo que demanda análise, mas, que não é foco desta pesquisa.

O Censo da Educação Superior apontou que o estado da Bahia obteve 413.647 (quatrocentos e treze mil seiscentos e quarenta e sete) matrículas em educação superior, sendo 77.112 (setenta e sete mil cento e doze) discentes matriculados em instituições públicas e 336.535 (trezentos e trinta e seis mil quinhentos e trinta e cinco) em instituições de matriz mercantil. O setor privado, no contexto educacional baiano, é preponderante não apenas na graduação presencial, como também, nas graduações de modalidade EAD. Os dados apontados

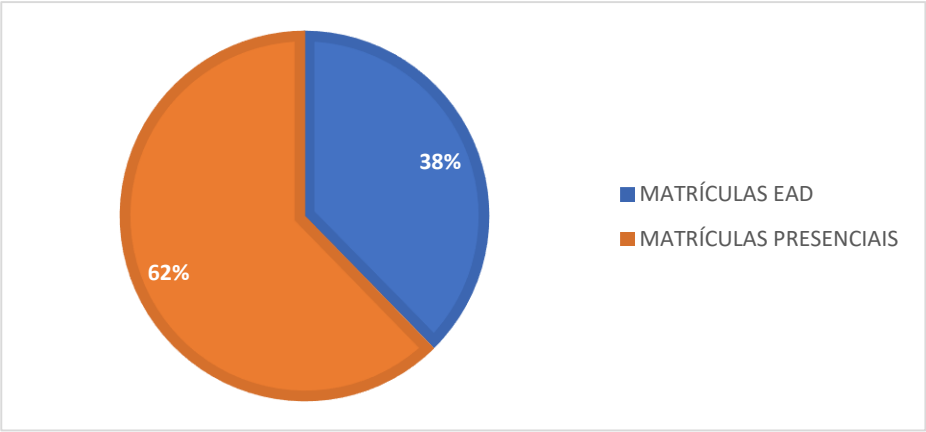
na Tabela 10 também evidenciam que a matriz pública vem reduzindo seu campo de atuação no oferecimento de modalidade EAD, enquanto as instituições mercantis vêm em processo de predomínio no oferecimento de educação a distância.

Faz-se necessário apontar que as instituições públicas são fundamentais no oferecimento de cursos de graduação para todos os baianos, inclusive cursos na modalidade EAD, porém, estamos num contexto de avanço das instituições privadas que, muitas vezes, não se pautam no oferecimento de cursos de qualidade. São processos formativos, em sua maioria, aligeirados, com poucos momentos presencias, supervisionados por tutores e em ambientes virtuais de aprendizagem que não permitem uma formação completa do aluno. Uma das desvantagens de processos formativos em modalidade EAD é a ausência de socialização e interação entre professores e alunos, a troca de experiências é quase inexistente, sem mencionar a ausência de diálogos e troca de conhecimento entre os discentes.

A presente análise objetiva trazer também a defesa de uma formação crítica, associada aos cursos em espaços públicos, gratuitos e de qualidade que visem a uma formação adequada não somente de professores, como de demais profissionais". Para que a EAD seja significativa, deve objetivar a melhoria da sociedade, construindo-se como prática social pautada em princípios filosóficos que visem à construção do conhecimento, da autonomia e da consciência crítica do educando (HERMIDA; BONFIM, 2006, p. 171). A educação a distância, também presente nas instituições públicas, converge favoravelmente para a massificação da modalidade EAD, ainda encontrada predominantemente no setor mercantil.

Esta pesquisa não discute a qualidade da educação a distância, entretanto, é preocupante observar o quantitativo de alunos que tem optado pelas graduações em EAD em detrimento do ensino presencial. Em 2020, 257.858 (duzentos e cinquenta e sete mil oitocentos e cinquenta e oito) discentes estavam matriculados em cursos de graduação presenciais, representando 62% do total, contudo, a EAD no cenário educacional baiano já apresenta 38% de predomínio em número de matrículas, conforme melhor observado no Gráfico 10 que segue.

Gráfico 10 — Percentual de matrículas EAD e presenciais no estado da Bahia (2020)



Fonte: Elaborada pela autora com base na consulta dos dados do Censo da Educação Superior (INEP) (2020).

A mercantilização da educação envolve o desenvolvimento do processo de privatização da educação superior, com aumento da participação de instituições de matriz mercantil na venda de serviços educacionais, além de sistemas de ensino subordinados aos interesses de mercado, que buscam formar trabalhadores qualificados. No cenário estudado, podemos afirmar, após análises dos dados, no que tange ao número de matrículas e participação das instituições privadas, que existe um processo em curso de mercantilização da educação superior do espaço geográfico baiano.

Os sistemas educacionais associados à hegemonia neoliberal, sob influência dos interesses do mundo do capital, dificultam a superação da atual ordem dominante. Em oposição a isso, a educação deve possibilitar a formação de sujeitos que questionem, com capacidade crítica ao atual modelo dominante e não uma formação reprodutora dos ideais burgueses. Assim, romper com a lógica mercantil e buscar investimentos públicos na educação superior nunca foi tão necessário.

4.1 Os cursos de graduação oferecidos por instituições mercantis no estado da Bahia

Em pesquisa no *site* do Ministério da Educação (MEC), via sistema denominado e-MEC, buscou-se identificar os cursos oferecidos por instituições mercantis para a população baiana. O intuito de tal pesquisa é destacar as áreas de formação superior priorizadas pelas instituições e seu vínculo com a formação de mão de obra. Os dados encontrados estão organizados no Quadro 4 adiante para uma melhor visualização.

Quadro 4 — Cursos de Graduação EAD em atividade no espaço geográfico baiano

Nome do curso	Grau	Área específica
1-Administração	Bacharelado	Negócios e administração
2-Administração pública	Bacharelado	Negócios e administração
3-Agronomia	Bacharelado	Agricultura
4-Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Arquitetura e construção
5-Arquivologia	Bacharelado	Comunicação e informação
6-Artes	Licenciatura	Educação
7-Artes Visuais	Licenciatura	Educação
8-Biblioteconomia	Bacharelado	Comunicação e informação
9-Biologia	Licenciatura	Educação
10-Biomedicina	Bacharelado	Saúde
11-Ciência da Computação	Bacharelado	Comunicação e Tecnologias da informação e comunicação -TIC
12-Ciência de Dados e Inteligência Artificial	Bacharelado	Comunicação e Tecnologias da informação e comunicação -TIC
13-Ciência Econômica	Bacharelado	Ciências sociais e comportamentais
14-Ciência Política	Bacharelado	Ciências sociais e comportamentais
15-Ciências Aeronáuticas	Bacharelado	Serviço e transporte
16-Ciências Biológicas	Licenciatura	Educação
17-Ciências Biológicas	Bacharelado	Ciências biológicas e correlatas
18-Ciências Contábeis	Bacharelado	Negócios e administração
19-Ciências da Natureza	Bacharelado	Programas interdisciplinares abrangendo ciências naturais, matemática e estatística
20-Ciências da Religião	Licenciatura	Educação
21-Ciências Exatas	Bacharelado	Programas interdisciplinares abrangendo ciências naturais, matemática e estatística
22-Ciências Humanas	Bacharelado	Programas interdisciplinares abrangendo ciências sociais comunicação e informação
23-Ciências Sociais	Licenciatura	Educação
24-Computação	Licenciatura	Educação
25-Comunicação e Marketing	Bacharelado	Negócios e administração
26-Comunicação Social Publicidade e Propaganda	Bacharelado	Negócios e administração
27-Design e Animação	Bacharelado	Artes
28-Design de Games	Bacharelado	Artes
29-Educação Especial	Licenciatura	Educação
30-Educação Física	Licenciatura	Educação
31-Enfermagem	Bacharelado	Saúde
32-Engenharia Ambiental	Bacharelado	Engenharia e profissões correlatas
33-Engenharia Ambiental e Sanitária	Bacharelado	Engenharia e profissões correlatas
34-Engenharia Civil	Bacharelado	Arquitetura e construção
35-Engenharia da Computação	Bacharelado	Engenharia e profissões correlatas
36-Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado	Engenharia e profissões correlatas
37-Engenharia de Produção	Bacharelado	Produção e processamento
38-Engenharia de Software	Bacharelado	Computação e tecnologias da informação e comunicação TIC
39-Engenharia Elétrica	Bacharelado	Engenharia e profissões correlatas
40-Engenharia Mecatrônica	Bacharelado	Engenharia e profissões correlatas
41-Engenharia mecânica	Bacharelado	Engenharia e profissões correlatas

Nome do curso	Grau	Área específica
42-Engenharia Química	Bacharelado	Engenharia e profissões correlatas
43-Estatística	Bacharelado	Matemática e estatística
44-Farmácia	Bacharelado	Saúde
45-Filosofia	Licenciatura	Educação
46-Física	Licenciatura	Educação
47-Fisioterapia	Bacharelado	Saúde
48-Fonoaudiologia	Bacharelado	Saúde
49-Formação de Docentes para a Educação Básica	Licenciatura	Educação
50-Formação Pedagógica para Graduados	Licenciatura	Educação
51-Formação para portadores de Ensino Superior	Licenciatura	Educação
52-Formação para Portadores de Ensino Superior-Letras	Licenciatura	Educação
53-Geografia	Licenciatura	Educação
54-Gestão e Empreendedorismo	Licenciatura	Educação
55-História	Licenciatura	Educação
56-Informática	Licenciatura	Educação
57-Jornalismo	Bacharelado	Comunicação e informação
58-Letras	Licenciatura	Educação
59-Letras	Bacharelado	Línguas
60-Letras-Libras	Licenciatura	Educação
61-Matemática	Licenciatura	Educação
62-Matemática	Bacharelado	Matemática e estatística
63-Museologia	Bacharelado	Comunicação e informação
64-Música	Licenciatura	Educação
65-Música	Bacharelado	Artes
66-Nutrição	Bacharelado	Saúde
67-Óptica e Optometria	Bacharelado	Saúde
68-Pedagogia	Licenciatura	Educação
69-Programa Especial de Formação Docente	Licenciatura	Educação
70-Programa Especial de Formação Docente-Biologia	Licenciatura	Educação
71-Programa Especial de Formação Docente-Filosofia	Licenciatura	Educação
72-Programa Especial de Formação Docente-Física	Licenciatura	Educação
73-Programa Especial de Formação Docente-Geografia	Licenciatura	Educação
74-Programa Especial de Formação Docente-História	Licenciatura	Educação
75-Programa Especial de Formação Docente-Matemática	Licenciatura	Educação
76-Programa Especial de Formação Docente-Português	Licenciatura	Educação
77-Programa Especial de Formação Docente-Química	Licenciatura	Educação
78-Psicomotricidade	Bacharelado	Ciências sociais e comportamentais
79-Psicopedagogia	Bacharelado	Educação
80-Publicidade e propaganda	Bacharelado	Negócios e administração

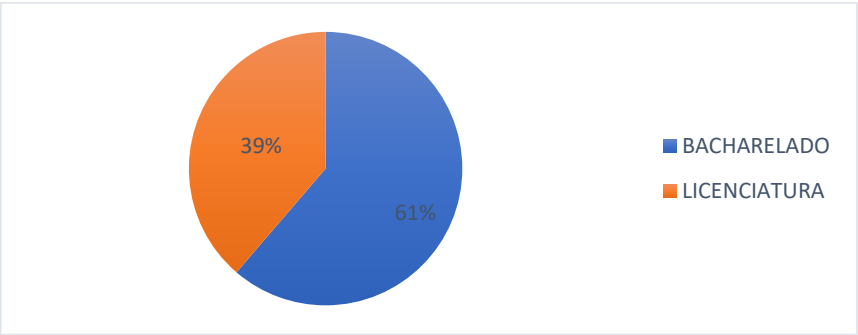
Nome do curso	Grau	Área específica
81-Química	Licenciatura	Educação
82-Química	Bacharelado	Ciências físicas
83-Relações Internacionais	Bacharelado	Ciências sociais e comportamentais
84-Relações Públicas	Bacharelado	Negócios e administração
85-Secretariado Executivo	Bacharelado	Negócios e administração
86-Secretariado Executivo Trilíngue	Bacharelado	Negócios e administração
87-Serviço Social	Bacharelado	Bem estar
88-Sistemas de Informação	Bacharelado	Comunicação e tecnologias da informação e comunicação
89-Sociologia	Licenciatura	Educação
90-Teatro	Licenciatura	Educação
91-Teologia	Bacharelado	Humanidades
92-Terapia Ocupacional	Bacharelado	Saúde
93-Turismo	Bacharelado	Serviços pessoais

Fonte: Elaborada pela autora com base na consulta dos dados do e-MEC (2022).

A pesquisa realizada apontou que, atualmente, no estado da Bahia, funcionam 93 cursos de graduação na modalidade EAD. Em bacharelado, encontrou-se o quantitativo de 57 cursos, já em licenciaturas o somatório foi de 36. Em relação às áreas de cursos, foi detectado um quantitativo de 21 áreas, que serão devidamente discriminadas no Quadro 5, adiante. Salienta-se que a pesquisa no *site* e-mec, realizada entre setembro e outubro de 2022, levou em consideração apenas os cursos ativos no estado da Bahia, até o ano de 2020, considerando o recorte temporal do trabalho. Na base pesquisada, foi possível perceber que, entre os anos de 2021 e 2022, alguns cursos foram autorizados, porém, optamos por respeitar o recorte visando a oferecer um melhor trabalho de pesquisa na modalidade de educação a distância no espaço geográfico baiano.

O percentual de cursos de bacharelado se revelou superior ao de licenciaturas, conforme pode ser melhor observado no Gráfico 11, a seguir. Tal fato revela que a EAD tem se expandido para as mais diversas áreas, mesmo as licenciaturas sendo cursos de custo mais baixo para as mantenedoras.

Gráfico 11 — Percentual entre bacharelados e licenciaturas no estado da Bahia



Fonte: Elaborada pela autora com base na consulta dos dados do e-MEC (2022).

Os dados apresentados apontam que 61% dos cursos são bacharelados e 39% licenciaturas. Faz-se necessário pontuar a relevância do percentual de cursos de formação de professores em modalidade EAD que, em sua grande maioria, são espaços de educação superior aligeirada, massificada e com pouca criticidade nos processos formativos. O estado da Bahia tem seguido o contexto nacional em número de alunos na EAD e, também, no quantitativo de cursos em uma área extremante fundamental que é a formação de professores. O contexto político atual tem apontado que as próximas gestões governamentais continuarão a priorizar a EAD em detrimento da formação em espaços universitários de qualidade.

Ao pesquisar as áreas em que as instituições optam por oferecer graduações EAD, foi constatado que o campo educacional é preponderante em relação às demais áreas. Foram identificadas 21 áreas, conforme quadro síntese disponível no Quadro 5, a seguir.

Quadro 5 — Áreas de formação acadêmica no espaço geográfico baiano

Área	**Quantitativo de cursos**
Negócios	9
Agricultura	1
Arquitetura e construção	2
Comunicação e informação	4
Educação	37
Saúde	8
TIC	4
Ciências sociais e comportamentais	4
Serviços e transportes	1
Programas insterdisciplinares exatas	2
Programas interdiciplinares	1
Ciências biológicas	1
Artes	3
Engenharias	8
Produção e processamento	1
Matemática e estatística	2
Línguas	1
Ciências físicas	1
Bem estar	1
Humanidades	1
Serviços pessoais	1
Total	**93**

Fonte: Elaborada pela autora com base na consulta dos dados do e-MEC (2022).

O campo educacional tem se constituído como área prioritária de formação, embora as licenciaturas, no contexto apresentado, sejam em menor índice percentual. A pesquisa apontou as seguintes áreas com maior destaque: Educação (37) cursos, Negócios (9), Engenharias (8), Saúde (8), TICs (4), Ciências Comportamentais (4), Artes (3), Arquitetura e Construção (2),

Programas Interdisciplinares Exatas (2), Matemática e Estatística (2), as demais áreas apresentaram quantitativo de apenas um curso.

No atual contexto de expansão da educação a distância em território baiano, a área de Saúde também se tem destacado e deve-se pensar no quantitativo de profissionais que futuramente estarão em atuação nos hospitais públicos e privados, já que uma grande parte das instituições de matriz mercantil não possuem em suas instalações, laboratórios devidamente equipados nem unidades de atendimento à saúde.

Assim como a área educacional necessita ser pautada pelo princípio de qualidade formativa, faz-se necessário observar em que campos as instituições mercantis têm crescido no contexto da EAD baiana. A pesquisa destacou que o campo educacional é preponderante em relação às 20 outras áreas pesquisadas.

4.2 Instituições mercantis de educação a distância e oligopólios educacionais

O campo de estudo desta análise são as instituições de graduação EAD mercantil no estado da Bahia. Neste momento, opta-se por relacionar estas instituições, visando a saber quem são os grupos que estão direcionando os processos formativos de uma grande parte da população.

Quadro 6 — Instituições EAD no estado da Bahia

Instituição	Sigla	Instituição	Sigla
1-Universidade Salgado de Oliveira	UNIVERSO	2-Universidade Paulista	UNIP
3-Centro Universitário UNIRB	UNIRB	4-Centro Universitário de Excelência ENIAC	ENIAC
5-Faculdade Única de Ipatinga	FUNIP	6-Centro Universitário UNIFATECIE	UNIFATECIE
7-Universidade Anhanguera	UNIDERP	8-Universidade de Franca	UNIFRAN
9-Centro Universitário UNIDOM-BOSCO	UNIDOM-BOSCO	10-Centro Universitário União das Américas Descomplica	UNIAMÉRICA
11-Centro Universitário Maurício de Nassau	UNINASSAU	12-Universidade La Salle	UNILASALLE
13-Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto	ESTÁCIO RIBEIRÃO PRE	14-Centro Universitário Adventista de São Paulo	UNASP
15-Faculdades Unileya		16-Universidade Tiradentes	UNIT
17-Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo	FAMEESP	18-Centro Universitário FAEL	UNIFAEL
19-Centro Universitário Anhanguera Pitágoras		20-Universidade Cidade de São Paulo	UNICID

21-Centro Universitário FACVEST	UNIFACVEST	22-Centro Universitário do Rio Francisco	UNIRIOS
23-Universidade Brasil	UB	24-Faculdade Jardins	FACJARDINS
25-Pontíficia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC-MINAS	26-Universidade Metropolitana de Santos	UNIMES
27-Faculdade Marcelina	FASM	28-Faculdades Descomplica	
29-Faculdade Master de Parauapebas	FAMAP	30-Centro Universitário Atenas	UNIATENAS
31-Universidade Católica Dom Bosco	UCDB	32-Centro Universitário Cidades Verde	UniCV
33-Centro Universitário Dom Pedro II	UNIDOMPEDRO	34-Centro Universitário do Planalto de Araxá	UNIARAXÁ
35-Centro Universitário Internacional	UNINTER	36-Universidades Estácio de Sá	UNESA
37-Universidade Cruzeiro do Sul	UNICSUL	38-Faculdades Santos Agostinho	FASA
39-Universidade Paranaense	UNIPAR	40-Faculdades Francisco de Assis	FSFA
41-Centro Universitário Jorge Amado	UNIJORGE	42-Universidade Sul de Santa Catarina	UNISUL
43-Escola Superior Aberta do Brasil	ESAB	44-Universidade do Oeste Paulista	UNOESTE
45-Centro Universitário da Grande Dourados	UNIGRAN	46-Centro Universitário São Lucas	UniSL
47-Centro Universitário de Educação Superior de Brasília	IESB	48-Universidade Evangélica de Goiás	UniEVANGÉLICA
49-Centro Universitário Cenecista de Osório	UNINEC	50-Centro Universitário Estácio de Santa Catarina	
51-Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana	FAESF/UNEF	52-Faculdade Católica Paulista	FACAP
53-Centro Universitário do Norte	UNINORTE	54-Universidade Santa Cecília	UNISANTA
55-Centro Universitário FAVENI	UNIFAVENI	56-Universidade Cesumar	UNICESUMAR
57-Universidade Luterana do Brasil	ULBRA	58-Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo	UNIFACEMP
59-Centro Universitário Senac	SENACSP	60-Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera	
61-Faculdade de Tecnologia e Ciências	FTC	62-Universidades de Marília	UNIMAR
63-Centro Universitário Leonardo da Vinci	UNIASSELVI	64-Centro Universitário Filadélfia	UNIFIL
65-Faculdade AIEC	AIEC/FAAB	66-Centro Universitários de Lins	UNILINS
67-Centro Universitário das Américas	CAM	68-Faculdade Dom Alberto	FDA
69-Centro Universitário de Araras	UNAR	70-Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas	FMU
71-Faculdade Três Marias	FTM	72-Clareantiano Centro Universitário	CLARENTIANOBT

73-Faculdade Capital Federal	FECAF	74-Universidade Católica de Brasília	UCB
75-Centro Universitário Ingá	UNINGÁ	76-Universidade Católica do Salvador	UCSAL
77-Universidade Metodista de São Paulo	UMESP	78-Centro Universitário Autônomo do Brasil	UNIBRASIL
79-Faculdade Unina		80-Centro Universitário Santa Cruz de Curitiba	UNI SANTA CRUZ
81-Centro Universitário Favip Wyden	UniFavip Wyden	82-Universidade de Uberaba	UniUbe
83-Centro Universitário INTA	UNINTA	84-Centro Universitário Pitágoras Anhanguera Ampli	
85-Universidade da Amazônia	UNAMA	86-Universidade Brasil	UB
87-Faculdade Multivix Serra	Multivix Serra	88-Escola Superior Aberta do Brasil	ESAB
89-Centro Universitário Campos Andrade	UniANDRADE	90-Universidade Vale do Taquari	UNIVATES
91-Faculdade Unida de Vitória	Faculdade Unida	92-Centro Universitário Planalto do Distrito Federal	UNIPLAN
93-Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE	94-Faculdade de Ciência, Educação, Saúde, Pesquisa e Gestão	FSF
95-Centro Universitário Mauá de Brasília	UNIMAUÁ	96-Centro Universitário UNBTA	
97-Faculdade Futura		98-Faculdade Zacarias de Góes	
99-Faculdade AJES	AJES	100-Centro Universitário Joaquim Nabuco de Recife	UNINABUCO RECIFE
101-Universidade Santo Amaro	UNISA	102-Centro Universitário de Excelência	UNEX
103-Faculdade Fraternidade de Valença	FFV	104-Centro Universitário Fadergs	FADERGS
105-Faculdade Iseibe de Betim	FISBE	106-Instituto Superior de Educação Ocidente	
107-Universidade Positivo	UP	108-Faculdade de Teologia Integrada	FATIN
109-Universidade Salvador	UNIFACS	110-Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil	FACETEN
111-Faculdade UNIBF		112-Faculdade do Maciço do Baturité	FMB
113-Universidade Nove de Julho	UNINOVE	114-Universidade Salvador	UNIFACS

Fonte: Elaborada pela autora com base na consulta dos dados do e-MEC (2022).
Os campos em branco são relacionados à ausência de siglas disponibilizadas na base e-mec.

A pesquisa no sítio do Ministério da Educação-MEC destacou a presença de 114 (cento e quatorze) grupos educacionais privados atuando no espaço geográfico baiano. Para esta pesquisadora, o número é relevante somado a outros dados pesquisados na base do INEP os quais destacam que, em 2020, a Bahia registrou um quantitativo de 1.123 (mil centos e vinte três) polos de educação a distância, sendo 1016 (mil e dezesseis) de matriz mercantil e os 107

(cento e sete) restantes, classificados como públicos. A pesquisa também revela que há uma concentração de instituições em grupos que se disseminam por todo o estado. Veremos, posteriormente, que essa concentração de instituições começa a chegar aos espaços geográficos do interior baiano que, anteriormente, não costumavam ser locais de destino de instituições privadas, todavia, nossa pesquisa já evidencia um cenário de alterações.

No que concerne à distribuição entre polos nas categorias: universidades, faculdades e centros universitários, a pesquisa apontou os seguintes resultados: 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) polos são de universidades, 408 (quatrocentos e oito) de centros universitários e 164 (cento e sessenta quatro) de são faculdades, conforme dados do INEP.

A listagem dos grupos permitiu identificar a presença de empresas educacionais associadas aos oligopólios mercantis da educação superior que são instituições oriundas de processos de compras e fusões por grandes grupos educacionais brasileiros ou estrangeiros, constituindo, assim, a conjuntura do empresariamento da educação. "O crescimento do empresariamento da educação tem contribuído para a concentração do setor por meio de fusões e aquisições sob o comando dos poderosos fundos de investimentos" (BRETAS, 2017, p. 14). No cenário nacional, o mercado educacional se expandiu associado aos processos de financeirização e oligopolização, neste sentido, Pimenta (2017, p. 316) salienta que

> Para compreender as recentes mutações no mercado educacional no Brasil, a finaceirização apresenta um papel chave. A oligopolização, a entrada de capitais internacionais, a busca frenética por redução de custos e maximização de lucros (alavancados pelos Estado), tudo se tornou possível pela abertura dos capitais aplicados neste mercado nas bolsas de valores e maior integração com o capital e instituições financeiras.

A abertura de capitais nas bolsas de valores ocorreu a partir do ano de 2007, quando marcos jurídicos legais da década de 1990, possibilitaram a inserção de redes estrangeiras atuando no espaço educacional brasileiro. Desse modo, posteriormente, foram possíveis incrementos financeiros os quais foram tão significativos que possibilitaram a inclusão de dividendos nas bolsas de valores. Segundo Chaves *et al* (2020, p. 7),

> A partir de 2007, portanto, ocorre o aprofundamento da mercantilização da educação superior, concretizada pela expansão política de expansão privada da oferta desse nível de ensino e pela entrada de Instituições de Educação Superior (IES) nas bolsas de valores, pode afirmar que a educação superior passa a ser financeirizada uma vez que segue as regras do mercado financeiro.

Inicialmente, estas instituições puderam se expandir em virtude de programas de incentivo governamentais como FIES e ProUni, ulteriormente, seus lucros atingiram valores

tão altos que foram aplicados nas bolsas de valores e, na atualidade, em virtude das reduções nos programas então citados, as instituições estão crescendo associadas ao amplo uso de educação a distância, que é objeto desta pesquisa.

No tocante ao crescimento das empresas educacionais favorecidas por financiamento estatal, a pesquisa de Chaves *et al* destacou que o FIES representou cifras significativas no que tange às receitas de grupos como: Kroton, Estácio, Ser Educacional e Ânima.

> Um dos grupos mais beneficiado com os recursos do Fies é o grupo Kroton. Em 2015, o Fies representou 70,5% da receita líquida da graduação presencial do grupo Kroton, o que equivale a aproximadamente R$4,2 bilhões. O grupo Estácio obteve 55% da receita líquida com o Fies, quase 3 Bilhões. No grupo Ser Educacional o Fies representou 46% do rendimento líquido e no grupo Ânima representou 45% (CHAVES *et al*, 2020, p. 14).

Ainda que alguns considerem que as políticas governamentais, a exemplo do ProUni e do FIES se faziam necessárias para a ampliação da cobertura educacional em nível superior, não podemos desconsiderar que essas, também, possibilitaram a majoração de lucros de empresas educacionais e o sucateamento das instituições públicas, já que os investimentos governamentais não chegam as universidades estaduais e federais, mas para o setor privado mercantil. Além disso, cabe analisar que tais políticas possibilitaram a inserção de valores consideráveis na iniciativa privada em detrimento dos espaços públicos de formação.

O mercado educacional, no contexto contemporâneo, tem se apresentado como altamente diversificado em razão do processo expansivo vivenciado pela EAD. As instituições de ensino superior não atuam apenas na venda de cursos, como também, de materiais didáticos, a exemplo das plataformas digitais disponibilizadas aos discentes. Segundo Pimenta (2017, p. 313), “Por traz do potencial inclusivo, a EAD é vista como ampla potencialidade de se inserir e intensificar o mercado educacional, dada o impulso desta diminuição de barreiras dos produtos e serviços educacionais e sua clientela. A perspectiva desta pesquisadora não concorda que a EAD seja inclusiva, mas um projeto do capital para educação superior, todavia, é fato que ocorre uma intensificação de produtos e serviços educacionais desta modalidade.

O ensino superior mercantil, desde a década de 1990, vivenciou um cenário de mudanças associadas à acumulação capitalista que foram flexibilizadas pelo Estado, por meio de marcos jurídicos que possibilitaram às instituições privadas se expandirem. São relevantes neste período a LDBN/1996 e a Lei 9870/1999, conforme apontado por Bretas (2019, p. 12),

> O crescimento vertiginoso das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, entretanto, aconteceu na segunda metade dos anos 1990, em virtude da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Ali abriu-se a possibilidade de que as instituições privadas atuassem na educação com fins

> lucrativos. Um novo impulso veio em 1999 com a chamada Lei das S.A da Educação (nº9.870/1999), que permite a abertura de capital e operação na bolsa de valores de empresas do setor da educação superior. Segundo dados divulgados pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em 1995, as IES privadas somavam 684. Em 2000 o número saltou para 1004, passou para 2100 em 2010, chegando a 2152 em 2017.

O Censo da Educação Superior, publicado ano de 2020, destacou a preponderância do setor mercantil em relação às instituições públicas. Atualmente, a matriz da educação superior brasileira é composta de 88% de instituições privadas, representadas por 2153 (duas mil cento e cinquenta e três) IES mercantil e 304 (trezentos e quatro) IES públicas, distribuídas em categoria: federal, estadual e municipal. No tocante à EAD, o número de polos privados de educação a distância no Brasil atingiu o quantitativo de 17.299 (dezessete mil duzentos e noventa e nove), já os públicos totalizaram 1964 (um mil novecentos e sessenta e quatro) instituições. No momento atual, a preponderância do setor mercantil é a EAD.

A existência dos grandes oligopólios educacionais altera todo sistema de educação superior, em virtude de essas instituições terem currículos mais "enxutos", padrões de ensino associados apenas às demandas do mercado, uso de tecnologias e flexibilidade de horários. Essas características promovem uma atração do alunado para as IES privadas, enquanto que as instituições públicas presenciam um cenário de concorrência e baixos investimentos por parte do Estado brasileiro, não apenas na gestão governamental atual como também nas anteriores. Neste sentido, aponta Seki (2021, p.57) que "[...] embora numerosos, os diversos aparelhos privados têm o objetivo comum de apresentar o ensino privado como comparável à educação pública e afirmar, peremptoriamente, que esta última é ineficiente e desconectada da realidade (entre outras perfídias)". Geralmente, estes discursos estão associados aos ditames do mundo do capital sob influência de organismos internacionais e são amplamente difundidos pela mídia.

O contínuo crescimento das IES privadas não aponta um processo de estagnação. Inicialmente, foi utilizada a defesa destas instituições associadas ao princípio de democratização da educação superior, todavia, o cenário vivenciado é de manutenção das condições econômicas das instituições mercantis, em detrimento das instituições públicas.

Entre os oligopólios educacionais mapeados foram relacionados: Cogna Educação, Ser Educacional, Yduqs, Unip, Cruzeiro do Sul e Ânima, os seis conglomerados educacionais, totalizaram 18 (dezoito) instituições EAD as quais estão relacionadas no Quadro 7, adiante:

Quadro 7 — Oligopólios educacionais no estado da Bahia

Instituição	Grupo pertencente	Instituição	Grupo pertencente
Universidade Anhanguera	Cogna Educação	Centro Universitário Anhanguera Pitágoras	Cogna Educação
Universidade Pitágoras Anhanguera	Cogna Educação	Centro Universitário Pitágoras Anhanguera Ampli	Cogna Educação
Centro Universitário Maurício de Nassau	Ser Educacional	Centro Universitário Fael	Ser Educacional
Centro Universitário do Norte	Ser Educacional	Universidade da Amazônia	Ser Educacional
Centro Universitário Joaquim Nabuco de Recife	Ser Educacional		
Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto	Yduqs	Universidade Estácio de Sá	Yduqs
Centro Universitário Estácio de Santa Catarina	Yduqs	Centro Universitário Favip Wyden	Yduqs
Universidade Paulista	UNIP		
Universidade Cruzeiro do Sul	Cruzeiro do Sul		
Universidade Sul de Santa Catarina	Ânima	Universidade Salvador	Ânima
Centro Universitário Fadergs	Ânima		

Fonte: Elaborada pela autora com base na consulta dos dados do e-MEC (2022).

Os 6 (seis) grupos destacados, atualmente, são responsáveis pela formação em nível superior de milhões de brasileiros e, no contexto baiano, não foi diferente. Neste momento, é preciso ainda destacar quem são estas companhias, para melhor compreender sua atuação no campo da educação a distância no espaço geográfico baiano.

O grupo Cogna Educação é uma empresa brasileira atuante na educação básica e superior e, segundo o sítio institucional do oligopólio, com mais de 50 (cinquenta) anos de tradição, a companhia atende 2,4 milhões de estudantes na educação básica e ensino superior, sendo atuante, também, por meio de empresas ramificadas, do mesmo conglomerado, em sistemas de ensino, bem como editoras. As empresas que fazem parte do atual grupo Cogna Educação são: Cogna Ventures, Pitágoras Ampli, Kroton, Platos, Saber, Vasta Educação e Somos Educação.

Em relação ao Ser Educacional, a pesquisa em base institucional identificou que a empresa possui 18 anos de mercado, 300 (trezentos) polos de educação a distância, presente nos 26 (vinte e seis) estados da federação e Distrito Federal, mais de 300 (trezentos) mil alunos na graduação e também na pós-graduação, além do oferecimento de 1.900 (mil e novecentos cursos). Na educação superior, a Ser Educacional é responsável por 11 (onze) instituições, sendo estas: Centro Universitário Unifael, Unesc, Unifasb, Unijuazeiro, Unifacimed, Uninorte, Uninabuco, Ung, Univeritas, Unama e Uninassau.

No que se refere ao YDUQS, foi apontado em seu sítio que a instituição é uma sociedade anônima, estabelecida no ano de 2007 e conta com a presença de grupos em sua composição societária de mais de 50 (cinquenta) anos de tradição. A YDUQS atua na formação presencial e a distância, em escolas de negócios, programas de graduação, pós-graduação, especialização e atualização de profissionais da área de medicina, cursos para área de Direito, formação de diplomatas e cursos preparatórios para concursos. No eixo norte e nordeste, a YDUQS possui 10 (dez) instituições com índice de matrículas em mais de 50 (cinquenta) mil alunos. No total de instituições que compõe o grupo YDUQS, a pesquisa apontou 68 (sessenta e oito) estabelecimentos. A instituição Estácio é predominante, sendo espacializada em diversos municípios em centros universitários, faculdades e apenas uma universidade;

Em relação ao grupo Universidade Paulista (UNIP), a pesquisa apontou que a instituição atualmente possui: 900 (novecentos) *campi* e polos por todo o país, mais de 80 (oitenta) cursos de graduação e mais de 90 (noventa) cursos em pós-graduação. A UNIP possui também 6 (seis) programas de mestrado e 5 (cinco) de doutorado. Os cursos superiores desta instituição, na graduação presencial, possuem 60% de carga horária em sala de aula e os 40% restantes acontecem em modalidade *on-line*. A graduação EAD, conforme sítio institucional, é 100% *on-line* e oferece aos seus alunos a possibilidade denominada Flex com percentual presencial não informado na base pesquisada.

A Cruzeiro do Sul Educação a Distância apresenta 1.300 (mil e trezentos) polos distribuídos no espaço geográfico brasileiro, atua na área de formação de: graduação, pós-graduação, cursos livres, técnicos, de idiomas e preparatórios em diversas áreas do conhecimento.

Por fim, foi pesquisado o grupo Ânima que, em outubro de 2020, adquiriu ativos do grupo Laureate, tornando-se uma das maiores organizações de educação superior do Brasil. A Ânima possui 390 mil (trezentos e noventa) estudantes e é proprietária de 26 (vinte e seis) instituições de relevância para a educação superior, entre estas, a Anhembi Morumbi e no estado da Bahia a UNIFG e UNIFACS.

A análise do processo de oligopolização da educação superior se faz necessária em virtude de estas instituições estarem com uma presença bastante acentuada nos mais diversos municípios brasileiros, direcionando processos educativos para a formação de mão de obra associada ao que o mercado dita. Se as instituições privadas vivenciam um quadro de aumento do número de polos, matrículas e cursos, as públicas, experienciam, ao longo dos últimos anos, o contingenciamento e congelamento de verbas orçamentárias tão necessárias para sua sobrevivência.

Os conglomerados educacionais se formam mediante compras, fusões e participações no capital societário e, como resultados deste processo, observa-se um cenário cada vez mais mercantilizado da educação que não se encontra em processo de crescimento apenas na educação superior, algumas ramificações empresariais já atingem a educação básica, plataformas de ensino, editoras, cursos de pós-graduação, idiomas e preparatórios para concursos. O que observamos na análise, até o momento, é que a educação está mercantilizada e com atuação bastante potente das IES privadas.

4.3 A consolidação da EAD mercantil no espaço geográfico baiano

Ao iniciarmos esta pesquisa sobre a presença de instituições EAD no estado da Bahia, tínhamos ideia dos números que a base do Censo da Educação Superior disponibiliza, porém, a pesquisa apontou que esses dados precisavam ser melhor analisados e problematizados. A visão geral é que a IES privadas estariam buscando se espacializar na capital da Bahia e nas cidades de porte médio, todavia, a pesquisa detectou que embora haja uma busca de implantação de polos EAD em municípios como: Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro, Itabuna, Lauro de Freitas, Camaçari, Teixeira de Freitas, Barreiras e Ilhéus, a EAD privado mercantil avança para o interior da Bahia no oferecimento de cursos de graduação para a população que, muitas vezes, está impossibilitada de se deslocar para os grandes e médios centros, tornando assim, esses espaços, excelentes oportunidades de negócios para essas empresas.

As instituições EAD seguem uma tendência nacional, como já explanado ao longo da pesquisa no que tange ao seu processo de crescimento, e, na Bahia, tal cenário não foi diferente, haja vista a nossa extensão territorial de 564.760.429 km^2 (IBGE) e necessidade de uma maior distribuição dos polos educacionais. Em relação à cobertura de IES públicas no estado, tem-se: a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), a Universidade do Estadual do Sudoeste (UESB), a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO) Tais instituições apresentam relevância em nosso contexto estadual, mas não se fazem presentes em todos os municípios, sendo os processos seletivos de ingresso necessários, tendo em vista a ausência de uma política de acesso universal à educação superior.

A instituições privadas, por sua vez, muitas vezes necessárias, ampliam o acesso a quem não consegue ingressar no ensino superior público, entretanto, nos últimos anos, as mantenedoras privadas têm direcionado grande parte de seus cursos de graduação para a modalidade EAD e esta tendência tem se ampliado nos últimos anos em todo o Brasil, no Nordeste, tem demonstrado destaque, independentemente de quais territórios estejam atuando.

A pesquisa aqui realizada analisou 114 (cento e quatorze) instituições distribuídas nos mais diversos municípios baianos e, para uma maior compressão da questão, buscou-se em cada sítio institucional verificar os cursos e polos de atuação dentro do estado da Bahia. No que tange aos cursos, verificou-se que eles embora credenciados pelo Ministério da Educação (MEC), precisariam de uma análise mais aprofundada e tal questão consistia em um trabalho extremante complexo, tendo em vista que algumas páginas institucionais informavam que determinado curso existia em sua faculdade ou centro universitário, porém, ao analisar o polo educacional não havia, em sua grande parte, uma listagem de cursos para cada polo e considerando que buscar a informação em cada instituição resultaria em um tempo que não possuíamos, além das próprias instituições serem muito fechadas para estas informações, buscou-se analisar onde estas instituições se faziam presentes no contexto baiano.

Outra questão não menos importante é que a instituição possuir um curso autorizado em modalidade EAD dá a ela autorização para matricular quem procura e como a instituição realiza suas aulas em plataformas *on-line*, de modo que nada impede que um aluno do sudoeste da Bahia, por exemplo, estude em um ambiente virtual de um determinado curso que, muitas vezes, em sua cidade, não tenha um grande quantitativo de matrículas. As instituições EAD são pautadas por amplo acesso, e questões de permanência e endividamento do seu público são bastante discutíveis. Daí a questão de os cursos por cidade não serem o foco desta discussão, tendo em vista que, se a instituição possuir o curso e houver público, haverá matrículas e aulas, já que grande parte destes conteúdos já estão gravados e armazenados nos bancos de dados de cada IES.

Ao longo da pesquisa, foram visitados todos os sítios institucionais encontrados na base do MEC e como maneira de relacionar todos os municípios em que foram encontrados cursos EAD, optou-se por organizá-los no Quadro 8, adiante. Salienta-se que algumas bases institucionais não ofereciam os municípios onde os polos se encontravam, todavia, foi um fator em minoria no decorrer desta pesquisa.

Quadro 8 — Municípios baianos com presença de polos EAD

MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	MUNICÍPIO
Andaraí	Esplanada	Nova Brasilia	Tanhaçu
Alagoinhas	Eunápolis	Nova Rendenção	Tanquinho
Acajutiba	Euclides Da Cunha	Nova Itarana	Teofilândia
Açuzinho	Entre Rios	Nova Fátima	Teolândia
Adustina	Encruzilhada	Olindina	Terra Nova
Água Fria	Fátima	Ourolândia	Teixeira De Freitas
Aiquara	Feira De Santana	Oliveira Dos Brejinhos	Tucano
Antonio Gonçalves	Filadélfia	Palmeiras	Utinga
Aporã	Formosa Do Rio Preto	Paratinga	Ubatã
Araci	Gandu	Palmas De Monte Alto	Ubaira
Abaré	Governador Mangabeira	Paulo Afonso	Umburanas
Amargosa	Guanambi	Parapiranga	Una
América Dourado	Guaratinga	Paramirim	Urandi
Amélia Rodrigues	Iaçu	Piatã	Uruçuca
Antas	Ibirapitanga	Pilão Arcado	Valença
Angical	Ibitiara	Pindaí	Valente
Aratuípe	Ibirataia	Piritiba	Várzea Do Poço
Araci	Ibicaraí	Poções	Vera Cruz
Aracatu	Ibiquera	Pojuca	Vitória Da
Banzaé	Ibicoara	Ponto Novo	Conquista
Barra	Itajuípe	Porto Seguro	Xique Xique
Barra Grande	Iguaí	Prado	Wagner
Barra Do Mendes	Ilhéus	Presidente Tancredo	Wenceslau
Barra Da Estiva	Inhambupe	Neves	Guimarães
Barreiras	Ipecaeta	Presidente Dutra	
Barro Preto	Itabuna	Pintadas	
Barrocas	Itaberaba	Queimadas	
Belmonte	Itaparica	Queimadinha	
Belo Campo	Itacaré	Quinjigue	
Bonfim	Itamaraju	Remanso	
Brejões	Itapetinga	Riacho De Santana	
Brumado	Itatim	Riachão Das Neves	
Bom Jesus Da Lapa	Itabela	Rio De Contas	
Boninal	Itanhén	Ribeira Do Pombal	
Bonito	Itambé	Ribeirão Do Largo	
Boquira	Itagibá	Riachão Do Jacuípe	
Buerarema	Itagi	Rio Leal	
Buritirama	Itarantim	Rio Real	
Cabeceiras Do	Itaquara	Salvador	
Paraguaçu	Itaguaçu	Santo Antonio De	
Caculé	Itiuba	Jesus	
Cachoeira	Itororó	Santana	
Campo Formoso	Ituaçu	Saubara	
Caetanos	Ituberá	Sapeaçu	
Caetité	Ipiaú	São Sebastião Do Passé	
Cafarnaum	Ipirá	Santa Bárbara	
Cairu	Ipupiara	Santa Maria Da Vitória	
Caldeirão Grande	Irará	Santa Inês	
Camaçari	Iraquara	Santa Rita De Cássia	
Camamu	Irecê	Santa Terezinha	
Camacan	Jacobina	Santa Luzia	
Campo Alegre	Jacuípe	Santa Luz	
Cansanção	Jaguari	Santo Amaro	

MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	MUNICÍPIO
Candeias	Jaguaquara	Santo Estevão	
Candiba	Jequié	São Francisco Do Conde	
Candido Sales	Jeremoabo	São Desidério	
Canavieiras	João Amaro	São Felipe	
Capim Grosso	João Dourado	São Gabriel	
Catu	Juazeiro	São Gonçalo Dos Campos	
Carinhanha	Jussara	Seabra	
Caravelas	Jussari	Serrinha	
Castro Alves	Lauro De Freitas	Serra Preta	
Casa Nova	Laje	Serra Do Ramalho	
Cipó	Lajedinho	Senhor Do Bonfim	
Cicéro Dantas	Lençois	Simões Filho	
Conceição Do Jacuípe	Livramento De Nossa Senhora	Sítio Do Quinto	
Conceção Do Coité	Luís Eduardo Magalhães	Sobradinho	
Conceição Da Feira	Macaúbas	Tabocas Do Brejo Novo	
Conceição De Almeida	Macarani	Tabocas Do Brejo Velho	
Conde	Madre De Deus	Tanque Novo	
Condeúba	Maetinga		
Coração De Maria	Mansidão		
Correntina	Manoel Vitorino		
Coribe	Maracás		
Coronel João Sá	Maragogipe		
Cocos	Mascote		
Curaça	Mata De São João		
Cristópolis	Milagres		
Cruz Das Almas	Mirante		
Dias D'ávila	Monte Santo		
	Morro Do Chapéu		
	Morpará		
	Mucugê		
	Mucuri		
	Muritiba		
	Mutuípe		
	Mulungu Do Morro		
	Nazaré		
	Nova Soure		
	Novo Horizonte		
	Nova Viçosa		

Fonte: Elaborada pela autora com base na consulta dos dados do e-MEC (2022).

O Quadro 8, ora apresentado, registrou a presença 260 (duzentos e sessenta) municípios que possuíam pelo menos 1 (um) polo de educação a distância no estado, faz-se necessário pontuar alguns municípios em relação ao número de IES EAD encontradas: Alagoinhas (19), Amargosa (6), Barra (8), Barreiras (19), Brumado (13), Bom Jesus da Lapa (10), Campo Formoso (7), Caetité (10), Camaçari (19), Candeias (7), Canavieiras (5), Catu (10), Cícero Dantas (6), Conceição do Coité (10), Cruz das Almas (12), Dias D’Ávila (16), Eunápolis (18), Euclides da Cunha (7), Feira de Santana (36), Formosa do Rio Preto (5), Gandu (5), Guanambi (14), Iaçu (5), Ilhéus (17), Itabuna (16), Itaberaba (18), Itapetinga (7), Ipiaú (7), Ipirá (7), Irecê

(10), Jacobina (11), Jaguaquara (7), Jequié (18), Juazeiro (9), Lauro de Feitas (23), Livramento de Nossa Senhora (5), Luís Eduardo Magalhães (13), Macaúbas (5), Madre de Deus (6), Mata de São João (6), Mucuri (6), Oliveira dos Brejinhos (5), Palmeiras (5), Paulo Afonso (18), Poções (8), Porto Seguro (20), Presidente Tancredo Neves (5), Ribeira do Pombal (7), Salvador (53), Santo Antônio de Jesus (18), São Sebastião do Passé (6), Santo Amaro (7), Santo Estevão (9), São Francisco do Conde (5), Seabra (5), Serrinha (9), Senhor do Bonfim (8), Simões Filho (11), Teixeira de Freitas (14), Valença (10) e Vitória da Conquista (37).

A análise dos números foi pautada nas IES que o MEC disponibilizou enquanto ativas e nos municípios onde cada instituição se localizava, de acordo consulta dos *sites* institucionais. Cabe pontuar que nem todos os *sites* apresentam informações de maneira clara ou tem-se a garantia que a página da instituição está atualizada. Mesmo assim, todas as 114 (cento e quatorze) páginas foram visitadas em sua integridade.

As instituições EAD na Bahia já se fazem presentes em cidades de médio e grande porte há alguns anos, tendo em vista o próprio processo de expansão desta modalidade, todavia, a pesquisa apontou que os municípios menores também estão sendo procurados pelas mais diversas mantenedoras para implantação de seus cursos que podem estar associados ao processo de formação de professores que são considerados cursos de baixo custo e de grande procura.

A EAD em nosso estado se faz uma realidade e está distribuída em 62% dos municípios, muito embora haja um crescimento moderado pela administração pública.

A presença de instituições EAD em cidades maiores como: Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Barreiras, Itabuna, Ilhéus e Porto Seguro revela a concorrência dos sistemas públicos com o mercantil de educação, tão explanados ao longo deste texto dissertativo. Nestas localidades, a presença de instituições tradicionais públicas vem sofrendo com a concorrência das instituições EAD de matriz mercantil. As propagandas de cursos com preços baixos, amplas formas de pagamento, realizados em curtos espaços de tempo, associadas a uma maior flexibilidade de disponibilidade de horários do aluno, correlacionadas aos poucos, ou quase ausentes, momentos presenciais, têm, em muito, afastado o aluno da universidade pública, gratuita e de qualidade da Bahia, que mesmo em um contexto de constantes ameaças à sua sobrevivência em âmbito federal e estadual, ainda se faz relevante na pesquisa e formação de profissionais capacitados para nosso estado.

As cidades de porte médio, também costumam atrair não só instituições que se relacionam aos processos em modalidades em EAD, os municípios aqui problematizados possuem instituições superiores que também contribuem com o crescimento educacional do espaço geográfico analisado.

No que tange aos municípios menores, destacamos uma listagem neste capítulo a qual aponta que estes, embora considerados de pequeno porte, possuem um quantitativo de instituições EAD que nos chamou atenção. Em nossa pesquisa, além disso, identificamos que embora o polo educacional esteja naquela cidade com um nome que muitas vezes pertence a algum oligopólio, a infraestrutura institucional é bem reduzida. Recorrentemente, o polo funciona em áreas centrais, em casas locadas, o que demonstra, que apesar de aquela localidade possuir uma instituição de ensino superior, ela funciona em condições bastante discutíveis. Notamos a presença de polos educacionais que durante o dia são escolas de idiomas ou cursos profissionalizantes e no período noturno funcionam como polo EAD que fornece suporte ao estudante.

A EAD na Bahia embora esteja de maneira consolidada na capital e nas cidades maiores do interior, já se espraia para as cidades de pequeno porte, revelando que o fenômeno pesquisado é de relevância para pesquisas futuras, ou seja, esta modalidade é uma realidade nas mais diversas escalas de observação.

Como todo objeto de pesquisa precisa está limitado por um recorte para sua finalização, o entendimento é que essa pesquisa revelou a expansão da modalidade EAD no espaço geográfico baiano, revelando suas instituições, cursos e áreas priorizados, além de destacar o crescimento para as cidades do interior.

A EAD pode conviver com as instituições públicas e de qualidade e também com as graduações presenciais no âmbito mercantil, tendo em vista a nossa dimensão enquanto estado e as poucas instituições distribuídas, o que requer, por sua vez, um crescimento moderado, considerando que na Bahia a EAD já ocupa posto de liderança na região nordeste. Outra questão não menos relevante é que tanto no contexto nacional quanto no estadual a EAD é campo prioritário de mantenedoras privadas. Por que não desenvolver cursos EAD em instituições públicas que se associem aos espaços de qualidade, com profissionais qualificados e com uso das infraestruturas que possuímos em nossas universidades baianas? Qual o motivo de se fazer concorrência em cidades que possuem acesso aos espaços educacionais relacionados aos cursos presenciais? Ao longo da discussão deste texto dissertativo pudemos compreender as nuances e os projetos do capital para a educação superior que não são pautados por princípios de neutralidade.

Não compete a nossa temática aqui problematizada tecer críticas aos espaços EAD. Em muitas realidades geográficas eles se fazem necessários. Quantos profissionais conseguem melhorias salarias, promoção de carreira, atualização profissional e um melhor conhecimento para sua realidade de trabalho? Existe sim educação a distância de qualidade, todavia, em nosso

contexto nacional existe um avanço do setor mercantil em detrimento dos espaços públicos, gratuitos e de qualidade, associados ao tripé universitário ensino, pesquisa e extensão, tão necessários à formação de profissionais críticos, politizados, capacitados e em busca de maior amplitude em seus processos formativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou o processo de expansão da educação a distância da esfera mercantil no espaço geográfico baiano. Para constituição desta discussão, fez-se necessária a análise de documentos, portarias, decretos, legislações, dados estatísticos, pesquisas em sítios institucionais, revisão bibliográfica em artigos, teses, dissertações, estudo sobre a literatura que dialogasse com a temática, cujo objetivo foi o entendimento do que seja a EAD mercantil e sua consolidação no contexto brasileiro.

A educação a distância é uma modalidade de ensino e aprendizagem que vem se espacializando no cenário educacional deste país, motivada por falas associadas a um falseamento do discurso sobre democratização e ampliação de oportunidades de acesso aos estudantes em direção ao ensino superior. Os organismos internacionais, tais como: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial (BM) e Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO) produziram, ao longo dos últimos anos, uma série de recomendações aos sistemas de ensino de países como o Brasil no intuito estabelecer instituições de educação voltadas apenas ao ensino e não ao tripé universitário ensino, pesquisa e extensão. Como resultado da concordância com as influências internacionais no cenário nacional, originaram-se organizações de matriz mercantil, que, cada vez mais, buscam pautar suas corporações em sistemas ágeis, flexíveis, a custos reduzidos, associadas às tecnologias de informação e comunicação (TICs).

A análise realizada em fontes documentais ratificou que OCDE, BM e UNESCO são instituições pautadas em princípios associados aos ditames do sistema do capital e do seu amplo projeto para o direcionamento da educação superior na América Latina. Na conjuntura nacional, tais recomendações se fazem presentes desde a década de 1990 e independente da matriz política que governe esta nação, vem conseguindo, ano após ano, obter espaço de inserção de suas formulações.

Foi possível perceber, com base nos estudos e pesquisas realizados para elaboração desta dissertação, que na contemporaneidade do cenário brasileiro, a educação a distância, vivencia um processo de expansão que já começa a atingir municípios de pequeno porte do interior baiano. O processo atual é associado a todo um contexto histórico, relacionado às políticas públicas educacionais que concederam à EAD espaço de destaque, sem evidenciar sinais de estagnação. Outra questão não menos importante é que os marcos regulatórios que possibilitam a inserção da EAD na matriz educacional brasileira vêm sendo flexibilizados de governo em governo colocando a educação a distância na pauta do dia, enquanto que os

sistemas públicos experienciam um período de cortes, congelamentos, contingenciamentos e constantes ataques a sua existência.

A expansão da educação a distância no Brasil começa a ser demonstrada nos anos 2000, quando o Censo da Educação Superior já destaca, a partir do ano de 2008, um predomínio de matrículas nas instituições privadas em 85% e um tímido espaço para as instituições públicas, representadas naquele ano, por 15% dos ingressos. Os dados pesquisados em nossa análise chegam ao ano de 2020, numa conjuntura pandêmica, associada a um governo que reduziu orçamento para as instituições públicas ao tempo que favoreceu a ampliação do espaço para a iniciativa privada, aspecto que não pode ser caracterizado por uma vertente exclusiva do governo de Jair Messias Bolsonaro, colocando a EAD, enquanto modalidade em contínuo crescimento, representada por 3.105.803 (três milhões cento e cinco mil e oitocentos e três) alunos matriculados, sendo a matriz mercantil responsável por 95% das inscrições, enquanto o âmbito público representou 5% deste quantitativo.

Para se dimensionar a relevância da EAD atualmente, basta comparar ao número de matrículas presenciais nas instituições públicas que, de acordo a base consultada, apontou para 1.798.980 (um milhão setecentos e noventa e oito mil e novecentos e oitenta) alunos matriculados. As graduações presenciais não chegam a 2 milhões de alunos, enquanto a modalidade a distância ultrapassou 3 milhões e com amplas possibilidades de crescimento em virtude do contexto pandêmico ainda vivenciado, associada ao Programa para Expansão da Educação a Distância nas Universidades Federais (ReUni Digital), apresentado em 20 de junho de 2022, pelo Ministério da Educação (MEC), no intuito de ampliar o espaço da EAD nas instituições públicas federais.

Fato que merece atenção quando se discute EAD no contexto brasileiro, é que ela se constitui em uma modalidade necessária, devido as nossas imensas extensões territoriais, baixa cobertura de instituições universitárias públicas e necessidade formativa da população, entretanto, nossa crítica se associa a um amplo espaço para o setor mercantil e reduzido espaço para o âmbito público.

A EAD privada vem realizando uma ofensiva aos sistemas tradicionais, não obstante, no quesito qualidade da educação e diplomação estudantil, apresenta questões bastante questionáveis e que não são objetos desta discussão. Nossa análise conduziu uma argumentação associada à expansão, mercantilização e massificação da EAD no cenário brasileiro, com foco no espaço geográfico baiano. A pesquisa aqui realizada trata-se de uma defesa dos sistemas públicos, gratuitos e de qualidade e necessidade de moderação no que tange ao crescimento das instituições privadas. Embora a EAD tenha apresentando um processo histórico evolutivo, o

conceito em nota do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes da Educação Superior (ENADE), realizado em 2021, apontou que embora a EAD esteja em posição de liderança em matrículas, as notas dos alunos ficaram atrás dos discentes da graduação presencial, no que tange aos aspectos de conhecimentos específicos e gerais de cada área de formação. Será um melhor caminho para as políticas educacionais incentivar amplo uso de educação a distância em detrimento de sistemas tradicionais de ensino?

A educação superior tem se tornado uma mercadoria nas mãos das grandes mantenedoras. São instituições que oferecem uma série de "vantagens" ao seu cliente (aluno), em troca de mensalidade de custos reduzidos e uma formação em tempo diminuto. Ocorre que a redução de preços das instituições EAD se efetiva justamente pelo simples fato de utilizar uma plataforma de ensino que é empregada por todo o Brasil, não respeitando as nossas diversidades regionais. As aulas são gravadas, os professores têm sido substituídos pelos tutores, as bibliotecas físicas são praticamente inexistentes e os polos educacionais em sua grande maioria carentes de uma boa infraestrutura física, visto que funcionam apenas como local de apoio ao discente e escritório administrativo para propaganda e venda de cursos. Nestas instituições são comercializados: vestibulares, matrículas, mensalidades, material físico, material virtual e dentre outras questões.

No caso brasileiro, as instituições EAD foram também favorecidas pelas políticas neoliberais que tiveram sua gênese no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1995), intensificados na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), estando presente também nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e, por fim, Jair Bolsonaro (2019-2022). Nossa pesquisa destacou que embora o Programa Universidade para Todos (Pro Uni) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) se apresentassem como necessários para a população brasileira, eles direcionaram cifras consideráveis, justamente para promoção da iniciativa privada, assim como ao processo de financeirização da educação superior.

A revisão bibliográfica problematizada no capítulo 3 possibilitou um entendimento que a EAD se expande para as mais diversas áreas, tanto na formação de professores como de profissionais da área de serviço social em constante crescimento. Os autores ali discutidos puderam nos aproximar da temática, apresentando ora ponto de convergência, ora pontos de divergência, que se constituem enquanto parte do processo formativo do pesquisador. Nem todas as leituras nos possibilitam uma zona de conforto, muitas nos despertam angústia ao ver tantos pesquisadores empreenderem falas totalmente favoráveis à inserção da modalidade EAD.

Outras se revelaram preocupantes, dado que a mercantilização da educação se encontra, até mesmo, nos espaços tidos como públicos.

Em relação aos marcos regulatórios que deram à EAD a condição ocupada no espaço nacional, foi possível perceber que, embora as legislações sejam necessárias para a manutenção das políticas educacionais, muitas vezes, a mudança de uma nomenclatura não é uma posição isenta, justa e apartidária. Os marcos regulatórios nos demonstram que o projeto do capital para a educação superior, embora influenciado por organismos internacionais, tem sido admitidos pelos governos e colocados em prática, numa busca de redução do espaço das universidades e anuência ao projeto neoliberal de expansão e consolidação das instituições privadas em todo território. Na atualidade, 40% dos componentes curriculares das graduações presenciais podem ser oferecidos via EAD e tal projeto não visa a sua descontinuidade.

A ênfase no processo de expansão da educação a distância no contexto educacional baiano revelou uma posição de liderança na região nordeste, representada, no ano de 2020, por 150.744 (cento e cinquenta mil setecentos e quarenta e quatro) alunos matriculados. Nossa pesquisa investigou os dados de matrículas EAD disponibilizados no Censo da Educação Superior, desde 2008, quando a Bahia possuía, naquele contexto, 20.954 (vinte mil novecentos e cinquenta e quatro) discentes registrados em instituições privadas. Assim como o cenário nacional, o estado da Bahia apresenta um predomínio de instituições privadas, sendo o âmbito público, responsável no último censo apenas por 5.045 (cinco mil e quarenta e cinco) matrículas. A EAD na Bahia com base nos dados do Censo da Educação Superior do ano de 2020 concentrou 38% das matrículas, número que revela uma série de questões no entendimento da espacialização da educação mercadoria no contexto educacional baiano.

O processo de expansão da educação a distância no espaço geográfico da Bahia, ora analisado, apontou a existência de 93 (noventa e três) cursos de graduação, destes, 57 (cinquenta e sete) estavam associados ao âmbito de formação de bacharéis e 36 (trinta e seis) para constituição de professores. No estado da Bahia, a formação de professores está relacionada às instituições privadas no quantitativo de 39%.

No intuito de buscar investigar as principais as áreas formativas dos graduandos, constatamos a presença de 21 (vinte um) áreas devidamente catalogadas no capítulo 4 desta pesquisa. A área que mais forma profissionais em nosso estado é a área educacional, possivelmente, em virtude de um baixo investimento das mantenedoras, bem como pela busca constante de formação por parte da classe trabalhadora, cujo propósito é alcançar melhorias salarias e atualização profissional. Não compete a nossa análise tecer críticas aos processos formativos para professores em EAD, mas alertar que se faz necessário um maior controle,

considerando as questões de métodos, procedimentos, técnicas e recursos utilizados pelas instituições privadas ao formar educadores.

Nesta pesquisa também fizemos um mapeamento dos grupos privados que realizam educação a distância em nosso estado, o quantitativo total foi de 114 (cento e quatorze) mantenedoras, que se materializam em números oficiais em 1016 (um mil e dezesseis) instituições universitárias (IES), conforme dados do INEP, distribuídas em 260 (duzentos e sessenta) municípios. Em relação às categorias dos polos: 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) são de universidades, 408 (quatrocentos e oito) são de centros universitários, por fim, 164 (cento e sessenta e quatro) são de faculdades. O trabalho constatou também a existência de grupos educacionais associados ao processo de oligopolização da educação superior, que nada mais são que instituições oriundas de processos de compras e fusões de IES.

No cenário brasileiro, o empresariamento da educação é uma realidade desde o ano de 2007, quando as grandes mantenedoras, associadas às políticas de Estado e governo, aprofundadas pelo relaxamento dos marcos legais, puderam promover a inserção de seus lucros nas bolsas de valores, atraindo também capital estrangeiro para as instituições de ensino. No espaço geográfico baiano, foram identificados 6 (seis) grandes grupos educacionais entre estes: Cogna Educação, Ser Educacional, Yduqs, Universidade Cruzeiro do Sul, Universidade Paulista (UNIP) e Ânima. Os seis grupos atualmente respondem pela formação de milhões de brasileiros e, no estado da Bahia, respondem por 18 (dezoito) grandes instituições de ensino.

No que tange aos aspectos conclusivos, acredita-se que a modalidade EAD, embora amplamente divulgada e recomenda por organismos internacionais, possibilita o acesso ao ensino superior, todavia, as condições de permanência e qualidade são bastante discutíveis em nosso entender. A EAD, aqui tratada, é necessária para algumas localidades, entretanto, vem avançando a passos largos na conjuntura educacional deste país, visto que o ensino presencial vem perdendo espaço, enquanto que a educação a distância está em processo de expansão, seja na escala do Brasil ou no âmbito da região Nordeste. Isto posto, acredita-se que o caminho para uma melhoria das condições educacionais dos processos formativos deve estar associada à formação de qualidade e ao fortalecimento e defesa de nossas instituições e um crescimento moderado para as graduações EAD. Somos um país de dimensões continentais e a EAD deve estar nos locais de difícil acesso, em localidades distantes das instituições universitárias, bem como atendendo à população em cárcere, que está privada da liberdade de ir e vir.

As instituições públicas precisam de financiamento compatível com o fortalecimento de nossa pesquisa, ensino e extensão que, atualmente, “respiram por aparelhos”. Os profissionais de educação, técnicos administrativos, estudantes e toda comunidade devem buscar conter o

avanço das práticas associadas aos ditames do capital dentro das IES públicas. Nunca se fez tão urgente conter as práticas burguesas em defesa dos sistemas públicos.

REFERÊNCIAS

AGAPITTO, Ana Paula Ferreira. **Expansão e mercantilização do curso de serviço social: análise sobre a direção da formação profissional nas instituições de ensino superior privadas (presencial e à distância).** Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015.

ALMEIDA, José Salvador; COSTA, Frederico Jorge Ferreira. Pressupostos para concepção de educação no pensamento de Marx: Um estudo de 1844-1848. **Revista Germinal:** Marxismo e Educação, v. 13, n.3, 2021, p. 196-209.

ALMEIDA, Luís Júnio de Santiago. **Condições de ensino e trabalho na modalidade de ensino à distância nos cursos de graduação em serviço social na cidade de Mossoró/RN.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal,2016.

ALVES, Alda Judith, A "revisão da bibliografia" em teses e dissertações: Meus tipos inesquecíveis. **Caderno de Pesquisa.** São Paulo, n.81, 1992, p.53-60

ARAÚJO, Nataniel da Vera Cruz Gonçalves. **A expansão da educação superior a distância no Tocantins no âmbito da parceria entre a EADCON e a UNITINS.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior:** Las lecciones derivas de la experiencia. Washington, 1995.

BAHIA.Lei 13.559, de 11 de maio de 2016**. Aprova o plano estadual de educação do estado da Bahia PEE-BA**. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, 12 de maio de 2016. Disponível em: http://institucional.educacao.ba.gov.br/plano-estadual-de-educacao-0. <Acesso em 13 de agosto de 2022>

BELTRÃO, José Arlen; TAFARELL, Celí. A ofensiva dos reformadores empresariais e a resistência de quem defende a educação pública. **Revista Retratos da Escola**, v.11, n. 21, 2017, p.587-601.

PERES, Andrea Bertelli. **As políticas de educação a distância no contexto da educação superior no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Campinas, Campinas, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: <20 de março de 2022>

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dezes 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm <acesso em 06 de agosto de 2022>

BRASIL. DECRETO n.2.494, de 10 de fevereiro de 1998.**Regulamenta ao artigo 80 da Lei 9.394/96**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 fev 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2494.htm <acesso em 06 de agosto de 2022>

BRASIL. LEI n.010172, de 09 de janeiro de 2001.**Aprova o Plano Nacional de Educação**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 09 jan 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf < acesso em 06 de agosto de 2022>

BRASIL. PORTARIA n.2.253 de 18 de outubro de 2001. **Inserção de método não presencial em instituições federais de ensino.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 out 2001. Disponível em: https://proplan.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/7/2014/09/Portaria-n%C2%B0-2.253-de-18-de-outubro-de-2001.pdf < acesso em 09 de agosto de 2022>

BRASIL. PORTARIA n.4.059 de 10 de dezembro de 2004. **Inserção de método semipresencial em instituições de ensino superior.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF,13 dez de 2004. Disponível em:http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf <acesso em 09 de agosto de 2022>

BRASIL. Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394/96**. Disponível em: https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109743/decreto-5622-05. Acesso em: 24 de junho de 2022.

BRASIL. Decreto nº 5800, de 8 de junho de 2006. **Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/.Acesso em: 24 de junho de 2022.

BRASIL. Decreto nº6303, de 12 de dezembro de 2007. **Dispõe sobre regulação, supervisão e avaliação de cursos superiores**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/.Acesso em: 24 de junho de 2022.

BRASIL. Decreto nº13.005, de 25 de junho de 2014.**Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.Acesso em: 24 de junho de 2022.

BRASIL. Portaria nº1134, de 10 de outubro de 2016. **Revoga portaria Mec nº4059/2004**.Disponível em: https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-1134-2016-10-10.pdf.Acesso em: 24 de junho de 2022.

BRASIL. Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017. **Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394/96.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm Acesso em: 24 de junho de 2022.

BRASIL. Portaria nº 11, de 20 de junho de 2017. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/7 Acesso em: 24 de junho de 2022

BRASIL. Decreto nº 1428, de 28 de dezembro de 2018.Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. Disponível em: https://www.in.gov.br/.Acesso em: 24 de junho de 2022.

BRASIL. Portaria nº 2117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível emhttps://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-2117-2019-12-06.pdf.Acesso em: 24 de junho de 2022

BRETAS, Tatiana. As bolsas, o crédito e os fundos: A financeirização do ensino superior no capitalismo dependente do Brasil. **Revista Germinal:** Marxismo e Educação, v. 11, n.3, 2019, p. 7-18.

BROIETTI, Fabiele Cristiane Dias; FILHO, Ourides Santin; PASSOS, Marinez Meneguello. Mapeamento da produção científica brasileira a respeito do Enem (1998-2011). **Revista Diálogo e Educ**, v.14, n. 41, 2014, p. 233-260.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; ARAÚJO, Nataniel da Vera Cruz Gonçalves. Educação superior no Brasil e a utilização da educação a distância como estratégia de expansão e massificação. **Revista RBPAE**. v. 34, n.1, 2018, p. 189-209.

CARVALHO, Rutineia de Oliveira. **A configuração da educação a distância no Brasil. A qualidade do ensino em questão**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

CAVALCANTI. Maria da Conceição Monteiro. **A expansão do ensino superior à distância no IFPB: Um estudo da implantação do curso de administração pública no âmbito do Programa Nacional De Administração Pública – PNAP.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do rio Grande do Norte, Natal, 2016

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SANTOS, Maria Rosimary Soares dos; KATO, Fabíola Bouth Grello. Financiamento público para o setor privado mercantil e a financeirização. **Jornal Políticas Educacionais**. V. 14, n. 8, 2020, p.1-20.

CHERRI. Carlos Rodrigo Monteiro. **A mercantilização da educação superior privada: estudo da modalidade de educação a distância na cidade de Ribeirão Preto**. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2016.

DELORS, J. y Otros. **La educación encierra un tesoro**. Madrid: Santillana. Ediciones UNESCO, 1996.

https://emec.mec.gov.br/ <acesso em 21 de ago de 2022>

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: Contribuições do marxismo. GT9 Trabalho e Educação, **37ª Reunião Nacional da Anped 2015**, p. 83-120.

FERREIRA, Andreza Teles dos Santos. **Contrareforma do ensino superior nos pós:1990: O EAD como estratégia expansionista.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

FILHO, Antônio José de Albuquerque de Araújo**. A EAD e a mercantilização da universidade brasileira**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

GUASTI, Suzana Pistol. **As políticas públicas da educação superior: A educação a distância nos governos FHC e Lula (1995-2006)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2009.

GESSER, Graziele Alano; OLIVEIRA, Clésia Maria de; MACHADO, Marília Ribas, MELO, Pedro Antônio de. Governança universitária: Um panorama dos estudos científicos desenvolvidos sobre a governança em instituições de educação superior brasileiras. **Avaliação**, v. 26, n. 1, 2021, p. 5-23.

GOMIDE, Denise Camargo; JACOMELI, Mara Regina Martins. O método de Marx na pesquisa sobre políticas educacionais. **Revista Políticas Educativas**, v. 10, n. 1, 2016, p. 64-78.

GRESPAN, Jorge. **Marx:** Uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2021.

HERMIDA, Jorge Fernando; BONFIM, Cláudia Ramos de. A educação a distância: História, concepções e perspectivas. **Revista HISTEDBR** on-line,2006, p.166-181.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba.html. Acesso em: 17/04/2022.

JACQUES, Luís Fernando; OLIVEIRA, Luana Aparecida de. O Estado a partir do pensamento de Marx e Engels: Das ilusões do reformismo a sua necessária superação. **Revista de Filosofia**. v. 21, n. 1, 2021, p.331-340.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima; OLIVEIRA Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina Omena, SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 44, 2021, p. 36-51.

LEHER, Roberto. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. **Germinal:** Marxismo e Educação em Debate, v. 13, n. 1, 2021, p. 9-29.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. **ABC da EAD:** a educação a distância hoje. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MAIA, Maria Zoreide Britto. **Expansão da educação a distância no Brasil a partir dos anos de 1990: O caso da Universidade do Tocantins**. Tese (Doutorado em educação). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

MACIEL, Renildes Santos. **Modalidade EAD em Sergipe: desafios e perspectivas para uma formação superior em serviço social.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Cartas Filosóficas e Outros Escritos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução Antônio Carlos Braga. São Paulo: Lafonte,2018.

MARX, Karl. Posfácio da segunda edição. *In:* MARX, Karl. **O Capital:** livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Prefácio à Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **Teses sobre Feurbach**. EbooksBrasil.com,1999.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. Ensino superior na ótica de organismos internacionais. **Educar em Revista**, v. 35, n. 75, 2019, p. 13-30.

MEC/INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar:** sinopse. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/básica-censo-escolar-sinopse-sinopse. Acesso entre 1 de outubro de 2021 e 20 de fevereiro de 2022.

MENDONÇA, Patrícia Vanessa Rossato. **Educação continuada nas teias da rede.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2014.

MOTTA, Vânia; EVANGELISTA, Olinda; CASTELO, Rodrigo. Determinações do capital, empresariamento da educação pública no Brasil. **Revista Germinal:** Marxismo e Educação em Debate, v. 13, n. 1, 2021, p. 1-8.

NASCIMENTO, Giovanni Bezerra do. **O processo de formação do assistente social na modalidade de educação a distância em Palmas-TO.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia,2013.

NETO, Artur Bispo dos Santos; ARAUJO, Lorraine Marie Farias de. Ensino a distância (EAD) e destruição da universidade pública. **Universidade e Sociedade-ANDES**, n. 67, 2021. p.22-35.

NETTO, José Paulo. **Karl Marx:** uma biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.

OCDE. **Repensando a garantia de qualidade para o ensino superior no Brasil,** 2018. Disponível em https://www.sbec.fe.unicamp.br/pf-sbec/eventos/eventos-realizados/5o-encontro-internacional-da-SBEC/trab49.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2022.

OLIVEIRA, Tereza Cristina de Araújo. **Educação a distância em formação de professores: Impactos na escola da educação básica.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa,2014.

PATROCÍNIO, Gilberto de Almeida Meireles. **Proposição e validação de um modelo de educação a distância (EAD) para o ensino superior em Angola**. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática). Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2017

PEREIRA, Rodrigo da Silva. Governança corporativa na política educacional o papel da OCDE. **Revista Práxis Educacional**, v. 15, n. 31, 2019, p. 123-146.

PERONI, Vera; Scheibe, Leda. Privatização na e da educação: Projetos societários em disputa. Revista Retratos da Escola, v,11, n.21,2017, p.387-392.

PIMENTA, Ana Cristina Borges. **Serviço social e ensino a distância: Análise da expansão**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

PIMENTA, Alexandre Marinho. A ead como renovação do mercado educacional brasileiro do nível superior. Revista Inter. Educ. Sup., V,3, n.2,2017, p.308-321.

RICARDO, Nayla Rodrighero. **Ensino a distância: Uma análise crítica das representações discentes em publicidade da EADCON.** Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2012.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: Pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n. 1, 2009, p. 1-15.

SANTOS, Catarina Almeida de. **A expansão da educação superior rumo a expansão do capital: Interfaces com a educação a distância**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Maria da Conceição Oliveira. **Estágios obrigatórios em cursos de pedagogia a distância: tensões e possibilidades.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Santos, Santos, 2017.

SANTIAGO, Kelly Cristina dos Anjos. **O novo marco regulatório brasileiro para a educação a distância (EAD): relações entre estado, democracia e mercantilização** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SEMESP, Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **Taxa de Escolarização**. Disponível em: https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/edicao-11/dados-brasil/taxa-de-escolarizacao. Acesso em: 07/05/2022.

SEKI, Allan Kenji.Apontamentos sobre a finaceirização do ensino superior no Brasil (1990-2018). **Germinal:** Marxismo e Educação em Debate, v. 13, n. 1, 2021, p. 48-71.

SILVA, Jackson Ronie Sá, ALMEIDA, Cristóvão Domingos de GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: Pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, n.1,2009, p1-15.

SILVA, Solonildo Almeida da. **Educação a distância e universidade aberta do Brasil: Quanto a mercantilização do ensino e a precarização da docência alcançaram um novo ápice**. Tese (Doutorado em educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza,2011.

SILVA, Andrea Alice Rodrigues. **Trabalho docente nas instituições de ensino superior privadas no estado do Piauí: significados e tendências**. Tese (Doutorado em Serviço Social) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SILVA, Édar Jessie Mendes Dias da. **Ensino a distância no Brasil e sua vinculação à lógica de mercado: um estudo sobre a Universidade Norte Do Paraná.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

SILVA, Eliomar Nascimento da Silva. **A expansão dos cursos na modalidade à distância e a formação inicial de professores em matemática na UFPA: democratização com qualidade social?** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SOUSA, Kasandra Conceição de Castro; GONÇALVES, Rita de Cássia. Empresariamento da educação superior no Brasil. Democratização e desmonte da democracia social. **Germinal:** Marxismo e Educação em Debate, v. 13, n. 1, 2021, p. 296-310.

SOUZA, Wanderson Gomes de. **As ambiguidades da figura do tutor virtual na educação a distância: Uma análise crítica.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2016.

TERUYA, Mônica de Castro Mello. **As vivências práticas em um curso de licenciatura em educação física na modalidade a distância: reflexões sob as óticas discentes e docentes.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano). Universidade de Taubaté, Taubaté, 2020.

VIDAL, Karina Caputti. **O ensino a distância um reflexo da expansão mercantilizada da Educação Superior e seus impactos no Serviço Social.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

VOLPATO, Luís Antônio. **A qualidade dos cursos de bacharelado em administração a distância: Um estudo comparativo nas principais IES do Brasil**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: Implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo e Educ**, v. 14, n. 41, 2014, p. 165-189.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo:** A renovação do materialismo histórico. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo. Boitempo, 2003.

APÊNDICES

Apêndice A — Lista de Sites consultados

http://www.fatin.com.br
http://www.fazag.edu.br/
https://adistancia.faceten.edu.br
https://censupeg.com.br/
https://claretiano.edu.br
https://descomplica.com.br
https://digital.ucsal.br/
https://dompedroead.com.br/
https://ead.ajes.edu.br
https://ead.catolica.edu.br/
https://ead.uniaraxa.edu.br
https://ead.unimar.br/
https://ead.unipar.br/
https://ead.unirios.edu.br
https://ead.unisanta.br/
https://eadadventista.unasp.br
https://esab.edu.br/
https://esab.edu.br/
https://estacio.br/
https://faculdademetropolitana.edu.br/
https://fael.edu.br/
https://fuv.edu.br
https://graduacao.uninabuco.digital/
https://graduacao.uninassau.digital/
https://inaci.com.b
https://ingresse.unibrasil.com.br
https://inscricoes.eadwyden.com.br/
https://iseo.com.br/
https://loja.unifacsonline.com.br
https://lps.iesb.br/
https://metodista.br
https://multivix.edu.br/graduacao-ead
https://polodigital.uninta.edu.br
https://portal.fmu.br
https://portal.uniasselvi.com.br/
https://portal.unimes.br
https://prominasunica.com.br/
https://ri.animaeducacao.com.br
https://site.virtual.ucdb.br/
https://ubvestibular.com.br/
https://unef.edu.br/
https://unex.edu.br/
https://uniandrade.br/ead/
https://unifacemp.edu.br/
https://unifatecie.com
https://unifaveni.com.br/
https://unifaveni.com.br/
https://unifil.br

https://unina.edu.br/
https://unisantacruz.edu.br/
https://universo.edu.br
https://unyleya.edu.br/
https://vestibular.uninorte.com.br/
https://www.aiec.br/
https://www.ampli.com.br
https://www.anhanguera.com/
https://www.cogna.com.br
https://www.cruzeirodosulvirtual.com.br
https://www.cruzeirodosulvirtual.com.br/
https://www.ead.cnec.br/
https://www.ead.senac.br/
https://www.eniac.com.br/
https://www.faculdadefamap.edu.br/
https://www.faculdadefmb.edu.br/
https://www.faculdadejardins.com.br/
https://www.faculdadetresmarias.edu.br/
https://www.fadergs.edu.br
https://www.fecaf.com.br/
https://www.ffv.edu.br
https://www.iseib.edu.br
https://www.mackenzie.br
https://www.mauadf.com.br/
https://www.pucminas.br/
https://www.santamarcelina.org.br/
https://www.saolucas.edu.br/
https://www.sereducacional.com/institucional
https://www.ulbra.br/
https://www.unama.br/
https://www.unar.edu.br/
https://www.unibf.com.br
https://www.unicesumar.edu.br/
https://www.unicv.com.br
https://www.uniderp.com.br
https://www.unifacvest.edu.br/
https://www.uniftc.edu.br
https://www.unigran.br/
https://www.unijorge.edu.br/
https://www.unilasalle.edu.br/
https://www.uninga.br/
https://www.uninove.br
https://www.uninter.com/
https://www.unip.br
https://www.unip.br
https://www.unisa.br/
https://www.unisul.br/
https://www.unit.br/
https://www.unoeste.br/
https://www.up.edu.br

https://www.yduqs.com.br
universidadebrasil.edu.br
www.famonline.com.br
www.unidombosco.edu.br
www.uniplandf.edu.br/
www.unirb.edu.br
www.univates.br/ead/